UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA OS INVESTIDORES
SOCIAIS PRIVADOS DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL: UMA
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

Cássia Vanessa Olak Alves Cruz

Orientador: Prof. Dr. Valmor Slomski

SÃO PAULO
2010

Prof. Dr. João Grandino Rodas
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti
Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Edgard Bruno Cornachione Junior
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Contabilidade

CÁSSIA VANESSA OLAK ALVES CRUZ

**A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA OS INVESTIDORES
SOCIAIS PRIVADOS DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR NO BRASIL: UMA
INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA**

Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências – Área de Concentração: Controladoria e Contabilidade: Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Valmor Slomski

SÃO PAULO

2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Seção de Processamento Técnico do SBD/FEA/USP

Cruz, Cássia Vanessa Olak Alves

A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil; uma investigação empírica / Cássia Vanessa Olak Alves Cruz. – São Paulo, 2010.
156 p.

Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2010.
Orientador : Valmor Slomski

1. Contabilidade de empresas não-lucrativas 2. Terceiro setor
3. Valor (Contabilidade) I. Universidade de São Paulo.
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. II. Título.

CDD – 658.1511

**Ao meu amado esposo Victor Hugo,
companheiro de todos os momentos.**

Agradeço a Deus, pois sem Ele a realização deste estudo não seria possível.

Ao meu esposo Victor Hugo Cruz Chuquimia, minha gratidão por seu amor, compreensão e incentivos, que me fortaleceram durante esta caminhada.

Aos meus pais, Carlos Alberto e Adélia Olak Alves, que me apoiaram incondicionalmente na realização deste sonho, sou grata por seus conselhos, estímulos e orações.

Ao professor Dr. Valmor Slomski, meu especial agradecimento por seu esmero em orientar este trabalho, por sua amizade e pela oportunidade de convivência acadêmica que em muito contribuiu para o meu crescimento profissional.

Ao professor Dr. Luiz João Corrar, sou grata por suas apropriadas sugestões no exame de qualificação e por seus excelentes ensinamentos em sala de aula que possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

Ao professor Dr. Luciano Antonio Prates Junqueira, agradeço por suas oportunas sugestões no exame de qualificação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, sou grata pelos ricos ensinamentos e conhecimentos transmitidos.

Ao professor Dr. Paulo Arnaldo Olak, amigo e incentivador, meu agradecimento por seus conselhos e sugestões que enriqueceram este estudo.

Ao amigo professor Dr. Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, obrigada pelas discussões que colaboraram com o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas do curso de doutorado, minha gratidão pelo privilégio do convívio e trocas de experiências e informações, em especial à Fernanda Furuta, por sua amizade e pelas nossas conversas.

À Coordenadoria de Entidades Sociais do Ministério da Justiça, na pessoa da Andréa Aiolfi, agradeço pela atenção, cooperação e fornecimento dos dados necessários para a realização desta pesquisa.

À Universidade Estadual de Londrina, agradeço pelas condições necessárias fornecidas para a realização do doutorado.

Aos meus irmãos, Carla Valéria, Sander e Andrei, ao meu cunhado Fernando, às minhas cunhadas Valéria e Raquel, e aos meus sobrinhos Felipe Cainã e Ana Laura, o meu muito obrigado pela torcida, pelas conversas e pelos sorrisos que me deram forças para completar esta jornada.

À Igreja Batista Betel em Londrina, obrigada pelas orações que fizeram em meu favor.

**“Aqueles que temem o Senhor Deus
aprenderão com Ele o caminho que devem
seguir. Eles sempre terão sucesso [...]”**

*Bíblia Sagrada, a Palavra de Deus
Nova tradução na linguagem de hoje
Livro de Salmos, cap. 25, vers. 12 e 13a*

RESUMO

Esta tese se insere numa linha de estudos voltada a compreender o valor da informação contábil para os doadores em suas decisões de investimento nas organizações do terceiro setor. Considerando que este é um tema pouco explorado no cenário brasileiro, o objetivo desta pesquisa é investigar a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor no Brasil, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), através da análise da relação entre a informação proveniente da contabilidade e as doações e contribuições privadas. A teoria da agência e a teoria da demanda constituem o fundamento teórico para: (i) o exame do relacionamento entre a informação contábil que comunica a eficiência operacional da entidade e os investimentos privados, oriundos de doadores individuais e institucionais; e, complementarmente, (ii) o exame da associação entre a informação contábil que sinaliza a reputação organizacional e os investimentos privados, provenientes de doadores individuais e institucionais. Adotando uma abordagem metodológica empírico-positivista, o desenvolvimento da pesquisa se deu por meio da análise predominantemente quantitativa, com a utilização da análise fatorial e de regressões, de informações contábeis e evidências de 124 entidades qualificadas como OSCIP, cujos dados, relativos aos anos de 2006 e 2007, provém do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ) e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal. Os resultados encontrados sugerem que a informação contábil que comunica a eficiência operacional da OSCIP é relevante para explicar os investimentos privados nessas organizações, no entanto, essa relevância refere-se a investimentos privados institucionais e não a individuais, o que contraria os achados de pesquisas realizadas em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos. Constatou-se ainda baixo poder explicativo da referida informação emanada da contabilidade. Identificou-se também relação significativa entre a informação contábil que sinaliza a reputação da OSCIP e as doações e contribuições privadas. Esses achados apresentam implicações práticas. Primeiramente, os resultados dão indícios de que investidores sociais mais informados são mais sensíveis às variáveis contábeis, isso indica que esforços de órgãos reguladores, e do próprio governo, no sentido de reduzir os custos dessas informações devem ser proveitosos. Adicionalmente, as evidências sugerem que as entidades do terceiro setor brasileiro, qualificadas como OSCIP, podem usar a contabilidade para comunicar potenciais investidores sociais institucionais sobre a utilização dos recursos arrecadados. Por fim, o baixo poder explicativo da informação contábil pode indicar a necessidade de: (i) evidenciação de outros elementos que comuniquem o desempenho da instituição; e (ii) aprimoramento das informações geradas pela contabilidade voltadas às organizações do terceiro setor como, por exemplo, a separação das despesas por atividades e por categoria funcional.

ABSTRACT

This dissertation is part of a research line aimed at understanding the value of accounting information for donors when making investment decisions in non-profit organizations. As this theme has received little attention in the Brazilian context, this research aims to examine the relevance of accounting information to explain private investments in Brazilian non-profit entities qualified as Public Interest Non-Governmental Organizations (OSCIP), by analyzing the relation between accounting information and private donations and contributions. Agency theory and demand theory represent the theoretical foundations to: (i) examine the relation between accounting information that communicates the entity's operating efficiency and private investments by individual and institutional donors; and, in addition, (ii) examine the association between accounting information that signals the organization's reputation and private investments by individual and institutional donors. Based on an empirical-positivist methodological approach, the research was developed predominantly through quantitative analysis, using factor and regression analysis of accounting information and evidence from 124 entities qualified as OSCIP, whose data for 2006 and 2007 were obtained from the Ministry of Justice's National Registry of Public Service Entities (CNEs/MJ) and the Internal Revenue Service's National Registry of Legal Entities (CNPJ). The results found suggest that accounting information about the OSCIP's operating efficiency is relevant to explain private investments in these organizations, although this relevance refers to institutional and not individual private investments, as opposed to research findings from more developed countries like the United States. It was also found that this accounting information's explanatory power is low. A significant relation was identified between accounting information that signals the OSCIP's reputation and private donations and contributions. These findings entail practical implications. In the first place, the results appoint that more informed social investors are more sensitive to accounting variables, which indicates that efforts by regulatory entities to reduce the cost of this information would be useful. In addition, evidence suggests that Brazilian non-profit entities qualified as OSCIP can use accounting to inform potential institutional social investors about the use of the collected resources. Finally, the low explanatory power of accounting information can indicate the need to: (i) disclose other elements about institutional performance; and to (ii) improve accounting information about non-profit organizations, such as the separation of expenses per activity and functional category.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	3
LISTA DE TABELAS	5
1 INTRODUÇÃO	7
1.1 Questão de pesquisa	13
1.2 Objetivos	13
1.3 Tese	14
1.4 Justificativas	15
1.5 Estrutura do trabalho	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1 Uma breve visão do terceiro setor.....	19
2.1.1 Investindo em entidades do terceiro setor: doações e contribuições.....	22
2.2 Relevância e divulgação de informações contábeis das entidades do terceiro setor	24
2.2.1 A contabilidade e a perspectiva baseada na informação	24
2.2.2 A relevância da informação contábil.....	28
2.2.3 Divulgação de informações contábeis das entidades do terceiro setor	34
2.3 Teorias de mercado e a relevância da informação contábil para os investidores sociais de entidades do terceiro setor	44
2.3.1 Teoria da agência e assimetria de informação	44
2.3.2 Teoria da demanda	47
2.3.2.1 Relação entre o preço do produto das entidades do terceiro setor e as doações	48
2.3.2.2 Preço do produto das entidades do terceiro setor e eficiência operacional...	52
2.3.2.3 Relação entre a reputação da entidade do terceiro setor e as doações	55
2.3.2.4 Relação entre a disponibilidade de informações para os investidores sociais e as doações	57
2.3.2.5 Outros fatores que podem influenciar a demanda do doador.....	58
2.4 Evidências empíricas da relevância da informação contábil para os investidores sociais de entidades do terceiro setor	59
2.4.1 O modelo de Weisbrod e Dominguez	59
2.4.2 Estudos assemelhados: análise evolutiva	61
3 METODOLOGIA	85
3.1 Caracterização do estudo.....	85
3.2 Dados, população e amostras	86
3.3 Seleção das variáveis, modelos empíricos e hipóteses.....	93
3.3.1 Disponibilidade de informações: despesas com captação de recursos (CAPT)95	
3.3.2 Eficiência operacional: preço do produto (PREÇO) e taxa de despesas administrativas (ADM)	96
3.3.3 Reputação organizacional: receitas governamentais (GOV) e idade	98
3.3.4 Modelos empíricos e hipóteses	99
3.4 Limitações do estudo.....	106
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	109
4.1 Perfil das entidades pesquisadas e estatísticas descritivas	109
4.2 Avaliação empírica da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados totais	112
4.2.1 Avaliação dos pressupostos do modelo de regressão 1	116
4.3 Avaliação empírica da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados institucionais	119

4.3.1	Avaliação dos pressupostos do modelo de regressão 1A.....	122
4.4	Avaliação empírica da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados individuais.....	124
4.4.1	Avaliação dos pressupostos do modelo de regressão 1B	127
4.5	Comparação dos resultados com outras pesquisas assemelhadas	128
5	CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS.....	131
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICES	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2SLS: *Two-Stage Least Square*
 ADM: Taxa de despesas administrativas
 AIP: *American Institute of Philanthropy*
 BBB: *Better Business Bureau*
 BG/LM: Breusch-Godfrey / *Lagrange Multiplier*
 CAPM: *Capital Asset Pricing Model*
 CAPT: Despesas com Captação de Recursos
 CEBAS: Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
 CFC: Conselho Federal de Contabilidade
 CNAS: Conselho Nacional de Assistência Social
 CNEs: Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública
 CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
 CPC: Comitê de Pronunciamentos Contábeis
 DIPJ: Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica
 DOA: Doações e contribuições privadas
 DOAPF: Doações e contribuições privadas provenientes de doadores individuais
 DOAPJ: Doações e contribuições privadas provenientes de doadores institucionais
 DSDE: Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício
 DW: Durbin-Watson
 ETS: Entidades do Terceiro Setor
 EUA: Estados Unidos da América
 FASB: *Financial Accounting Standard Board*
 FIV: Fator de Inflação da Variância
 GAAP: *Generally Accepted Accounting Principles*
 GLS: *Generalized Least Squares*
 GOV: Receitas Governamentais
 IASB: *International Accounting Standards Board*
 IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICNPO: *International Classification of Nonprofit Organizations*
 IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
 IR: Imposto de Renda
 IRS: *Internal Revenue Service*
 KMO: Kaiser-Meyer-Olkin
 K-S: Kolmogorov-Smirnov
 LN: Logaritmo Natural
 MSA: *Measure of Sampling Adequacy*
 MJ: Ministério da Justiça
 NBC T: Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
 NCCS: *National Center for Charitable Statistics*
 OE: Organização Estrangeira
 OLS: *Ordinary Least Squares*
 OS: Organização Social
 OSCIP: Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 PF: Pessoa Física
 PIB: Produto Interno Bruto
 PJ: Pessoa Jurídica
 PROG: Taxa de despesas com programas

RESET: *Regression Equation Specification Error Test*

RT: Receitas Totais

SFAS: *Statement of Financial Accounting Standards*

SNJ: Secretaria Nacional de Justiça

SOI: *Statistics of Income*

SRF: Secretaria da Receita Federal

STN: Secretaria do Tesouro Nacional

SURE: *Seemingly Unrelated Regression*

UPF: Utilidade Pública Federal

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Especificação do preço em entidades do terceiro setor: detalhando o exemplo de Weisbrod e Dominguez (1986, p. 88)	50
Tabela 2 – Processo de seleção da amostra total.....	90
Tabela 3 – Variáveis explicativas de doações privadas predominantes nos estudos assemelhados (sintetizados no Quadro 1)	94
Tabela 4 – Resultados da análise fatorial: matriz com os componentes rotacionados.....	99
Tabela 5 – KMO e Teste de Bartlett	100
Tabela 6 – Resultados do teste RESET de Ramsey	104
Tabela 7 – Quantidade de entidades analisadas por Estado e por região do Brasil	109
Tabela 8 – Áreas de atuação das entidades analisadas.....	110
Tabela 9 – Estatísticas descritivas	111
Tabela 10 – Resultados da regressão – modelo 1.....	113
Tabela 11 – Poder explicativo da taxa de despesas administrativas – amostra total	116
Tabela 12 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1	117
Tabela 13 – Matriz de correlação entre as variáveis explicativas – amostra total	118
Tabela 14 – Estatísticas relativas à colinearidade – amostra total	118
Tabela 15 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1 com a exclusão das variáveis lnGOV e lnATIVO	119
Tabela 16 – Resultados da regressão – modelo 1A.....	120
Tabela 17 – Poder explicativo da taxa de despesas administrativas – subamostra 1	122
Tabela 18 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1A.....	122
Tabela 19 – Matriz de correlação entre as variáveis explicativas – subamostra 1	123
Tabela 20 – Estatísticas relativas à colinearidade – subamostra 1	123
Tabela 21 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1A com a exclusão das variáveis lnGOV e lnATIVO	124
Tabela 22 – Resultados da regressão – modelo 1B.....	124
Tabela 23 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1B.....	127
Tabela 24 – Matriz de correlação entre as variáveis explicativas – subamostra 2.....	128
Tabela 25 – Estatísticas relativas à colinearidade – subamostra 2.....	128
Tabela 26 – Comparação dos coeficientes de ADM, GOV e ATIVO e R^2 com os resultados de estudos anteriores	129

1 INTRODUÇÃO

Dentre as fontes de receitas das entidades do terceiro setor encontram-se as doações e contribuições privadas, que representam investimentos de doadores, individuais ou institucionais, nessas organizações. No cenário brasileiro, embora essas doações sejam uma importante fonte de recursos para muitas dessas instituições, pouco se tem pesquisado sobre como esses doadores escolhem a entidade para a qual irão contribuir e, nesse contexto, são escassos os estudos que investigam profundamente o papel da contabilidade nesse processo de decisão.

Em meados da década de 1980, especificamente nos Estados Unidos, a pesquisa em contabilidade no âmbito das organizações do terceiro setor começou a examinar a utilidade da informação contábil para os doadores em suas decisões quanto à alocação de recursos para essas entidades. Estudos nessa área, como os de Weisbrod e Dominguez (1986), Tinkelman (1997) e Greenlee e Brown (1999), foram influenciados pelas mudanças originalmente ocorridas na pesquisa contábil voltada ao mercado de capitais que, no final dos anos de 1960, migrou de uma abordagem econômica e normativa para uma perspectiva baseada na informação (*informational perspective*), que enxerga a contabilidade segundo a sua capacidade de fornecer informações úteis ao processo decisório dos agentes econômicos (LOPES; MARTINS, 2007, p. 10-18).

Dentro do paradigma informacional, uma das maiores áreas de pesquisa empírica dirigida a entender o valor dos números contábeis para o mercado de capitais é aquela que investiga a relevância da informação gerada pela contabilidade para os investidores desse mercado, também conhecida como *value-relevance* (BEAVER, 2002, p. 459). Essa linha de estudos analisa a relação entre os preços das ações e variáveis contábeis, como o lucro e o patrimônio líquido, e fornece evidências de que os dados contábeis são relevantes para esses investidores (LOPES, 2001, p. 5).

Similarmente, no ambiente do terceiro setor, investiga-se a relevância da informação contábil para os investidores das organizações desse segmento, nesse caso, os doadores. De acordo com Parsons,

[...] a pesquisa sobre *value-relevance* voltada às entidades sem fins lucrativos [NFP] procura explorar a associação entre doações e números contábeis para avaliar se a contabilidade dessas instituições é relevante para os doadores. Os tomadores de decisão são os doadores, e as decisões são sobre se fazer uma contribuição e quanto contribuir. A variável dependente “doações” representa o capital que os doadores investem nas entidades sem fins lucrativos. A pesquisa sobre *value-relevance* nessa área busca demonstrar uma associação entre a contabilidade e as doações (o resultado da decisão). (PARSONS, 2003, p. 105)¹.

Nesse sentido, informação contábil relevante é aquela que influencia a decisão do doador quanto à alocação de recursos nas instituições do terceiro setor, além disso, essa relevância está condicionada à disponibilidade da referida informação a esse investidor social². De forma geral, a relevância é investigada empiricamente através da análise da associação entre o produto da decisão, que são as doações e contribuições (variável dependente), e variáveis contábeis (variáveis explicativas), deste modo, uma variável contábil é considerada relevante se está significativamente relacionada à variável dependente.

Falk *et al.* ao analisarem a estrutura contábil das organizações sem fins lucrativos argumentam que:

Como não há mecanismo de preço de mercado disponível para avaliar o valor monetário dos produtos ou serviços (das entidades sem fins lucrativos) e praticamente não se conhecem agências privadas que produzem informação sobre o desempenho das organizações, a contabilidade por fundos, não consolidada e detalhada, e seus relatórios têm um papel importante em decisões de doação.³ (FALK *et al.*, 1992, p. 489-490).

Embora Falk *et al.* (1992) mencionem a contabilidade por fundos, adotada por entidades do terceiro setor norte-americano, os autores ressaltam o “importante papel” da informação contábil em decisões de doação, destacando a função da contabilidade de auxiliar na análise e avaliação dessas instituições.

Referindo-se também ao cenário norte-americano, Keating *et al.* (2008, p. 418) afirmam que “A confiabilidade nos relatórios financeiros das entidades sem fins lucrativos é importante.

¹ “[...] NFP value relevance research seeks to explore the association between donations and accounting numbers in order to assess whether NFP accounting is relevant to donors. The decision-makers are donors, and the decisions are whether to make a charitable contribution and how much to contribute. The dependent variable ‘donations’ represents the capital that contributors invest in nonprofits. Value-relevance research in the nonprofit area seeks to demonstrate an association between accounting and donations (the decision outcome).”

² Neste estudo, o termo investidor social é adotado com a finalidade de diferenciar o indivíduo ou a instituição que investe em entidades do terceiro setor daquele ente que investe em empresas do segundo setor, motivado principalmente pelo retorno pecuniário. No decorrer do texto, as seguintes expressões são utilizadas como sinônimas: investidor social, doador ou investidor de organizações do terceiro setor.

³ “Because no market price mechanism is available to assess the monetary value of the products or services and practically no Know private agency produces information about the organizations’ performance, detailed nonconsolidated fund accounting and reporting play a major role in the giving decision.”

Estudos anteriores documentam que os doadores usam informação financeira nas decisões de contribuição [...]”⁴. Nesse caso, quais informações provenientes da contabilidade seriam relevantes aos investidores das organizações do terceiro setor?

Em função de características que lhes são inerentes, como a não finalidade lucrativa, medidas contábeis tradicionais de desempenho, como o lucro, não são contempladas em modelos que visam analisar essa relação entre as doações e a contabilidade, pois os investidores dessas organizações atuam não para proteger dividendos, mas para garantir que as suas contribuições sejam utilizadas de modo a maximizar os benefícios ao público-alvo das entidades.

Diante disso, as pesquisas (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; GREENLEE; BROWN, 1999; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; PARSONS, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009)⁵ que investigam a relevância da informação contábil na arena do terceiro setor focam, de modo geral, em medidas provenientes dos relatórios contábeis:

- a) que comunicam a eficiência operacional da organização em alocar os seus recursos em atividades que executam diretamente a missão da entidade;
- b) que mensuram a disponibilidade de informações (sobre os produtos e serviços prestados) aos investidores sociais; e
- c) que comunicam a reputação organizacional ou a qualidade dos produtos ou serviços prestados pelas instituições.

Esses estudos voltados a entender o papel da contabilidade para os investidores de entidades sem fins lucrativos são realizados principalmente em países considerados desenvolvidos (como Estados Unidos e Reino Unido), e destacam-se como achados dessas pesquisas⁶:

⁴ “*The reliability of nonprofit financial reports is important. Prior research documents that donor and grantors use financial information to inform contribution decisions [...]*”

⁵ Uma visão completa da natureza das informações contábeis e das mencionadas pesquisas é apresentada no capítulo 2.

⁶ Esses resultados são consistentes com a maioria das pesquisas citadas, mas não com todas elas, conforme discussão apresentada no capítulo 2.

- a) em geral, as doações e contribuições privadas são explicadas por variáveis contábeis que mensuram a eficiência operacional do ano anterior, com coeficientes estatisticamente significativos, desse modo, quanto mais favoráveis as informações contábeis no que se refere a eficiência, maiores os investimentos privados;
- b) em geral, as doações e contribuições privadas são associadas positivamente às variáveis contábeis, do ano anterior, que mensuram a disponibilidade de informações aos investidores sociais; e
- c) em geral, as doações e contribuições privadas são associadas positivamente às variáveis contábeis que comunicam a reputação organizacional do ano anterior.

As bases teóricas utilizadas para se estabelecer uma relação, passível de teste empírico, entre informações contábeis e investimentos privados são: (i) a teoria da agência (PARSONS, 2001, 2007); e (ii) a teoria da demanda (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; OKTEN; WEISBROD, 2000; MARUDAS, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; JACOBS; MARUDAS, 2009).

No âmbito da teoria da agência, a informação emanada da contabilidade funciona como um mecanismo de sinalização, visando atenuar a assimetria informacional e o conflito de agência existentes entre o gestor da entidade (agente) e os investidores sociais (principais), que destinam recursos para as organizações do terceiro setor por meio de suas doações e contribuições.

Sob a ótica da teoria da demanda, são analisados os fatores que influenciam a escolha do doador entre os diversos produtos e serviços oferecidos por entidades do terceiro setor e, desse modo, preconiza-se o efeito de cada fator sobre a demanda desse investidor social, que procura esses produtos em função da utilidade que proporcionam. Nessa visão, as doações privadas refletem a demanda de indivíduos ou instituições pelos bens ou serviços fornecidos por organizações sem fins lucrativos, e essas contribuições são respostas a variáveis contábeis que sinalizam a eficiência operacional da entidade, a sua reputação, e a disponibilidade de informações aos investidores sociais. Assim sendo, dentre os determinantes da demanda do doador encontram-se as variáveis oriundas dos relatórios contábeis.

Apesar das evidências, no contexto internacional, da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em organizações do terceiro setor, pouco se tem pesquisado sobre o tema no Brasil.

Custódio Pereira (2001) analisou os fatores que motivam o doador brasileiro a fazer doações, identificando a causa como o fator principal, entretanto, os resultados ainda sinalizam “[...] que as pessoas preferem contribuir para instituições que mostrem transparências em suas ações e na forma como aplicam os recursos captados, que transmitam confiança e credibilidade [...]” (PEREIRA, Custódio, 2001, p. 116), ou seja, uma vez definida a causa, outros critérios devem orientar os doadores em suas escolhas, pois Custódio Pereira (2001, p. 116) também constatou que “[...] pessoas não contribuem para causas sociais por não acreditarem na seriedade das instituições que se responsabilizam por elas, por acharem que são mal administradas.” Esse estudo sugere que a ausência de transparência pode afetar as doações, porém ele não investiga especificamente a influência da informação contábil sobre o processo decisório dos doadores.

Cruz *et al.* (2008) investigaram se a divulgação da Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE) influencia nas decisões individuais de se fazer doação a entidades do terceiro setor brasileiro e na quantia a ser doada. No entanto, a pesquisa, realizada em ambiente de laboratório, não é conclusiva quanto à relevância da informação contábil para o doador brasileiro.

Um dos limitadores para o desenvolvimento de estudos dirigidos a compreender a utilidade da contabilidade para os usuários das instituições do terceiro setor no Brasil é o baixo índice de divulgação dos relatórios contábeis dessas entidades (MILANI FILHO, 2008). Os Estados Unidos, berço dos trabalhos nessa linha, possuem o formulário 990 da Receita Federal (*Internal Revenue Service – IRS Form 990*), que é um tradicional mecanismo de divulgação de informações contábeis das instituições sem fins lucrativos.

Apesar dessa realidade, o Ministério da Justiça iniciou a divulgação, a partir de 2007, de informações contábeis das entidades do terceiro setor qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e das que possuem o título de Utilidade Pública Federal (UPF), sendo que as referidas informações foram disponibilizadas para acesso público irrestrito, via *website*, numa iniciativa singular para o contexto do terceiro setor brasileiro,

entretanto, apenas as OSCIPs tiveram, no período desta pesquisa, os relatórios contábeis referentes a no mínimo dois anos disponíveis ao público (condição necessária para a realização deste trabalho), portanto as informações contábeis dessas organizações serão objeto de análise neste estudo.

As características do terceiro setor no Brasil no que se refere à regulamentação e evidenciação contábil podem comprometer a relevância da informação gerada pela contabilidade para os doadores, por outro lado, a quase inexistência de instituições brasileiras que intermediam doações, e que divulgam informações sobre o desempenho das organizações desse segmento pode auferir maior importância à informação contábil disponibilizada.

Nos Estados Unidos existem as chamadas *charity watchdog agencies*, como a *American Institute of Philanthropy (AIP)*, a *Better Business Bureau (BBB)/Wise Giving Alliance*, e a *Charity Navigator*, que têm como propósito auxiliar os doadores com informações que os ajudem nas decisões de doação. Essas entidades, além de divulgarem informações sobre o desempenho das organizações sem fins lucrativos, estabelecem padrões para *accountability* dessas instituições, por exemplo, a *BBB/Wise Giving Alliance* estipulou que as entidades do terceiro setor devem gastar no mínimo 65% do total das suas despesas com os programas (com a causa) e não com atividades de captação de recursos ou despesas administrativas (BBB, 2009). No Brasil, agências similares na esfera do terceiro setor são escassas.

Diante desse panorama, é difícil prever o comportamento dos doadores brasileiros no que se refere ao uso das informações emanadas da contabilidade, sendo possível que o relacionamento entre os investimentos (doações e contribuições) privados e os números contábeis seja diferente daquele previamente encontrado na literatura.

1.1 Questão de pesquisa

Entendendo os investimentos privados como as doações e contribuições provenientes de indivíduos e instituições não governamentais, e percebendo-se a necessidade de compreensão do papel da contabilidade como fornecedora de informações para as decisões de investimento no âmbito das organizações do terceiro setor brasileiro, este estudo visa responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor brasileiro qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?**

1.2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é investigar a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor no Brasil, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), através da análise da relação entre a informação proveniente da contabilidade e as doações e contribuições privadas.

Este estudo foca essencialmente em medidas contábeis que comunicam a eficiência da organização do terceiro setor no uso dos seus recursos, no entanto, é analisada também a influência de variáveis que comunicam a reputação organizacional sobre os investimentos privados. Assim, a fim de atingir o objetivo geral, destacam-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar as correntes teóricas que fundamentam a relação entre as informações contábeis e os investimentos privados no contexto do terceiro setor;
- b) Caracterizar a natureza das informações emanadas da contabilidade das entidades do terceiro setor que podem influenciar doações e contribuições privadas;
- c) Analisar a relação entre a informação contábil que comunica a eficiência operacional da OSCIP e os investimentos privados, realizando essa análise também por tipo de investidor social, individual e institucional;
- d) Analisar a relação entre a informação contábil que comunica a reputação da OSCIP e os investimentos privados, efetuando esse exame também por tipo de investidor social, individual e institucional.

1.3 Tese

Glaeser (2006, p. 1-2) propicia uma reflexão sobre a relação de agência e a assimetria de informação existentes entre os investidores (principais) e os gestores das entidades do terceiro setor (agentes), ao esclarecer que, em função dos aspectos que diferenciam as organizações sem e com finalidade de lucro – como os privilégios quanto aos impostos, a não distribuição de superávits, e a não existência de proprietários –, as pessoas que investem nessas entidades através de suas doações e contribuições não ganham, explicitamente, direitos de controle sobre as instituições, no entanto a diretoria tem esse direito, mas muitas vezes ela é apenas parcialmente composta por doadores e seus representantes. Nessas instituições, o processo de prestação de contas da diretoria aos investidores geralmente não ocorre do mesmo modo que nas empresas (segundo setor), em que os acionistas ou quotistas são detentores de parcelas do capital. O autor (2006, p. 2) ainda explana que as normas legais tratam da necessidade de observância da missão da organização do terceiro setor, mas não requerem que os diretores atuem segundo os interesses de investidores ou doadores. Além do mais, a renda do gestor de uma empresa pode estar vinculada ao preço das ações dessa organização, mas não existe padrão similar para a maioria das instituições do terceiro setor. O resultado desses fatores é que a administração dessas organizações tem um maior grau de autonomia, portanto doadores frequentemente reconhecem que têm pouca influência sobre as entidades; deste modo, a escolha da organização para a qual serão alocados os recursos ganha importância no âmbito do terceiro setor.

Delineia-se, assim, um cenário de assimetria informacional e de incertezas quanto à utilização dos recursos que serão investidos, portanto a relevância da contabilidade nesse contexto está ligada a sua capacidade de reduzir o risco percebido por doadores, abrandando essa assimetria e o conflito de agência.

Tendo como base a teoria da agência e a teoria da demanda, mencionada anteriormente, formula-se a tese de que informações contábeis das entidades do terceiro setor brasileiro, qualificadas como OSCIP, são relevantes para os investidores sociais privados dessas organizações.

1.4 Justificativas

Existem consideráveis razões para se investigar o valor das informações emanadas da contabilidade para os usuários das demonstrações contábeis de organizações do terceiro setor brasileiro e, especificamente, para os investidores sociais privados dessas instituições.

Inicialmente, são escassos os estudos realizados sobre o tema até o presente momento no Brasil. Essa realidade se estende a outros países da América Latina, tendo em vista que a maioria das pesquisas é realizada em países desenvolvidos (Estados Unidos, Reino Unido, Espanha e Canadá), deste modo, ao fornecer evidências empíricas do papel da contabilidade para os doadores privados de instituições sem fins lucrativos brasileiras, este trabalho contribui para o desenvolvimento dessa literatura contábil em países emergentes.

Adicionalmente, a contabilidade do terceiro setor no Brasil apresenta características informacionais que a distingue dos países mais desenvolvidos, dentre as quais podem ser citadas: (i) a pouca tradição de divulgação das informações contábeis para os usuários; (ii) a quase inexistência de instituições que divulgam informações sobre o desempenho das entidades sem fins lucrativos; e (iii) a estrutura das demonstrações contábeis que, em essência, é a mesma para organizações do segundo e terceiro setor. Diante disso, a relação entre a contabilidade e os investimentos privados, no contexto brasileiro, pode ser diferente daquela verificada em países desenvolvidos.

O tamanho e a importância econômica do terceiro setor no Brasil, como em outros países, também justificam a realização deste trabalho. Salamon *et al.* (2003) investigaram as dimensões do setor sem fins lucrativos em 35 países, incluindo países desenvolvidos (como Austrália, Espanha, Estados Unidos, França, Reino Unido, Japão, entre outros) e aqueles em desenvolvimento (como a Argentina, Brasil, México, Peru, África do Sul, entre outros), concluindo que o terceiro setor é uma importante força econômica e social em todos os países pesquisados. Dados desse estudo, referentes ao período de 1995 a 1998, revelaram que, no somatório dos países analisados, as despesas desse setor representavam 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB) conjunto. Ainda segundo os autores (2003, p. 45), o terceiro setor na América Latina era um pouco maior que a média dos países desenvolvidos, destacando-se a Argentina. Informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), para o

ano 2000, evidenciaram que as despesas das instituições sem fins lucrativos brasileiras representam 1,4% do PIB.

De acordo com Tinkelman (1997), Marudas (2001) e Parsons (2001, 2007), a compreensão da influência da informação contábil sobre os investimentos privados, na esfera do terceiro setor, tem importância para: (i) a própria entidade sem fins lucrativos; (ii) os normatizadores contábeis; e (iii) os órgãos governamentais.

Do mesmo modo que as empresas (segundo setor) procuram entender o papel da informação contábil nos mercados financeiros, as organizações sem fins lucrativos devem estar interessadas em saber como a contabilidade pode ser usada para informar potenciais investidores sociais sobre a utilização dos recursos arrecadados. Além disso, as instituições devem buscar compreender se e como os seus relatórios contábeis afetam as doações e contribuições para que, a partir desse entendimento, possam melhorar o conteúdo informativo da contabilidade.

Conforme explana Parsons (2007, p. 180), os normatizadores contábeis estão interessados em fornecer a informação mais útil aos usuários das demonstrações contábeis em ambos os setores, com e sem fins lucrativos, portanto pesquisadores necessitam examinar a utilidade desses relatórios. Frente a isso, os resultados deste trabalho podem prover órgãos reguladores nacionais com informações que orientem a elaboração e emissão de normas contábeis voltadas às entidades do terceiro setor brasileiro.

No Brasil, órgãos públicos, como o Ministério da Justiça, têm iniciado o processo de divulgação de informações contábeis que lhes são remetidas por instituições do terceiro setor, logo, esses entes governamentais têm interesse em conhecer a relevância da contabilidade para os usuários, inclusive para o aprimoramento das informações que são divulgadas, pois, segundo Tinkelman (1997, p. 2), doadores informados podem agir racionalmente evitando entidades ineficientes ou, ainda, denunciando problemas relativos ao uso inadequado dos recursos.

Diante do exposto, espera-se que este estudo, através de suas discussões e análises, possa contribuir para o aprimoramento da contabilidade de entidades do terceiro setor e sua

divulgação no Brasil, bem como para o desenvolvimento da literatura sobre o papel da informação contábil dessas organizações em países emergentes.

1.5 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos mais as referências e os apêndices.

Neste primeiro capítulo, o problema a ser investigado é caracterizado, os objetivos são definidos, as justificativas para o desenvolvimento deste estudo e a tese formulada são apresentadas, além desta descrição da organização do trabalho.

No capítulo 2 são abordados os aspectos teóricos, conceituais e a revisão da literatura. Inicialmente são tratados os aspectos conceituais, para então serem apresentadas as teorias – teoria da agência e teoria da demanda – que fundamentam a relação entre as informações contábeis e as doações no contexto do terceiro setor. No final do capítulo, é apresentada uma revisão detalhada dos estudos empíricos relacionados ao tema, proporcionando uma visão do estado da arte da pesquisa na área.

No capítulo 3 constam a abordagem metodológica adotada, a população e as amostras, o processo de seleção das variáveis, os modelos empíricos e as hipóteses que serão testadas, bem como as limitações deste estudo.

No capítulo 4 são apresentados e analisados, à luz do referencial teórico, os resultados da investigação empírica.

No capítulo 5 encontram-se as conclusões desta pesquisa e as recomendações para estudos posteriores sobre o tema.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A análise das teorias – teoria da agência e teoria da demanda – que fundamentam este estudo requer a conceituação e definição dos termos e variáveis relacionados ao tema desenvolvido, portanto, neste capítulo são tratados inicialmente os aspectos conceituais e, posteriormente, as mencionadas teorias. No final deste capítulo, são apresentadas detalhadamente as pesquisas empíricas que investigaram o relacionamento entre as doações e contribuições e as informações contábeis no âmbito do terceiro setor.

2.1 Uma breve visão do terceiro setor

O terceiro setor engloba as entidades sem fins lucrativos, privadas, cuja atuação volta-se a finalidades públicas ou coletivas para a geração do bem comum (FISCHER, 2002, p. 45). Essa terminologia (terceiro setor) é utilizada no âmbito de uma tipologia organizacional que classifica as organizações em três setores, segundo características que lhes são inerentes, assim o primeiro setor abrange as instituições governamentais (Estado), e o segundo, as empresas privadas com finalidade de lucro (mercado).

Na concepção de Drucker (2003, p. 167-168), as organizações do terceiro setor constituem uma contracultura, pois possuem valores e culturas distintos tanto do Estado quanto do mercado. Essas entidades desempenham uma função social comum que é provocar transformação nos seres humanos e na sociedade, embora cada uma delas tenha sua própria missão.

De acordo com Salamon e Anheier (1992, 1997), o terceiro setor, também denominado de setor sem fins lucrativos (*non-profit sector*), é composto por organizações: (i) privadas: que não pertencem ao Estado; (ii) formais: que possuem algum grau de institucionalização; (iii) autônomas: que realizam sua própria gestão, não sendo controladas externamente; (iv) não distribuidoras de lucros: que não distribuem, sob nenhuma forma, o superávit aos dirigentes, investidores ou empregados; e (v) voluntárias: que envolvem algum tipo de participação voluntária, seja pelo uso do trabalho voluntário (não remunerado) ou por serem expressão da vontade do empreendedor (não compulsórias). Através desses cinco atributos os autores

(1992) apresentam uma definição estrutural/operacional para o terceiro setor que, segundo Falconer (1999, p. 42-52), é amplamente aceita e utilizada como referência nos cenários nacional e internacional.

Pesquisas (IBGE; IPEA, 2008; LANDIM; BERES, 1999) voltadas a obter estimativas sobre as dimensões do terceiro setor no Brasil utilizam essas cinco características de Salamon e Anheier (1992) para definir as organizações que compõem esse setor, assim, usando esses critérios, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IBGE; IPEA, 2008) identificaram, em 2005, 338.162 fundações privadas e associações sem fins lucrativos oficialmente constituídas no Brasil, que representavam 5,6% do total das entidades públicas e privadas de todo o país. Embora essa seja a estatística oficial mais recente sobre o terceiro setor, ela não levanta informações sobre as fontes de recursos dessas instituições, no entanto, dados nacionais de 1995 (LANDIM; BERES, 1999) evidenciaram que 17,2% das receitas das organizações do terceiro setor provinham de doações privadas, sendo que 14,0% vinham de indivíduos e 3,2% de empresas. Essas doações dos indivíduos (em dinheiro) foram feitas por 21% da população, contudo, se fossem quantificados também os bens doados, esse volume cresceria, ou seja, 50% da população efetuou alguma doação, em bens ou dinheiro, para essas entidades no país. Esses dados dão indícios da importância das doações privadas enquanto fonte de receitas para as instituições do terceiro setor brasileiro.

À luz do Código Civil (BRASIL, 2002, 2003), as organizações privadas sem fins lucrativos, quando da sua constituição, terão uma das seguintes formas jurídicas: associações, fundações, organizações religiosas ou partidos políticos. Vale observar que os partidos políticos e outras entidades paraestatais não são considerados por alguns autores (FERNANDES, 1994; FALCONER, 1999; IBGE; IPEA, 2008) como parte do terceiro setor por não atenderem as características de autonomia de gestão e independência de governo (voluntárias), já Fischer (2002, p. 45-48) adota uma postura menos restritiva e identifica essas instituições como componentes desse setor. Depois de formalmente constituídas, as entidades podem obter reconhecimento governamental requerendo títulos, certificados ou qualificações em todas as esferas do governo, sendo que os de âmbito federal são: título de Utilidade Pública Federal (UPF); Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS); qualificação como Organização Social (OS); e qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Nesta pesquisa, como já mencionado, serão analisadas as informações contábeis das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), nesse caso, para a entidade do terceiro setor ser qualificada como OSCIP, ela deve apresentar uma sexta característica, além daquelas identificadas por Salamon e Anheier (1992, 1997), em sua definição estrutural/operacional: o benefício público. Esse sexto atributo foi levantado por Salamon (1999, p. 11) para o setor sem fins lucrativos norte-americano, ou seja, a organização deve beneficiar um público externo a ela para fazer parte desse setor, semelhantemente, essa diferenciação entre instituições de interesse público e de benefício mútuo ou coletivo é condição essencial para a qualificação como OSCIP, desse modo, associações de classe, organizações partidárias, sindicatos, cooperativas, dentre outras instituições similares, não são passíveis de qualificação.

Nesse contexto, é interessante refletir sobre a contribuição dessas entidades voltadas a atividades de interesse público para a construção de um novo relacionamento entre Estado e organizações da sociedade civil. Drucker (1999, p. XIII) esclarece “[...] que a capacidade do governo para executar tarefas sociais é, de fato, muito limitada”, portanto, a visão do Estado como promotor exclusivo de políticas sociais tem mudado. Nesse sentido, Junqueira (2004, p. 1) explica que “A complexidade dos problemas sociais que afetam a população remete a necessidade de integrar os diversos atores sociais e organizacionais na gestão de políticas sociais, privilegiando a ação intersetorial.”

Nessa conjuntura, a Lei 9.790 (BRASIL, 1999) que dispõe sobre a qualificação como OSCIP também instituiu o termo de parceria, instrumento jurídico criado para formalizar a relação de parceria entre as OSCIPs e o Estado para a realização de ações de interesse público. Segundo Junqueira (2004), através desse relacionamento, o governo transfere para instituições privadas, porém igualmente de fins públicos, a execução de parte das ações sociais de sua competência, assim, “Com essas organizações a sociedade civil assume um papel ativo na construção da cidadania.” (JUNQUEIRA, 2004, p. 11).

Para fins deste estudo, destacam-se ainda os seguintes aspectos das entidades qualificadas como OSCIP: (i) a necessidade de observância dos princípios e normas brasileiras de contabilidade (BRASIL, 1999, art. 4º); (ii) a necessidade de dar publicidade ao relatório de atividades e às demonstrações financeiras, colocando-os à disposição para exame de qualquer

cidadão (BRASIL, 1999, art. 4º); e (iii) a possibilidade de oferecer dedução fiscal no Imposto de Renda, em doações de pessoas jurídicas (BRASIL, 2001, art. 59). É importante ressaltar, que essa dedutibilidade das doações é condicionada à renovação anual da qualificação junto ao órgão público (nesse caso, ao Ministério da Justiça) e, nesse processo de renovação, são apresentadas ao referido ente governamental as demonstrações contábeis da entidade, dentre outras exigências.

2.1.1 Investindo em entidades do terceiro setor: doações e contribuições

Segundo Kisil (2005, p. 58-59), o investidor social privado surge como um fenômeno da década de 1990 contrapondo-se ao filantropo ou doador tradicional no que refere à alocação eficiente de recursos próprios de modo a maximizar o bem comum, dentre outros aspectos. Nesse contexto, o investimento social abrange o uso de recursos privados, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, em programas e projetos sociais, de forma planejada e monitorada. Dentro dessa nova abordagem, também denominada de “nova filantropia”, Kisil (2007, p. 3) argumenta que:

Em certo sentido, doar é também um “negócio”. Não no sentido capitalista que conhecemos, de sempre se buscar uma vantagem financeira para o capitalista, mas no sentido de maximizar resultados e/ou impactos dos benefícios para o bem comum. Isso implica em entender que todo e qualquer recurso doado deve atender a questões básicas como: onde investir; como investir; como monitorar e avaliar; como buscar o maior retorno por unidade de investimento, ou como fazer uso de instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de maneira regular. Doar é um ato que deve ser estratégico, eficiente e eficaz.

Nessa perspectiva, Drucker (1999) já explanava que a entidade do terceiro setor também necessita de uma estratégia para formar sua base de doadores e, para isso, precisa “Desenvolver fundos [...]”, ou seja, deve “[...] criar um público que apoia a organização porque ela *merece*” (DRUCKER, 1999, p. 41, grifo do original), de tal modo que, se por um lado os indivíduos ou empresas participam ou investem na instituição através de suas doações, por outro lado, a organização é responsável perante os doadores pelo investimento do dinheiro onde haja resultados e pelo desempenho e, portanto, precisa relatar aos doadores esses resultados, para lhes mostrar o que eles estão realizando (DRUCKER, 1999, p. 41-42 e 101-103).

Diante desse cenário e tendo em vista o escopo deste estudo, as doações e contribuições efetuadas às entidades do terceiro setor são consideradas, nesta pesquisa, investimentos dos

doadores nessas organizações, embora se reconheça que nem todo doador tenha o perfil de investidor descrito por Kisil (2005, 2007), seja em função de características que lhes são peculiares como, por exemplo, o paternalismo, seja pelo nível de profissionalização ou sofisticação do doador.

A doação é definida pelo Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002, art. 538) como “[...] o contrato em que uma pessoa, por liberdade, transfere do seu patrimônio bens ou vantagens para o de outra.” As contribuições, para Olak (2008, p. 28), são recursos pecuniários provenientes de associados e outros indivíduos ou empresas que se comprometem, periodicamente, a contribuir para manutenção da entidade como um todo ou, especificamente, para a execução de uma obra, um projeto ou atividade. De acordo com essas definições, as contribuições se diferenciam das doações por sua periodicidade e sua limitação a recursos pecuniários.

O *Financial Accounting Standard Board* – FASB (1993a, par. 5) não apresenta diferenças conceituais entre doação e contribuição, que são definidas como uma transferência incondicional, voluntária e não recíproca de caixa ou outros ativos para uma entidade (a beneficiária), por outra entidade que não seja o proprietário (o doador), além disso, a contribuição pode ter a forma de cancelamento de obrigações da beneficiária.

É interessante observar que essas doações e contribuições estão sujeitas a possíveis restrições e condições impostas pelos doadores. Segundo o FASB (1993a, par. 57), as restrições limitam o uso dos recursos recebidos, podendo ser temporárias ou permanentes, já as condições criam uma barreira que deve ser superada antes que os recursos transferidos ou prometidos tornem-se contribuições efetivas.

Na literatura são encontradas expressões como doações privadas (TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; MARCUELLO; SALAS, 2001; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) e doações indiretas (TINKELMAN, 1997, p. 26; TRUSSEL; PARSONS, 2007, p. 272). As doações e contribuições privadas são aquelas oriundas de doadores não governamentais, ou seja, aquelas que não provêm do primeiro setor. A doação ou contribuição indireta é aquela que vem de doadores indiretos (como a *United Way* Brasil), que são repassadores de recursos, ou seja, eles atuam captando recursos (como, por exemplo, de empresas e de seus

funcionários) e os investem em projetos ou programas de outras organizações do terceiro setor.

Frente a essas definições, adotam-se, para fins desta pesquisa, os seguintes critérios com relação às doações e contribuições para entidades do terceiro setor:

- não são consideradas distinções conceituais entre doações e contribuições, que são entendidas como recursos pecuniários, ou não, recebidos de indivíduos, empresas, ou de outras entidades do terceiro setor (recursos privados), através de transferências voluntárias, não recíprocas, e livres de restrições;
- entretanto, o foco deste estudo está nas doações e contribuições em dinheiro.

Os doadores não governamentais são denominados neste estudo de investidores sociais privados ou, simplesmente, de investidores privados, e eles podem ser individuais ou institucionais. Os doadores individuais são pessoas físicas que contribuem com as organizações sem fins lucrativos, já os institucionais são pessoas jurídicas de direito privado, englobando empresas (segundo setor) e entidades pertencentes ao terceiro setor, como associações e fundações privadas que doam a outras instituições desse mesmo setor.

2.2 Relevância e divulgação de informações contábeis das entidades do terceiro setor

Para a discussão da relevância da informação contábil no âmbito do terceiro setor, é importante uma reflexão inicial sobre a perspectiva informacional da contabilidade e sua influência nas pesquisas voltadas às entidades que compõem esse segmento.

2.2.1 A contabilidade e a perspectiva baseada na informação

Em meados da década de 1960, o pensamento contábil e a pesquisa em contabilidade financeira passaram por um processo de mudança, sobretudo na esfera do segundo setor norte-americano. Para Beaver (1989, p. 18 *apud* MOUCK, 1993, p. 33), esse período foi especialmente marcado pelo início da transição de uma abordagem econômica e normativa

para uma perspectiva baseada na informação (*informational perspective*), o que, segundo o autor, caracterizou uma revolução na contabilidade.

De acordo com Lopes e Martins (2007, p. 4-13), a pesquisa contábil baseada na abordagem econômica e normativa, praticada principalmente até o início dos anos 60, voltava-se à recomendação de procedimentos profissionais, indicando como deveria ser a prática contábil, ademais se preocupava com a avaliação dos elementos contábeis de acordo com padrões teóricos baseados em conceitos econômicos de lucro e riqueza, embora, muitas vezes, sem considerar a operacionalização dos critérios desenvolvidos.

Nesse contexto, Parsons (2003, p. 107) esclarece que pesquisadores desenvolviam estudos com o objetivo de estabelecer a melhor forma de mensuração do resultado econômico da empresa, pois o consenso geral era de que a contabilidade deveria ser usada para relatar o real valor desse resultado, no entanto, havia pouca ênfase na validade empírica dos modelos. Além disso, Mouck (1993, p. 39-41) ressalta que, na abordagem normativa, faltava um corpo teórico e metodológico comumente aceito que pudesse proporcionar confiabilidade e reconhecimento para as pesquisas desenvolvidas.

Esses fatos conduziram a pesquisa e o pensamento contábil para a perspectiva baseada na informação, que vê a contabilidade como fornecedora de informações que sejam úteis ao processo decisório dos usuários (LOPES, 2001, p. 31), ou seja, de acordo com essa nova abordagem, as pesquisas contábeis passaram a investigar, por exemplo, a utilidade dos números contábeis para os investidores quando da necessidade de se tomar decisões sobre a alocação de capital.

Utilizando a visão Kuhniana, Mouck (1993, p. 33) argumenta que essa nova perspectiva poderia ser vista como uma expansão “normal da ciência”, pois se desenvolveu a partir do paradigma econômico. Para elucidar esse processo de mudança e sua relação com a pesquisa contábil, Kothari (2001, p. 113-114) relata o seguinte fato: teóricos e profissionais da contabilidade não podiam ter certeza se os números contábeis a custo histórico refletiam a saúde financeira da empresa, pois não existia evidência científica sobre isso, por outro lado, fornecer evidência empírica para verificar se esses números continham informação sobre o desempenho financeiro da organização foi o que motivou as pesquisas de Ball e Brown (1968) e de Beaver (1968). Esses estudos foram desenvolvidos sob a ótica da utilidade da

informação contábil para os agentes econômicos, fornecendo evidências do impacto dessas informações sobre os preços das ações e, segundo Watts e Zimmerman (1990, p. 132), proporcionaram o florescer da denominada pesquisa positiva, pois introduziram uma metodologia financeira empírica.

Nesse período, a pesquisa em contabilidade foi influenciada por conhecimentos gerados por outras áreas como finanças e economia. De acordo com Kothari (2001, p. 114-116), os estudos pioneiros de Ball e Brown (1968) e de Beaver (1968) foram viabilizados pelo desenvolvimento dos seguintes conhecimentos: (i) a economia positiva; (ii) a hipótese de mercado eficiente e o *Capital Asset Pricing Model* (CAPM) - modelo de precificação de ativos financeiros; e (iii) o estudo de eventos (FAMA *et al.*, 1969), propiciando uma outra abordagem metodológica frente a uma contabilidade predominantemente normativa no início dos anos 60. De modo similar, no final da década de 1970, Watts e Zimmerman desenvolvem a teoria positiva da contabilidade (*positive accounting theory*), também impulsionados pelos estudos desenvolvidos na área de finanças e economia, entre eles, o de Jensen e Mecklin (1976) que aborda as implicações do problema de agência.

A ciência positiva foi definida por Keynes (1955, p. 34) como “[...] um corpo de conhecimento sistematizado concernente ao que é [...]”⁷, ou seja, de acordo com essa visão a ciência volta-se a entender a realidade como ela é, e não como deveria ser, foco da ciência de caráter normativo, portanto, quando Watts e Zimmerman (1986, p. 2, grifos do original) afirmam que “O objetivo da teoria contábil é **explicar** e **prever** a prática contábil”⁸, eles adotam uma visão positiva da teoria contábil. Por conseguinte, a pesquisa em contabilidade, sob a ótica dessa abordagem positiva, visa entender e explicar observações da realidade, identificando motivos para a prática observada, para então prever fenômenos ainda não observados e, nesse intuito, seu princípio básico é testar, empiricamente, hipóteses sobre esses fenômenos. Diante disso, a denominada pesquisa contábil positiva engloba o levantamento de hipóteses provenientes de uma teoria, e o teste empírico dessas conjecturas no intuito de se verificar a capacidade de explicação e, consequentemente, de predição dessa teoria.

Lopes e Martins (2007, p. 14) esclarecem que a perspectiva baseada na informação é uma das facetas da abordagem positiva, portanto, a pesquisa positiva em contabilidade propõe-se a

⁷ “[...] a body of systematized knowledge concerning what is [...]”

⁸ “The objective of accounting theory is to **explain** and **predict** accounting practice.”

entender as práticas existentes e o uso da informação contábil, diferentemente da pesquisa de caráter normativo, cujo traço marcante é a tentativa de indicar como devem ser essas práticas, através do desenvolvimento de técnicas e procedimentos considerados ideais, mas, muitas vezes, sem evidências empíricas da sua utilidade. É importante observar que, segundo Iudícibus (2004, p. 31), as duas formas de teoria (normativa e positiva), e consequentemente de pesquisa, têm méritos e se completam, embora aparentemente antagônicas.

Essa mudança de perspectiva aqui descrita teve sua origem nos Estados Unidos, abrangendo essencialmente a pesquisa em contabilidade financeira no âmbito das organizações com fins lucrativos, no entanto essa nova visão se difundiu por outros países e também tem atingido a pesquisa contábil que envolve as entidades do terceiro setor, porém, no contexto dessas instituições, o início do processo de transição é bem mais recente.

Sobre essa migração de uma perspectiva normativa para uma abordagem positiva e baseada na informação, Parsons (2003) explica que, até recentemente, o foco dos pesquisadores era descobrir os métodos contábeis adequados para as entidades do terceiro setor, bem como determinar qual a melhor forma de mensuração do produto final das organizações, entretanto estudiosos têm começado a investigar o valor das informações contábeis para os usuários. Desse modo, as pesquisas têm buscado evidências empíricas da utilidade dos números contábeis para as decisões de alocação de recursos por parte dos investidores das organizações do terceiro setor, nesse caso, os doadores.

Uma das direções adotada pelas pesquisas realizadas no âmbito da perspectiva informacional foi a verificação da relevância da informação contábil para os usuários (LOPES, 2001). Segundo Foster (1986, p. 10-11), as demonstrações contábeis são uma das muitas fontes de informações disponíveis, e “A noção de fontes concorrentes de informação é importante na avaliação do papel da informação proveniente das demonstrações financeiras em decisões de monitoramento”⁹, ou seja, a contabilidade se constitui em um dos meios, dentre outros, pelos quais investidores podem monitorar o comportamento do gestor, logo, ela deve ser avaliada a fim de se averiguar sua verdadeira utilidade para os agentes econômicos. Este estudo se enquadra nessa direção, uma vez que objetiva analisar a relevância da informação contábil

⁹ “The notion of competing information sources is important in assessing the role of financial statement information in monitoring decisions.”

para investidores de entidades do terceiro setor, portanto, faz-se necessário abordar essa relevância no âmbito dessas organizações.

2.2.2 A relevância da informação contábil

Após analisarem o conceito de informação, Yamamoto e Salotti (2006, p. 5) definem a informação contábil “[...] como aquela que altera o estado da arte do conhecimento de seu usuário em relação à empresa e, a partir de interpretações, a utiliza na solução de problemas [...]”. A primeira parte dessa definição mostra a essência da informação que é a sua capacidade de transformação, ou seja, na área contábil ela pode alterar ou confirmar a percepção dos agentes econômicos com relação às atividades da organização e, em decorrência disso, pode ser usada para a solução de problemas, o que poderia envolver um processo de decisão.

Em linhas gerais, a informação contábil que afeta ou influencia as decisões econômicas dos seus usuários é considerada uma informação relevante, no entanto essa é uma visão incompleta da relevância enquanto característica da informação contábil, pois existem propriedades intrínsecas à relevância que precisam ser analisadas.

O FASB (1980b, p. 3, grifos nossos) define informação contábil relevante como aquela que “[...] é capaz de fazer a diferença numa decisão por auxiliar os usuários na previsão dos resultados de eventos passados, presentes e futuros ou na confirmação ou correção de expectativas anteriores.”¹⁰ Verifica-se inicialmente, através dessa definição, que a capacidade da informação contábil “fazer a diferença” é o que a caracteriza como relevante para uma decisão, no entanto, para que a informação tenha esse potencial, ela precisa ter: (i) valor preditivo, na medida em que possa ajudar os usuários na previsão dos efeitos de um determinado evento ou de uma série de eventos, que são acontecimentos que trazem consequências para a empresa; e (ii) valor de *feedback*, na medida em que possibilita a correção ou a confirmação de avaliações anteriores. Além disso, a informação é relevante para uma decisão se ela pode reduzir a incerteza inerente a esse processo, nesse sentido, informações sobre atividades passadas podem diminuir incertezas com relação a resultados futuros. Ademais, o FASB (1980b) acrescenta que a relevância da informação contábil está

¹⁰ “[...] is capable of making a difference in a decision by helping users to form predictions about the outcomes of past, present, and future events or to confirm or correct prior expectations.”

condicionada à sua disponibilidade ao usuário, ou seja, se a informação é divulgada após um processo decisório, ela não poderá influenciá-lo perdendo, por conseguinte, a sua relevância.

Na estrutura conceitual da contabilidade brasileira (CPC, 2008), recentemente reformulada a partir da estrutura recomendada pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a relevância da informação contábil também está relacionada com a sua capacidade de influenciar as decisões econômicas dos usuários por habilitá-los para as funções de previsão, confirmação ou correção de avaliações anteriores e, do mesmo modo que o FASB (1980b), a estrutura considera que a informação relevante pode ser limitada pelos aspectos temporais relativos à sua divulgação. Adicionalmente, essa estrutura considera que a relevância da informação pode ser afetada pela sua materialidade, explicando que uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o processo decisório e, nesse caso, a materialidade depende do tamanho do item ou do erro. Vale observar que para o FASB (1980b) a materialidade afeta não só a relevância, mas também outras características qualitativas da informação contábil.

Como visto, a relevância da informação gerada pela contabilidade é definida em função da sua capacidade de afetar a decisão de seu usuário, isso implica em que essa relevância também depende:

- da natureza da decisão: que abrange o tipo de decisão que está sendo tomada, o contexto institucional e objeto da decisão, por exemplo, uma determinada informação oriunda da contabilidade pode ser relevante para uma decisão de investimento em ações no âmbito do mercado financeiro, e não ser relevante para uma decisão de doação no contexto das entidades do terceiro setor; e
- de quem é o tomador da decisão: uma informação contábil pode ser relevante para um doador institucional, e não ser relevante para um doador individual.

Falk *et al.* (1992, p. 479-480) abordam a questão da decisão de doação no contexto das Entidades do Terceiro Setor (ETS), explicando a natureza desse processo decisório. Os autores esclarecem que, do mesmo modo que as empresas (segundo setor), as ETS diferem umas das outras com relação aos produtos e serviços que oferecem, e competem por recursos escassos com outras ETS e com empresas. No âmbito do mercado de capitais, investidores (ou potenciais investidores) escolhem em qual empresa irão investir e, similarmente, a escolha

entre ETS concorrentes é feita por (potenciais) doadores. Os dois tipos de decisões são motivados pela maximização da utilidade, entretanto esses dois processos decisórios diferem em muitos aspectos. No primeiro tipo de decisão, todas as opções de investimento oferecem retorno pecuniário, e a utilidade de tais retornos normalmente independe da atividade exercida pela empresa investida, pois investidores podem formar carteiras de investimentos com base na sua preferência de risco e retorno. Já no segundo tipo de decisão, a utilidade está relacionada com as finalidades e atividades da ETS (ex. pesquisa para cura do câncer *versus* assistência a crianças e adolescentes carentes, etc.), portanto a natureza da entidade orienta doadores nas suas escolhas, no entanto há um grande número de organizações na economia, e não há um mecanismo de preço de mercado para avaliar o valor monetário dos produtos e serviços dessas instituições, além disso, praticamente não existem agências privadas que divulguem informações sobre o desempenho das entidades. Desse modo, Falk *et al.* (1992, p. 489-490) acrescentam que o principal papel da divulgação de informações contábeis pelas ETS é auxiliar os doadores em decisões de doação.

Verifica-se, pelo exposto, que decisões de naturezas distintas requerem informações diferentes, portanto a relevância da informação contábil também está condicionada à natureza desse processo decisório. Assim sendo, seria a informação gerada pela contabilidade relevante para decisões de doações a entidades do terceiro setor, conforme afirmam Falk *et al.* (1992, p. 489-490)? Se sim, quais das informações oriundas da contabilidade seriam relevantes para este tipo de processo decisório?

A relevância da informação contábil tem sido analisada por uma área de pesquisa conhecida como *value-relevance*, cujos estudos voltam-se essencialmente para o mercado de capitais. Nesse contexto, Beaver (2002, p. 459) esclarece que a pesquisa sobre *value-relevance* examina a associação entre o preço das ações (variável dependente) e um conjunto de variáveis contábeis. Uma variável contábil é denominada *value-relevant* se está significativamente relacionada com a variável dependente. Nesse caso, os usuários são os investidores e a decisão envolve a avaliação da empresa para fins de alocação de recursos, se a informação contábil for relevante para esses investidores, ela estará refletida nos preços das ações.

É importante enfatizar que essas pesquisas que buscam relacionar informação contábil com o preço de ações podem apresentar diferentes abordagens metodológicas. Existe uma linha de

estudos que analisa o impacto da informação contábil nos preços das ações através da metodologia de estudo de eventos, em que a tempestividade da informação é preocupação primária, nesse sentido Beaver (2002, p. 460-461) explica que, por intermédio do estudo de eventos, as pesquisas examinam a reação do preço das ações num curto espaço de tempo que tem como centro a data do anúncio da informação, assim é identificada a data da divulgação pública de um item que será estudado, analisando-se variações importantes nos preços num período que circunda a data do evento, nesses casos o objetivo é a verificação do conteúdo informativo de determinado item (por exemplo, lucro maior ou menor do que o esperado) para o mercado, naquele momento. No entanto, o autor (2002, p. 460-461) aclara que, contrariamente ao estudo de eventos, pesquisas sobre *value-relevance* também identificam informações contábeis que devem ser refletidas no preço das ações num período de tempo mais longo do que o assumido no estudo de evento, pois os preços podem, por exemplo, refletir a informação antes da data da divulgação, ou seja, o desenho dessas pesquisas não enfatiza o momento da divulgação, todavia isso não elimina a importância e relevância da informação divulgada, uma vez que a informação contábil pode ter sido antecipada ao investidor por fontes mais rápidas do que a contabilidade.

De forma geral, a pesquisa que analisa a relevância da informação contábil para o mercado de capitais fornece evidências de que a contabilidade é relevante para os investidores (LOPES, 2001, p. 3-5), nesse contexto, as principais variáveis contábeis analisadas são o lucro e o patrimônio líquido. No Brasil, os resultados encontrados por Lopes (2001) sugerem que o patrimônio líquido apresenta maior relevância que o lucro, ou seja, a informação contábil permanece relevante neste país, no entanto com um foco diferente daquele observado em mercados mais desenvolvidos.

No âmbito do terceiro setor, Parsons (2003, p. 105) explica que as pesquisas sobre *value-relevance* procuram analisar a relação entre doações (variável dependente) e variáveis contábeis, com o intuito de avaliar a relevância das informações contábeis para os doadores. Nesse caso, os tomadores de decisão são os doadores, e o processo decisório envolve a alocação de recursos para as organizações sem fins lucrativos. As doações representam o capital que os doadores investem nessas entidades e os estudos sobre *value-relevance* procuram demonstrar a associação entre essas doações e as informações provenientes da contabilidade.

Baseado no conceito de relevância, a informação contábil será relevante para os doadores à medida que possa afetar suas decisões de contribuições por alterar suas percepções e expectativas sobre as atividades da entidade e sua capacidade de cumprimento dos seus propósitos; por outro lado, as doações refletem a confiança que os doadores têm na organização quanto à realização dos seus objetivos (PARSONS, 2003, p. 108), portanto a relação entre a informação contábil e as doações (o resultado da decisão) indica que as expectativas dos usuários estão sendo alteradas, sugerindo a relevância da respectiva informação.

Vale observar que o termo *value-relevance* é mais comumente utilizado em pesquisas voltadas ao mercado de capitais, além disso, os estudos sobre o tema no contexto do terceiro setor diferem em vários aspectos das pesquisas realizadas no âmbito das empresas com finalidade de lucro, pois as naturezas das decisões são distintas. Em linhas gerais, as principais diferenças entre os dois grandes grupos de estudos referem-se: (i) às informações contábeis analisadas; (ii) à fundamentação teórica; e (iii) ao delineamento metodológico.

Informações contábeis consideradas relevantes para os usuários do mercado de capitais não são assim consideradas para os usuários do terceiro setor, o que implica em modelos empíricos substancialmente diferentes no que diz respeito às variáveis contábeis analisadas. Por exemplo, o lucro é uma variável presente em modelos que analisam a relevância da informação contábil para o mercado de capitais, no entanto ele não é considerado relevante para os usuários da contabilidade das entidades do terceiro setor, pois o objetivo das atividades dessas instituições não é a geração de lucro e, além disso, esse resultado não pode ser distribuído aos “proprietários” na forma de dividendos, portanto, de forma geral, essa variável não é incluída em modelos voltados ao terceiro setor.

De modo genérico, as pesquisas dirigidas ao mercado de capitais fundamentam-se em modelos teóricos de avaliação de empresas que permitem aos pesquisadores prever como variáveis contábeis se relacionam com o valor de mercado do patrimônio (ex. modelo de avaliação de Ohlson), desta forma, esses estudos têm contado fortemente com abordagens que combinam lucro e patrimônio líquido (BEAVER, 2002, p. 462). Nesse contexto, informação contábil relevante é aquela que influencia a decisão do investidor por capacitá-lo a prever os fluxos futuros de caixa da empresa. No entanto, esses modelos de avaliação não se aplicam às entidades do terceiro setor em função das características dessas organizações, como a não

finalidade lucrativa e a não relevância do lucro para os seus usuários. No âmbito do terceiro setor, informação contábil relevante é aquela que influencia a decisão do investidor social (doador) por capacitá-lo a prever os resultados das atividades da organização em termos de cumprimento de sua missão. Estudos que analisam o impacto das informações contábeis nas decisões de doação fundamentam-se em teorias de mercado, como a teoria da demanda (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; OKTEN; WEISBROD, 2000; MARUDAS, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; JACOBS; MARUDAS, 2009), e a teoria da agência (PARSONS, 2001, 2007), teorias que serão abordadas na seção 2.3.

Quanto ao delineamento metodológico, a divulgação (e não o momento da divulgação) da informação contábil é importante para os estudos que buscam relacionar números contábeis e doações na área do terceiro setor, portanto os modelos empíricos utilizados consideram uma defasagem temporal entre as doações e as variáveis contábeis, considerando que contribuições atuais provavelmente serão impactadas por informações contábeis do período anterior à doação. Nesses casos, não se aplica, por exemplo, a metodologia do estudo de eventos, usada em pesquisas que analisam a reação do mercado de capitais à informação contábil priorizando a tempestividade dessa informação, e que estão fundamentadas em teorias sobre o funcionamento do mercado, entre elas a hipótese de mercado eficiente.

Diante do exposto, considera-se, para fins deste estudo, que informação contábil relevante é aquela que influencia a decisão de doação ou contribuição para a entidade do terceiro setor por capacitar o doador a prever os resultados das atividades da instituição, além disso, a relevância da informação está condicionada à sua disponibilidade ao doador. Nesse sentido, a divulgação das demonstrações contábeis é um importante meio de acesso às informações contábeis das referidas organizações, pois, reiterando a afirmação de Falk *et al.* (1992, p. 489-490), no contexto dessas instituições não há uma estrutura de preços de mercado que possibilite ao usuário avaliá-las e, especialmente no Brasil, praticamente não existem órgãos privados que divulguem informações sobre a performance das entidades. Assim sendo, faz-se necessário entender como ocorre a divulgação das demonstrações contábeis das organizações do terceiro setor, bem como a natureza das informações evidenciadas.

2.2.3 Divulgação de informações contábeis das entidades do terceiro setor

Dentro da perspectiva informacional e de relevância das informações, o ponto de partida para os estudos que relacionam doações e variáveis contábeis é que as demonstrações contábeis das entidades do terceiro setor fornecem informações úteis para auxiliar os doadores em suas decisões de doação. A estrutura conceitual da contabilidade americana aborda, em pronunciamento específico, os objetivos das demonstrações contábeis das entidades sem fins lucrativos, sendo que um deles é “[...] fornecer informação que seja útil aos atuais e potenciais fornecedores de recursos e outros tipos de usuários em suas decisões de fazer alocação de recursos para essas organizações.”¹¹ (FASB, 1980a, par. 35). Nesse caso, pode-se verificar que um dos grupos interessados na informação contábil das organizações do terceiro setor são os fornecedores ou provedores de recursos que, segundo o FASB (1980b, par. 29 e 36), incluem os doadores, cujas decisões quanto à alocação de recursos afetam tanto as organizações quanto a sociedade em geral.

Portanto, para auxiliar os doadores em suas decisões de contribuição, o FASB (1980a, par. 38 e 40) ainda prevê que as demonstrações contábeis das instituições do terceiro setor também devem fornecer informações que permitam a esses investidores sociais avaliarem os serviços prestados pelas entidades, bem como suas habilidades para continuarem fornecendo esses serviços, e que inclusive possibilitem a avaliação do desempenho dos gestores dessas organizações, pressupondo uma situação de assimetria de informação entre administrador e doador.

A estrutura conceitual brasileira não prevê objetivos específicos para as demonstrações contábeis das entidades do terceiro setor, como ocorre na estrutura norte-americana, logo o objetivo estabelecido no pronunciamento conceitual básico (CPC, 2008) se aplica às demonstrações contábeis de entidades em geral, inclusive sem fins lucrativos, assim, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2008, par. 12), o objetivo dessas demonstrações “[...] é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisões econômicas.” De cunho mais genérico, este objetivo também ressalta a utilidade das informações para as decisões de vários tipos de usuários, no entanto, ao discorrer sobre a natureza dessas informações, a ênfase da

¹¹ “[...] provide information that is useful to present and potential resource providers and other users in making rational decisions about the allocation of resources to those organizations.”

estrutura brasileira recai em usuários de organizações com fins lucrativos como, por exemplo, a relevância do resultado para avaliação do desempenho da empresa (CPC, 2008, par. 17). Apesar disso, entende-se que no contexto brasileiro as demonstrações contábeis também devem fornecer informações úteis aos doadores em suas decisões de contribuição.

Keating e Frumkin (2003, p. 4-5) reproduzem essa visão numa estrutura composta de seis elementos, sendo eles: (i) atividades organizacionais; (ii) sistema contábil; (iii) *disclosure* (divulgação) financeiro; (iv) vigilância e monitoramento; (v) avaliação de desempenho; e (vi) decisão sobre suporte e participação. Essa estrutura, reportada na figura seguinte, apresenta a contabilidade como fornecedora de informações para o processo de tomada de decisões no âmbito das entidades sem fins lucrativos.

Ilustração 1 – The Financial-Reporting System
 FONTE: Adaptado de Keating e Frumkin (2003, p. 4)

Ao explicar a dinâmica da estrutura proposta (Ilustração 1), Keating e Frumkin (2003, p. 4-5) esclarecem que a organização sem fins lucrativos desenvolve atividades (i) que são refletidas no seu sistema contábil interno (ii) e, periodicamente, a entidade prepara e divulga relatórios financeiros ou contábeis aos usuários, tais como investidores, credores, doadores, clientes e o governo (iii). As atividades organizacionais, o sistema contábil e os relatórios divulgados devem ser examinados por órgãos externos e internos (iv), para assegurar que as atividades estão de acordo com os contratos existentes, que os registros contábeis estão refletindo as

atividades e que os relatórios financeiros estão em conformidade às normas de evidenciação. Desse modo, os usuários utilizam os relatórios divulgados para avaliar o desempenho da instituição (v) e essa avaliação irá orientá-los em suas decisões sobre alocação de recursos ou participação nessas entidades no futuro (vi), consequentemente essas decisões podem afetar as posteriores atividades da organização.

Diante disso, Keating e Frumkin (2003, p.4-5) observam que um futuro suporte ou contribuição à entidade sem fins lucrativos depende não só das atividades desenvolvidas, mas também de decisões contábeis internas e da habilidade da organização em comunicar os resultados financeiros aos usuários. Por um lado, a instituição confia em seu sistema contábil para desenvolver a informação que é fornecida aos usuários e, por outro lado, os usuários têm uma demanda por informações com o intuito de tomar decisões, nesse caso, os tipos de informações dependem das necessidades e interesses desses usuários.

Nos Estados Unidos, onde se concentra o maior número de estudos que analisam a relação doação-contabilidade (vide Quadro 1 – seção 2.4.2), o formulário 990 da Receita Federal norte-americana (*IRS Form 990*) é o principal mecanismo de divulgação das informações contábeis de entidades sem fins lucrativos e, portanto, uma importante fonte de dados para as referidas pesquisas.

As instituições sem fins lucrativos devem enviar anualmente à Receita Federal norte-americana (*Internal Revenue Service – IRS*) o formulário 990 (*IRS Form 990*), intitulado “Declaração de Organização Isenta do Imposto de Renda¹²”, que é aberto à inspeção pública, e inclui informações provenientes das demonstrações contábeis elaboradas de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (*Generally Accepted Accounting Principles - GAAP*). Dentre outras informações, o formulário 990 (IRS, 2009) contempla¹³:

- Demonstração de receitas: são apresentadas as receitas da organização, as quais são divididas em três grandes grupos: contribuições, doações e receitas similares; receitas com programas (*program services revenue*); e outras receitas;

¹² *Return of Organization Exempt From Income Tax.*

¹³ Baseado no formulário 990 referente ao ano calendário de 2008. No entanto, as informações apresentadas não diferem, em essência, daquelas contempladas por anos anteriores.

- Demonstração de despesas por funções: são apresentadas as despesas da entidade (por ex. salários, depreciações, etc.) por classificação funcional: despesas com programas (*program services expenses*); despesas gerais e administrativas; e despesas com captação de recursos (*fund raising expenses*); e
- Balanço Patrimonial: composto por ativo, passivo e ativo líquido¹⁴. No caso das entidades sem fins lucrativos, sujeitas ao *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) n. 117 (FASB, 1993b), o ativo líquido é segregado em irrestrito, temporariamente restrito ou permanentemente restrito.

É interessante observar que o FASB (1993b, par. 26) e, conseqüentemente, a Receita Federal norte-americana exigem que as despesas das entidades sem fins lucrativos sejam apresentadas por classificação funcional, para que os usuários dessas informações, tais como os doadores, possam avaliar quanto dos recursos foram utilizados nas atividades que realizam as finalidades da organização (*program services*) e quanto desses recursos foram usados nas atividades de apoio.

Segundo o FASB (1993b, par. 27), programas (*program services*) são atividades que resultam em mercadorias e serviços a serem distribuídos aos beneficiários, e que executam os propósitos ou a missão da entidade sem fins lucrativos, portanto as despesas com programas (*program services expenses*) são os gastos referentes a essas atividades diretamente relacionadas aos objetivos da organização como, por exemplo, as despesas inerentes a programas educacionais desenvolvidos por uma entidade voltada à educação complementar de adolescentes carentes.

As atividades de apoio dão suporte para a execução dos programas e, de acordo com o FASB (1993b, par. 50), incluem essencialmente atividades gerais e administrativas, e de captação de recursos (*fund raising*). As despesas relativas ao primeiro grupo de atividades abrangem os salários e despesas da diretoria, do pessoal administrativo, despesas com contabilidade, auditoria, entre outras. Com relação às atividades de captação de recursos, vale observar que o termo *fund raising*, sem um correspondente direto em português, pode ser definido como “[...] a ação organizada e orientada para a captação de fundos ou recursos para determinada causa

¹⁴ De acordo com o FASB (1985, par. 50), ativo líquido é a diferença entre o ativo e o passivo da entidade. Sobre o uso do termo ativo líquido, o FASB esclarece que geralmente ele é aplicado às entidades sem fins lucrativos, enquanto o termo patrimônio líquido é aplicado às empresas (com finalidades lucrativas), onde é comumente usado, entretanto, os dois termos são intercambiáveis.

ou organização, filantrópica ou não” (PEREIRA, Custódio, 2001, p. 42), portanto os gastos incorridos com campanhas para solicitação de contribuições e doações, com propaganda e publicidade, entre outros, são exemplos de despesas com atividades de *fund raising* ou de captação de recursos.

Além da apresentação das despesas por categoria funcional (programa, geral e administrativa e *fund raising*), tanto o FASB (1993b) quanto a Receita Federal norte-americana exigem que o ativo líquido seja dividido em três classes: permanentemente restrito, temporariamente restrito, e irrestrito, baseado na existência ou ausência de restrições impostas por doadores. No caso do FASB (1993b), as receitas também devem ser assim classificadas (permanentemente restritas, temporariamente restritas e irrestritas), para que os usuários possam analisar o uso dos recursos face aos termos especificados pelo doador.

Por determinação legal, as organizações sem fins lucrativos devem fazer com que o formulário 990 seja amplamente disponível, inclusive indicando no próprio formulário os meios utilizados para a sua divulgação. Além disso, cópias desses formulários entregues a Receita Federal norte-americana podem ser obtidas em *websites* de instituições que divulgam informações sobre entidades sem fins lucrativos, tais como a Philanthropic Research, Inc, também conhecida como GuideStar, e a Foundation Center.

Para o desenvolvimento dos estudos que analisam a relação entre informações contábeis e doações, pesquisadores norte-americanos (vide Quadro 1 – seção 2.4.2) utilizam bases de dados que têm como principal fonte o formulário 990. De forma geral, as pesquisas realizadas utilizam os dados oriundos do formulário 990 coletados e processados por uma divisão de estatística da Receita Federal norte-americana (IRS) denominada *Statistics of Income* (SOI). Essas informações são a origem de uma base de dados chamada *IRS Statistics of Income Sample* (SOI) desenvolvida e disponibilizada pelo *National Center for Charitable Statistics* (NCCS), que é um repositório nacional de dados sobre o terceiro setor nos Estados Unidos, fundado em 1982. Além disso, o NCCS produz bases de dados adicionais como a *NCCS-GuideStar National Nonprofit Research Database*, que também se baseia em informações do formulário 990.

É importante ressaltar que o prazo final para entrega do formulário 990 é de aproximadamente cinco meses após o fim do ano calendário (por ex., o arquivo do formulário

990 com dados de 2008 teve que ser entregue até 15 de maio de 2009), portanto, com algumas exceções, as informações provenientes desse formulário estarão disponíveis ao público apenas após esse prazo. Diante disso, Marudas (2001, p. 7) esclarece que as pesquisas que utilizam essas informações ignoram esse prazo de entrega, assumindo que a informação é disponível imediatamente após o ano calendário, desse modo, para decisões de doação num ano t , doadores teriam disponíveis para todo o ano t , informações contábeis referentes ao ano $t-1$. No entanto, essa diferença entre o fim do ano calendário e a divulgação do formulário 990 faz com que, durante parte do ano t , estejam disponíveis para os doadores somente informações do ano $t-2$, e as informações referentes ao ano $t-1$ tornam-se acessíveis em meados do ano t . Apesar disso, o autor (2001, p. 7) justificou o uso das informações contábeis de $t-1$ para decisões de doação no ano t através de uma análise de correlação. Em seu estudo, Marudas verificou, por exemplo, que a variável “anos de ativos disponíveis¹⁵” em $t-1$ era altamente correlacionada com “anos de ativos disponíveis em $t-2$ ”, assim, a informação referente a $t-1$ poderia ser usada para essa e outras variáveis que foram analisadas. Frente a isso, verifica-se que as pesquisas desenvolvidas com dados oriundos do formulário 990 (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) consideraram informações contábeis de $t-1$ para a análise das decisões de doação em t .

No contexto do terceiro setor brasileiro, não existe um mecanismo de divulgação de informações contábeis com a tradição e amplitude do formulário 990, implementado há mais de 50 anos pela Receita Federal norte-americana, entretanto, recentemente, foi criado o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ), que tem proporcionado aos cidadãos o acesso público, via *website*, a demonstrações contábeis de entidades do terceiro setor.

No Brasil, a NBC T 10.19 (BRASIL, 2000) que aborda os aspectos contábeis das organizações sem fins lucrativos em geral determina que essas instituições devem elaborar as mesmas demonstrações contábeis previstas para as empresas (segundo setor), no entanto, com as seguintes alterações: a substituição da conta capital por patrimônio social; e da conta lucros ou prejuízos acumulados por superávit ou déficit do exercício (BRASIL, 2000, item

¹⁵ Anos de ativos disponíveis = ativos líquidos / (despesas totais – despesas com captação de recursos). Dentre outras variáveis contábeis, Marudas (2001) analisou o impacto dessa informação sobre as doações.

10.19.3.2); além disso, as receitas e despesas, e o superávit ou déficit devem ser segregados, quando identificáveis, por tipo de atividade (BRASIL, 2000, item 10.19.2.5). Apesar dessas alterações, verifica-se que, em essência, a estrutura das demonstrações contábeis é a mesma para organizações com e sem fins lucrativos, com exceção da Demonstração do Superávit ou Déficit se elaborada de forma a evidenciar as atividades desenvolvidas pela entidade do terceiro setor.

É oportuno refletir sobre a utilização dos termos superávit ou déficit, adotados tanto no âmbito da contabilidade voltada ao terceiro setor quanto ao primeiro setor. Slomski (2005, p. 99) explica que esses termos não são comparáveis com as expressões lucro ou prejuízo, além disso, “[...] superávit e déficit não fazem parte do vocabulário da maioria dos cidadãos”, consequentemente a sociedade não está preparada para compreendê-los. Assim sendo, o uso dessas expressões pode gerar um problema de comunicação entre as instituições sem fins lucrativos, governamentais ou não, e o indivíduo, que disponibiliza recursos ao Estado ou que investe nas organizações privadas sem finalidades lucrativas.

Seguindo a tendência contábil norte-americana, Slomski (2005, p. 37) defende a necessidade de classificação funcional das despesas das entidades do terceiro setor brasileiro, entretanto, o autor sugere o emprego de funções de governo para a apresentação dos recursos consumidos por essas organizações que, dessa forma, podem demonstrar, por exemplo, quanto das doações recebidas foi gasto na função de governo Administração e/ou na função Assistência Social. Essa classificação proposta por Slomski (2005, p. 37) atende a dois objetivos principais: (i) a evidenciação da contribuição da sociedade para o atendimento de necessidades que são a *priori* função do Estado; e (ii) a evidenciação da destinação da maioria dos recursos doados, se para atividades de apoio, como a administrativa, ou se para aquelas diretamente associadas com a causa da instituição.

Nesse sentido, entende-se ser fundamental que as entidades do terceiro setor demonstrem as despesas com as atividades que executam a sua missão, bem como as receitas relativas a elas, pois, enquanto nas empresas a demonstração de resultado é elaborada de forma a evidenciar o lucro líquido que remunera os sócios ou acionistas, investidores de capital de risco, nas instituições sem fins lucrativos o enfoque dessa demonstração deve ser outro, ela deve ser estruturada de forma a evidenciar os programas e projetos desenvolvidos, ou seja, as atividades diretamente relacionadas com a causa da organização, pois o objetivo das suas

operações não é a geração de lucro, denominado de superávit, ele é necessário para que não haja uma descontinuidade da entidade, mas não é a razão de sua existência, e não se destina aos proprietários.

Com relação a esses aspectos, observa-se que a norma brasileira que regulamenta a contabilidade nessas instituições não é tão enfática e explícita quanto a norma norte-americana, pois, como abordado, o FASB (1993b) exige que as entidades sem fins lucrativos apresentem suas despesas por classificação funcional numa Demonstração de Atividades (*Statements of Activities*), explicando o objetivo e a natureza dessa classificação, entretanto a NBC T 10.19 (BRASIL, 2000, item 10.19.2.5) faz uma única referência quanto à necessidade de segregação das receitas e despesas por atividade e, de certa forma, limita esse processo ao usar a expressão “[...] quando identificáveis por tipo de atividade [...]”, como consequência, muitas entidades do terceiro setor brasileiro adotam o padrão da Demonstração de Resultado utilizado por empresas (segundo setor), apenas com as mencionadas alterações de nomenclatura, e sem a referida classificação por atividades.

Em linhas gerais, a divulgação das demonstrações contábeis de organizações brasileiras, inclusive as sem fins lucrativos, pode ocorrer através: (i) de publicação; (ii) da remessa dessas demonstrações aos usuários; e (iii) da comunicação de que essas demonstrações estão à disposição dos usuários, em locais identificados (BRASIL, 1992, item 6.1.1.2). No âmbito do terceiro setor brasileiro, a publicação das demonstrações contábeis não tem sido uma prática comum às diversas instituições que o compõem.

Como citado anteriormente, num contexto de transparência, as entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) devem dar publicidade às suas demonstrações contábeis e ao seu relatório de atividades, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão (BRASIL, 1999, art. 4º). Entretanto, em pesquisa realizada por Alves (2005, p. 137), verificou-se, no período analisado, que 50% das OSCIPs pesquisadas não davam publicidade às demonstrações contábeis, 33% tornavam públicas através de *website* e 17% através de jornal local. Quanto ao relatório de atividades, 83% das entidades não lhe davam publicidade e 17% tornavam-no público através de *website*.

Milani Filho (2008) investigou se organizações filantrópicas sediadas no município de São Paulo divulgam suas demonstrações contábeis ao público externo através de publicação em

meio eletrônico ou impresso, considerando que essas instituições devem remeter as referidas demonstrações ao Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Para fins de solicitação ou renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a entidade filantrópica deve apresentar ao CNAS, dentre outras exigências: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstração de Mutações do Patrimônio; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; e notas explicativas; todas as demonstrações relativas aos três últimos anos (BRASIL, 1998, art. 4º). Apesar dessa obrigação junto ao poder público, o autor (2008) verificou que 71,8% das organizações pesquisadas não disponibilizavam seus relatórios contábeis ao público externo, ou seja, essas entidades divulgam suas demonstrações contábeis ao governo através da remessa desses relatórios ao referido usuário, no entanto não os divulgam através da publicação, o que compromete a transparência da instituição em termos de disponibilidade de informações financeiras à sociedade como um todo.

Entende-se, neste estudo, que o ente governamental pode contribuir para essa transparência dando publicidade a essas informações que lhes são disponibilizadas, como já enfatizado por Slomski (2005, p. 37), que ao se referir à entidade pública não governamental afirma que “É importante e necessário que ela informe órgãos como a Receita Federal, que poderá criar uma espécie de prestação de contas aberta, em sua página na Internet [...]”, contudo esse é um processo incipiente no Brasil. As organizações do terceiro setor, via de regra, são imunes ou isentas de impostos e contribuições e, semelhantemente às instituições norte-americanas que apresentam o formulário 990, elas devem entregar anualmente uma declaração de informação (Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ) à Secretaria da Receita Federal (SRF), como um dos requisitos para gozo da imunidade ou isenção. Dentre outras informações declaradas, estão as demonstrações contábeis, geralmente Balanço Patrimonial e Demonstração do Superávit ou Déficit, porém esta declaração não é aberta à inspeção pública como ocorre nos Estados Unidos (EUA). Ademais, de forma geral, outros órgãos públicos que possuem informações contábeis dessas entidades não as tornam públicas.

Diante disso, o Ministério da Justiça (MJ) criou o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs/MJ) que passou a permitir o acesso público às demonstrações contábeis, dentre outras informações, inicialmente das entidades declaradas de Utilidade Pública Federal (UPF), ou que são qualificadas como OSCIP, sem cadastro prévio ou solicitação de senhas. O CNEs/MJ foi instituído em 2006 através da Portaria n. 23 da

Secretaria Nacional de Justiça (SNJ), posteriormente substituída pela Portaria SNJ n. 24 (BRASIL, 2007), mas, segundo Tuma Júnior (2009), ele vem sendo construído desde 2004.

O CNEs/MJ é um sistema eletrônico por meio do qual são realizados procedimentos de reconhecimento e renovação de qualificações e titulações, e de prestação de contas no âmbito do MJ. No entanto, além dessas funções, esse sistema apresenta funcionalidades que o configuram como uma ferramenta de transparência e de comunicação entre Estado, entidades do terceiro setor e sociedade, pois ele possibilita que as prestações de contas das organizações sejam disponibilizadas para consulta do público em geral através da Internet, e ainda permite a integração de bases de dados de diversos órgãos públicos, possibilitando que esses entes também disponibilizem informações não sigilosas que possuam das entidades mediante acordo firmado com o MJ. Desse modo, o CNEs/MJ não abrange somente as instituições qualificadas ou tituladas pelo MJ, como as que possuem o título de UPF e as OSCIPs, ele também se destina a organizações do terceiro setor que não possuam qualquer qualificação ou titulação que tenham interesse na captação e utilização de recursos públicos.

Atualmente, a prestação de contas anual realizada ao MJ e disponibilizada ao público através do CNEs/MJ (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007) é composta por: (i) dados da entidade, como identificação, finalidades, público alvo, estatuto, diretoria, recursos humanos, entre outros; (ii) informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas; (iii) informações sobre a inserção social da organização; e (iv) demonstrativo contábil, que inclui informações oriundas das demonstrações contábeis da instituição elaboradas de acordo com as normas brasileiras de contabilidade. Os seguintes itens compõem o demonstrativo contábil:

- Balanço Patrimonial: composto por ativo, passivo e patrimônio social líquido;
- Demonstrativo do resultado do exercício: são apresentadas detalhadamente as receitas e despesas da entidade;
- Demonstrativo do superávit ou déficit do exercício: é apresentada sinteticamente a composição do superávit ou déficit do exercício; e
- Notas explicativas.

Em virtude de sua singularidade em termos de divulgação de informações contábeis de entidades do terceiro setor brasileiro, o CNEs/MJ é a principal fonte de dados deste estudo,

portanto maiores detalhamentos sobre essa base de dados e a natureza das informações utilizadas são fornecidos no capítulo 3 que trata dos aspectos metodológicos.

A investigação da relevância da contabilidade para os doadores das instituições do terceiro setor requer, essencialmente, a análise das teorias que fundamentam a relação entre doações e variáveis contábeis, nesse contexto, é necessária a discussão sobre qual informação contábil poderia ser útil para orientar esses investidores sociais em suas decisões de doação, pois, como visto, medidas contábeis convencionais, como o lucro, não são adequadas para esse fim, diferentemente do que ocorre nas organizações com fins lucrativos. Esses aspectos são abordados na próxima seção.

2.3 Teorias de mercado e a relevância da informação contábil para os investidores sociais de entidades do terceiro setor

Uma parcela significativa dos estudos (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; OKTEN; WEISBROD, 2000; MARUDAS, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; JACOBS; MARUDAS, 2009) que investigam a associação entre informações contábeis e doações tem utilizado a teoria da demanda para estabelecer uma relação, entre essas variáveis, passível de teste empírico. Ademais, a teoria da agência também é utilizada como base teórica (PARSONS, 2001, 2007) para pesquisas dessa natureza. Assim, este trabalho está embasado nessas teorias que serão analisadas a seguir.

2.3.1 Teoria da agência e assimetria de informação

No contexto do terceiro setor, existe uma relação de agência entre o gestor da entidade (agente) e os investidores sociais (principais), que alocam recursos na organização através de suas doações e contribuições. Jensen e Meckling (1976, p. 308) definem um relacionamento de agência como:

[...] um contrato pelo qual uma ou mais pessoas (o(s) principal(is)) contratam outra pessoa (o agente) para realizar algum serviço em seu nome, o qual envolve delegação de autoridade ao agente para tomar decisão. Se ambas as partes do relacionamento são maximizadoras de utilidade, existe boa razão para acreditar que o agente não agirá segundo os melhores interesses do principal.¹⁶

Observa-se que a delegação de autoridade para tomada de decisão e o desalinhamento de interesses entre o principal e o agente geram conflitos de agência, que são acentuados pela assimetria informacional. Diante disso, mecanismos de incentivos e monitoramento são implementados no intuito de amenizar esses conflitos como, por exemplo, a vinculação da remuneração do administrador a medidas observáveis de desempenho no âmbito de uma relação entre proprietário (principal) e administrador (agente).

De acordo com Fama e Jensen (1983), os problemas de agência entre doadores e gestores em entidades sem fins lucrativos são similares àqueles de outras organizações, em que os agentes não suportam a maior parcela dos efeitos, em termos de riqueza, de suas decisões, logo mecanismos de controle são necessários para assegurar que os recursos provenientes de doações e contribuições serão adequadamente usados, segundo o interesse dos investidores, e não facilmente expropriados ou realocados visando o benefício do gestor.

Como abordado anteriormente, uma das características das instituições do terceiro setor é a não distribuição de lucros aos seus dirigentes ou investidores, portanto doadores atuam não para proteger dividendos, mas visando garantir que suas contribuições sejam usadas de forma a maximizar os benefícios ao público-alvo das entidades, contudo, para Glaeser (2006, p. 2), a maximização dos objetivos dos investidores/doadores ou da sociedade como um todo não é inerente às atividades dos administradores dessas entidades. Soma-se a isso, a forte assimetria informacional existente entre o gestor da organização sem fins lucrativos e os seus investidores sociais.

O problema da assimetria de informação entre os agentes econômicos foi descrito por Akerlof (1970) no que ele chamou de “*market for ‘lemons’*”. No exemplo utilizado pelo autor (1970) para o mercado de automóveis (o termo ‘*lemons*’ refere-se aos carros de baixa qualidade), o problema da assimetria informacional desenvolve-se no âmbito de uma negociação, na qual os

¹⁶ “[...] a contract under which one or more persons (the principal(s)) engage another person (the agent) to perform some service on their behalf which involves delegating some decision making authority to the agent. If both parties to the relationship are utility maximizers, there is good reason to believe that the agent will not always act in the best interest of the principal.”

vendedores e compradores possuem níveis diferenciados de informações sobre a qualidade dos produtos. Nesse ambiente, os compradores podem ter dificuldade em distinguir produtos de boa ou má qualidade e, devido a essa incerteza, os preços são ajustados para um valor médio de produtos de baixa e alta qualidade, em função disso, os vendedores, que possuem informações completas sobre os produtos, são incentivados ou obrigados a fornecerem mercadorias de baixa qualidade e a reterem aquelas de boa qualidade. Nesse cenário, a existência de produtos de má qualidade a um preço excessivo pode reduzir a demanda por todas as mercadorias. Diante disso, Spence (1973) observa que o uso de sinalizações pode minimizar os problemas decorrentes da assimetria de informação. No exemplo dos carros de Akerlof (1970), a garantia oferecida por vendedores pode ser uma forma de sinalização da qualidade dos produtos oferecidos.

Aplicando os conceitos de Akerlof (1970) na relação entre investidores e gestores das entidades do terceiro setor, Parsons (2007, p. 182) defende que, se os principais (doadores) são inseguros sobre como os agentes (gestores) dessas instituições usam os seus recursos, o fornecimento dessas contribuições pode diminuir. Entretanto, talvez seja possível que os administradores de organizações de alta qualidade possam aumentar as doações recebidas se eles fornecerem sinais para comunicar a qualidade do seu desempenho organizacional.

Nessa visão, Slomki (1999) esclarece que a contabilidade pública governamental (primeiro setor) e não governamental (terceiro setor) desenvolvem modelos de prestação de contas a fim de minimizar a assimetria informacional entre o cidadão (principal) e o gestor público no âmbito do governo local, estadual ou federal (agente), e entre a sociedade (principal) e o gestor da entidade do terceiro setor (agente).

Healy e Palepu (2001, p. 406) também argumentam que a demanda por relatórios financeiros e *disclosure* voluntário advém da assimetria de informação e do conflito da agência entre gestores e investidores externos, como os doadores, no caso das instituições sem fins lucrativos. Nesse sentido, a contabilidade funciona como um mecanismo de sinalização ao mercado de doações, mitigando a assimetria informacional, pois, conforme afirma Parsons (2007, p. 182), uma importante função dos relatórios financeiros e contábeis é auxiliar na análise e avaliação das organizações.

A relevância da informação contábil para os investidores das entidades do terceiro setor está relacionada com a sua capacidade de redução de assimetria de informação e de conflitos de agência. Frente a isso, espera-se que a divulgação de informações contábeis favoráveis, por essas organizações, possa reduzir a incerteza dos principais (doadores) e aumentar suas contribuições.

No entanto, o que seriam informações contábeis favoráveis na arena das instituições do terceiro setor? Aquelas que, por exemplo, comunicam a eficiência da organização no uso dos seus recursos. A natureza das informações provenientes da contabilidade que podem influenciar a decisão de doadores será discutida no âmbito da teoria da demanda.

2.3.2 Teoria da demanda

Na visão de Weisbrod e Dominguez (1986), as entidades do terceiro setor são organizações privadas que fornecem produtos¹⁷ públicos, e os doadores contribuem monetariamente com essas instituições para que elas ofereçam uma determinada quantidade desses produtos, com qualidade. Diante disso, os autores (1986, p. 85) afirmam que “[...] a função demanda de mercado para um tipo particular de produtos coletivos depende – como no caso de produtos puramente privados – do preço, da qualidade e da disponibilidade dessas informações ao comprador.”¹⁸

Ao tratar da teoria da demanda, Montoro Filho (2008, p. 133) explica que a demanda individual pode ser definida como “[...] a quantidade de um determinado bem ou serviço que o consumidor deseja adquirir em certo período de tempo” e, no contexto da teoria da utilidade, as pessoas demandam esses bens ou serviços em função da utilidade que proporcionam, nesse caso, a utilidade representa o prazer ou a satisfação percebidos por um consumidor pela aquisição de um produto ou serviço (OLIVEIRA, 2008, p. 110).

Aplicando esses conceitos às entidades do terceiro setor, Marudas (2001, p. 16) esclarece que o indivíduo que doa para essas instituições obtém utilidade dessa doação, pois, do contrário,

¹⁷ Produtos, nesse contexto, englobam tanto os serviços quanto os produtos que a entidade do terceiro setor deve fornecer, portanto, no decorrer do estudo, a expressão produto será utilizada com essa conotação.

¹⁸ “[...] the market demand function for a particular type of collective-good output depends – as in the case of purely private goods – on price, quality, and the information about both price and quality available to the buyer.”

não doaria. Nesse sentido, o doador é considerado um consumidor, ainda que não consuma diretamente o produto da organização sem fins lucrativos, ademais, de acordo com essa abordagem, um indivíduo “compra” esse produto para os beneficiários das entidades, através das suas doações, da mesma forma que compraria outras mercadorias.

Montoro Filho (2008, p. 133) explana que “A teoria da demanda é derivada de hipóteses sobre a escolha do consumidor entre diversos bens que seu orçamento permite adquirir”, nesse sentido, o que se almeja é explicar esse processo de escolha perante as diversas alternativas existentes. Segundo o autor (2008, p. 133-134), diversas variáveis podem influenciar a escolha do consumidor, como o preço do bem, o preço de outros bens, a renda do consumidor e o gosto ou preferência do indivíduo, ou seja, esses fatores são costumeiramente apresentados como os determinantes da demanda individual e, no âmbito da referida teoria, estuda-se o efeito de cada fator sobre a demanda do indivíduo.

No contexto do terceiro setor, analisam-se vários fatores que podem influenciar a escolha do doador entre os diversos produtos ou serviços fornecidos por organizações. Assim, baseado na literatura (especialmente WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; OKTEN; WEISBROD, 2000; MARUDAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; JACOBS; MARUDAS, 2009), serão discutidos três determinantes da demanda do doador: (i) o preço do produto; (ii) a reputação da entidade; e (iii) a disponibilidade de informações para os doadores.

2.3.2.1 Relação entre o preço do produto das entidades do terceiro setor e as doações

Fundamentado na teoria da demanda, o preço é apresentado como uma das variáveis que influenciam a escolha do doador entre entidades do terceiro setor, no entanto, o que seria esse preço no contexto dessas instituições se, de modo geral, elas não cobram pelos seus produtos?

No âmbito das organizações sem fins lucrativos, Weisbrod e Dominguez (1986, p. 87) definem preço “[...] como o custo para um doador adquirir o valor de um dólar do produto da organização.”¹⁹ Em outras palavras, o preço seria o custo para o doador ter o valor de um real, em moeda corrente no Brasil, investido na missão da entidade. De acordo com os autores

¹⁹ “[...] as the cost to a donor of purchasing one dollar’s worth of the organization’s output.”

(1986, p. 87), o preço de doar um real de produto (avaliado pelo custo) depende: (i) da eficiência da entidade em destinar as doações para o produto final, ou seja, para as atividades que executam a sua missão; e (ii) do custo para os doadores, depois da economia de impostos, nesse sentido, o custo depende da possibilidade, ou não, das doações para a organização serem dedutíveis de impostos. Frente a isso, o preço é especificado, por Weisbrod e Dominguez (1986, p. 88), como:

$$PREÇO = (1-A)/(1-(ADM+CAPT)) \quad (1)$$

Em que:

PREÇO = preço, mensurado pelo custo, para que o doador tenha um real (ou outra unidade monetária) investido na causa ou missão da organização;

A = Alíquota de impostos e contribuições;

ADM = Despesas administrativas como uma porcentagem da receita de doações;

CAPT = Despesas com captação de recursos como uma porcentagem da receita de doações.

De acordo com essa especificação, o termo $1/(1-(ADM+CAPT))$ é a quantia com que o doador deve contribuir para ter um real investido no produto da entidade e, inserindo-se na fórmula a alíquota de impostos e contribuições, consideram-se os efeitos da economia desses encargos por doadores. Observe que, quando a doação é dedutível do Imposto de Renda (IR), por exemplo, a renda (ou o lucro) tributável é reduzida pelo total contribuído à organização, com alguns limites, portanto a economia de imposto geralmente é igual ao valor da dedução vezes a alíquota do IR.

Para exemplificar o conceito, Weisbrod e Dominguez (1986, p. 88) desenvolvem a seguinte ilustração: considere que uma organização gasta 40% das suas receitas de doação com despesas administrativas e com captação de recursos²⁰, e que a alíquota média de impostos que beneficiará potenciais doadores seja de 30%. Com base nesses dados, o $PREÇO = (1-0,3)/(1-0,4) = 1,17$, ou seja, o doador deve contribuir com R\$ 1,17, depois da economia dos impostos, para ter R\$ 1,00 investido no produto final da entidade. Observe que o valor da doação é R\$ 1,67 ($=1/(1-0,4)$), no entanto o doador pode recuperar R\$ 0,50 ($= 1,67 \times 0,3$) do

²⁰ Note que os autores seguem, para as despesas, a classificação funcional proposta pelo FASB e Receita Federal norte-americana, portanto, se as despesas administrativas e com captação de recursos representam 40%, as despesas com programas (ou com a causa) representam 60%.

valor doado através de benefícios fiscais, assim o preço para ele é de R\$ 1,17 ($= 1,67 - 0,50$), como detalhado na tabela a seguir:

**Tabela 1 - Especificação do preço em entidades do terceiro setor:
detalhando o exemplo de Weisbrod e Dominguez (1986, p. 88)**

Parte A: Valor da doação	
1. Valor da doação (dado por: $1/(1-(ADM+CAPT))$).....	R\$ 1,67
2. Percentual referente aos gastos da entidade com despesas administrativas e com captação de recursos.....	40%
3. Parcela da doação destinada a cobrir as despesas administrativas e com captação de recursos (1 x 2).....	R\$ 0,67
4. Parcela da doação investida na missão da organização (1-3).....	R\$ 1,00
Parte B: Preço para o doador considerando-se os efeitos da economia de impostos	
1. Valor da doação (dado por: $1/(1-(ADM+CAPT))$).....	R\$ 1,67
2. Alíquota média de impostos.....	30%
3. Recuperação do valor doado (1 x 2).....	R\$ 0,50
4. Preço (1 - 3).....	R\$ 1,17

FONTE: Elaborado com base em Weisbrod e Dominguez (1986, p. 88)

Nota-se que, baseado nessa definição de preço, quanto maior o gasto com despesas administrativas e com captação de recursos, maior será o preço do produto. Além disso, é importante ressaltar que o valor da doação ($= 1/[1-(ADM+CAPT)]$) também é considerado na literatura como o preço antes da economia de impostos. Diversos estudos (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009), adotaram o preço antes da economia de impostos, pois o efeito desses encargos sobre as doações era constante entre as organizações pesquisadas.

Outro aspecto a ser destacado é que muitos pesquisadores (TINKELMAN, 1997; KHANNA, POSNETT; SANDLER, 1995; KHANNA; SANDLER, 2000; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) consideram as despesas administrativas e com captação de recursos como uma porcentagem do total das despesas e, não, das receitas de doação (como proposto originalmente por Weisbrod e Dominguez, 1986), portanto, de acordo com essa visão e ignorando os efeitos dos impostos, o preço é assim especificado:

$PREÇO = 1/(1-(ADM+CAPT)) \quad \text{ou} \quad PREÇO = \frac{Despesas\ totais}{Despesas\ com\ programas} \quad (2)$
--

Em que:

PREÇO = preço, mensurado pelo custo, para que o doador tenha um real (ou outra unidade monetária) investido na causa ou missão da organização;

ADM = Despesas administrativas como uma porcentagem do total das despesas;

CAPT = Despesas com captação de recursos como uma porcentagem do total das despesas;

Despesas totais = Somatório das despesas administrativas, com captação de recursos e com programas;

Despesas com programas = total das despesas referentes às atividades que executam diretamente os propósitos ou a missão da entidade sem fins lucrativos.

Como visto, o preço (avaliado pelo custo), no contexto das entidades do terceiro setor, é determinado a partir de informações contábeis e, *ceteris paribus*, a demanda do doador é função do preço. Nesse caso, é esperada uma relação inversa entre o preço e a demanda do doador, ou seja, tudo o mais permanecendo constante (como a reputação da entidade e a disponibilidade de informações), quanto maior o preço, menor a demanda do doador e, consequentemente, menores doações; ou vice versa, quanto menor o preço, maior a demanda do doador e, por conseguinte, maiores doações.

Na literatura que investiga a relação entre informações contábeis e doações, o preço é frequentemente considerado uma medida da eficiência operacional das instituições sem fins lucrativos, além disso, outras medidas baseadas em números contábeis, como a taxa de despesas com programas (PROG) e a taxa de despesas administrativas (ADM), são comumente utilizadas para mensurar essa eficiência e, portanto, são incluídas nos modelos que analisam a associação contabilidade-doações como um complemento ou uma alternativa ao preço. Esses aspectos são discutidos no tópico a seguir.

2.3.2.2 Preço do produto das entidades do terceiro setor e eficiência operacional

No contexto da avaliação organizacional, a eficiência refere-se à habilidade de produção dos resultados desejados com uma utilização mínima de recursos, portanto uma medida de eficiência deveria relacionar recursos consumidos (*inputs*) e produtos gerados (*outputs*) (PEREIRA, Carlos Alberto, 2001, p. 207).

Nesse sentido, Parsons (2003) aclara que, embora esse tipo de medida sumarie a eficiência da organização, no âmbito das entidades do terceiro setor, existe o problema da quantificação dos produtos (*outputs*) dessas instituições, que são difíceis de ser mensurados. Por consequência, as demonstrações contábeis divulgadas por organizações sem fins lucrativos não podem fornecer aos seus usuários medidas tradicionais de eficiência, mensuradas em termos de *inputs* e *outputs* (recursos consumidos / produtos gerados).

Alves *et al.* (2005), a par dessa limitação das demonstrações contábeis, analisaram o resultado econômico como um indicador de eficiência das entidades do terceiro setor, tendo em vista que ele contempla uma forma de mensuração dos produtos ou serviços (*outputs*) gerados por essas organizações, porém, essa medida não é diretamente obtida dos relatórios contábeis divulgados. Diante disso, para fins de mensuração e análise do resultado econômico, os autores (2005) utilizaram o modelo conceitual da Demonstração do Resultado Econômico proposto por Slomski (1996, p. 60) para as entidades públicas, considerando também os aprimoramentos sugeridos por Olak (2000, p. 156) para a aplicação específica do modelo em organizações privadas sem intuito de lucro.

É importante ressaltar que, no Brasil, essa demonstração contábil que evidencia o resultado econômico (SLOMSKI, 1996, p. 60) passou a integrar o conjunto de anexos da Lei 4.320 (BRASIL, 1964) a partir da publicação da Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) n. 749 (BRASIL, 2009b), que incluiu a demonstração como o anexo 20, e estabeleceu que a sua elaboração pelos entes públicos da federação é facultativa. A Demonstração do Resultado Econômico para instituições públicas foi prevista na NBC T 16.6 (BRASIL, 2008) e, para efeito dessa norma, as organizações que compõem o setor público são:

[...] órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que, possuindo personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem dinheiros, bens e valores públicos, na execução de suas atividades. (BRASIL, 2009a).

Observa-se que, no cenário brasileiro, a Demonstração do Resultado Econômico poderá ser adotada por entes governamentais e por instituições do terceiro setor que utilizam recursos públicos, contudo, ela ainda não é divulgada por essas entidades e, no contexto internacional, esse tipo de relatório também não é usualmente apresentado à sociedade.

Como consequência, os pesquisadores que analisam o impacto da informação contábil em decisões de doação têm se concentrado em medidas de eficiência, oriundas das demonstrações contábeis, cujo foco está nos *inputs*, ou seja, analisa-se o uso do recurso, e não há uma ênfase na quantificação dos produtos gerados. De acordo com Parsons (2003, 114), a “Eficiência operacional (uma medida restrita), definida somente em termos de *inputs*, é uma medida do grau em que as entidades sem fins lucrativos direcionam seus recursos disponíveis para a missão da organização”²¹, ou seja, a eficiência sob esta ótica, também denominada de eficiência administrativa (TINKELMAN; MANKANEY, 2007), está relacionada à capacidade de gestão da entidade com relação ao destino das doações, e outros recursos, às atividades que executam os seus propósitos e, assim, alcançam os seus beneficiários.

Dentro dessa abordagem, as medidas frequentemente usadas para mensurar a eficiência operacional das organizações do terceiro setor são: o preço do produto (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009); a taxa de despesas com programas (FRUMKIN; KIM, 2001; PARSONS, 2001, 2007); e a taxa de despesas administrativas (GREENLEE; BROWN, 1999; FRUMKIN; KIM, 2001; PARSONS, 2001; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; PARSONS, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009).

O preço do produto foi definido na seção anterior e, como visto, quanto maior o gasto com despesas administrativas e com captação de recursos, maior será o preço; por outro lado, quanto maiores as despesas com programas, menor será o preço. Desse modo, um baixo preço sugere uma instituição mais eficiente no que se refere à destinação dos recursos contribuídos para a finalidade da organização, e isso se reflete em maiores contribuições, relação preconizada pela teoria da demanda.

²¹ “Operational efficiency (a restricted measure), defined solely in terms inputs, is a measure of the degree to which NFPs direct their available resources to the organization’s mission.”

A taxa de despesas com programas (PROG) indica a porcentagem das despesas totais gasta nos programas ($PROG = \text{despesas com programas} / \text{despesas totais}$). Essa medida é utilizada como uma alternativa à variável preço, no entanto verifica-se que ela é inversa ao preço antes da economia dos impostos ($PREÇO = 1 / PROG$), portanto espera-se uma relação positiva entre a taxa de despesas com programas e as doações. Diante disso, uma alta taxa (PROG) sugere uma organização mais eficiente e isso se reflete em maiores doações.

De modo geral, a taxa de despesas administrativas (ADM) evidencia a porcentagem das despesas totais gasta em despesas administrativas ($ADM = \text{despesas administrativas} / \text{despesas totais}$). Semelhantemente à relação entre preço e doações, é esperada uma associação negativa entre essa taxa (ADM) e as contribuições de doadores, pois uma baixa taxa de despesas administrativas sugere uma entidade mais eficiente em termos de destinação dos recursos, ou vice-versa. Vale observar que, em função dessa similaridade, Jacobs e Marudas (2009) se referem ao preço e à taxa de despesas administrativas como medidas de ineficiência das organizações sem fins lucrativos, já a taxa de despesas com programas seria uma medida de eficiência dessas instituições.

Como discorrido inicialmente, embora essas medidas contábeis (PREÇO, PROG e ADM) sejam utilizadas como *proxies* para a eficiência da entidade do terceiro setor, elas apresentam limitações quanto a esse tipo de avaliação. Tinkelman e Donabedian (2007, p. 9) analisaram essas limitações e apresentaram as seguintes críticas a essas medidas:

- as taxas baseadas em números contábeis são medidas incompletas de eficiência, pois não consideram a quantidade, a qualidade e o valor dos *outputs*, além disso, ignoram a estratégia organizacional, que deveria afetar as decisões quanto à utilização dos recursos. Uma organização pode ser ineficiente na arrecadação ou destinação de recursos, mas, ainda assim, ser eficiente no uso dos recursos que foram alocados nas despesas com programas, prestando serviços de alta qualidade aos seus beneficiários.
- as taxas contábeis são imprecisas e voláteis em função da forma como atualmente são mensuradas, pois gestores têm uma variedade de incentivos para tentar manipular essas taxas que são divulgadas e, na ausência de manipulação, elas podem ser afetadas por diversos fatores, como o período considerado e os métodos de reconhecimento das despesas.

No entanto, embora as taxas contábeis não forneçam uma medida adequada e completa da eficiência organizacional, elas podem contribuir para essa avaliação em termos de *inputs* e, num ambiente de assimetria de informação, a divulgação dessas informações aos usuários pode reduzir incertezas. Diante disso, o foco deste estudo não está na análise da completude da informação contábil para fins de avaliação de eficiência, mas na investigação da possível relevância dessas informações aos investidores de entidades do terceiro setor.

2.3.2.3 Relação entre a reputação da entidade do terceiro setor e as doações

Baseados na teoria da demanda, Weisbrod e Dominguez (1986) preconizaram que a qualidade percebida do produto das entidades do terceiro setor pode afetar a escolha do doador, nesse caso, *ceteris paribus*, quanto maior a qualidade do produto, maior a demanda do doador e, por conseguinte, maiores doações. No entanto, conforme discutido na seção anterior, a mensuração da qualidade desses produtos é um tema complexo no âmbito das organizações sem fins lucrativos, além disso, na maioria das vezes os doadores não são consumidores finais dos *outputs* dessas instituições e, usualmente, não têm contato direto com esses produtos para determinar sua qualidade.

Modelos empíricos que analisaram os efeitos da qualidade do produto sobre as contribuições para entidade do terceiro setor utilizaram a idade como *proxy* para a qualidade (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; POSNETT; SANDLER, 1989; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997), porém Trussel e Parsons (2007, p. 271) afirmam que os doadores devem contar, em parte, com a reputação organizacional para avaliar a qualidade dos produtos.

Reputação corporativa, segundo Bromley (2002) e Sandberg (2002), é uma percepção social comum ou ainda um consenso sobre como a organização se comporta em dada situação. De acordo com Roberts e Dowling (2002, p. 1078), a reputação corporativa pode ser definida como os atributos organizacionais, criados ao longo do tempo, que refletem o modo pelo qual os *stakeholders* veem a entidade como uma boa cidadã corporativa.

Embora esses autores conceituem reputação no contexto das organizações do segundo setor, verifica-se que nas instituições sem fins lucrativos a reputação também está relacionada a uma

percepção da sociedade sobre o comportamento da entidade ao longo do tempo. Além disso, essa percepção baseia-se em conceitos sobre as ações da organização do terceiro setor para cumprimento da sua missão, entretanto Fombrun (1996 *apud* GOTSI; WILSON, 2001, p. 28) explica que reputação é um conceito dinâmico, pois diferentes indivíduos podem ter díspares percepções da mesma organização baseados em seus próprios antecedentes econômicos, sociais e pessoais. Diante disso, como medir a reputação organizacional?

Para Okten e Weisbrod (2000, p. 258-259), a idade é uma fonte de informação sobre a reputação das organizações sem fins lucrativos, pois entidades mais velhas devem se beneficiar do efeito reputacional. Bennett e DiLorenzo (1994 *apud* TRUSSEL; PARSONS, 2007, p. 272) aclaram que organizações relativamente novas necessitam de tempo para estabelecer um relacionamento com doadores e alcançar reconhecimento, ademais, para fins de sobrevivência no longo prazo, instituições do terceiro setor precisam produzir produtos de qualidade e ter sucesso na captação de recursos. Frente a isso, pesquisas mais recentes (OKTEN; WEISBROD, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; TRUSSEL; PARSONS, 2007) consideram a idade como uma medida de reputação organizacional, e não necessariamente da qualidade do produto.

Trussel e Parsons (2007, p. 272) afirmam que, quando o governo contribui com organizações do terceiro setor, ele serve como monitor dessas entidades, portanto, doadores podem entender que a qualidade do produto é aprimorada em função da vigilância governamental, além disso, pequenos doadores podem olhar para investidores mais sofisticados (como o governo) para avaliar o desempenho das instituições sem fins lucrativos da mesma forma que, no âmbito do mercado de capitais, investidores novatos olham para investidores institucionais e outros mais sofisticados para avaliar as empresas com finalidade de lucro. Desse modo, as receitas governamentais são também utilizadas como *proxy* para a reputação das entidades do terceiro setor (TRUSSEL; PARSONS, 2007; KHANNA; SANDLER, 2000).

A reputação organizacional deve influenciar a preferência dos investidores sociais como fonte de informação sobre a qualidade do produto, logo, *ceteris paribus*, quanto maior a reputação da entidade, maior a demanda do doador e, conseqüentemente, maiores contribuições, portanto espera-se uma relação positiva entre a reputação e as doações.

2.3.2.4 Relação entre a disponibilidade de informações para os investidores sociais e as doações

De acordo com Weisbrod e Dominguez (1986, p. 85-86), a assimetria de informação entre as entidades do terceiro setor e os doadores é comum, se não típica desses “mercados” onde as contribuições são a principal fonte de receitas, então essas instituições devem ter incentivos para fornecer informação para potenciais doadores sobre a qualidade dos seus produtos. Nesse contexto, as atividades de captação de recursos (*fund raising*) têm papel similar à propaganda, forma de comunicação comumente utilizada por empresas, pois fornecem informações sobre os produtos ou serviços oferecidos por organizações sem fins lucrativos. Os autores (1986) explicam que, desde que seja custoso, em tempo e dinheiro, para doadores determinar a qualidade desses produtos, as atividades de captação de recursos (*fund raising*) deveriam, *ceteris paribus*, aumentar a demanda do doador por esses produtos e, por conseguinte, aumentar as contribuições.

Observa-se que, em função da dificuldade de se mensurar diretamente a quantidade de informação recebida por investidores das entidades do terceiro setor, a despesa com captação de recursos (CAPT) é utilizada como uma *proxy* para a disponibilidade dessas informações. (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009). Outra *proxy* usada na literatura é a taxa de captação de recursos (TXCAPT), definida como as despesas com captação de recursos divididas por despesas totais (GREENLEE; BROWN, 1999; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; PARSONS, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007).

Vale ressaltar que as despesas ou a taxa de captação de recursos podem ter dois efeitos sobre as doações: um direto, pois elas aumentam as contribuições por amenizar os custos de informação aos doadores (associação positiva); e um indireto, pois, *ceteris paribus*, elas aumentam o preço do produto por reduzirem os investimentos nos programas e, desse modo, reduzem as contribuições (relação negativa).

Nos Estados Unidos, berço dos estudos que analisam a relação entre contabilidade-doações, a informação sobre o valor gasto com captação de recursos pode ser diretamente obtida dos relatórios contábeis ou do formulário 990, divulgados pela entidade sem fins lucrativos, no

entanto isso não ocorre no Brasil, possivelmente em decorrência da pouca sofisticação das atividades de captação de recursos das organizações brasileiras se comparadas às práticas norte-americanas. Sobre essas atividades de *fund raising* no contexto brasileiro, Custódio Pereira (2001, p. 117) explica que

[...] as instituições filantrópicas no nosso país enfrentam dificuldades para a captação de recursos e talvez direcionem o que conseguem arrecadar somente para as causas em si, e não para reportagens, propagandas, folhetos ou outros tipos de publicações que possam esclarecer o tipo de instituição, sua ação, sua tradição, a forma como aplicam os recursos obtidos.

Em função dessa característica própria do ambiente brasileiro, as despesas com captação de recursos não foram contempladas no modelo empírico proposto neste estudo.

2.3.2.5 Outros fatores que podem influenciar a demanda do doador

A literatura identifica outros fatores que podem influenciar a escolha do doador como, por exemplo, a causa a ser suportada (preferência do indivíduo) ou características socioeconômicas dos investidores sociais. Ampliando essa visão, Gordon e Khumawala (1999, p. 42-45) esclarecem que a decisão de doação depende tanto de influências externas (envolvimento familiar, cultura, tradição, etc.) quanto de motivações internas (altruísmo, espiritualidade, propósito de vida, etc.), entretanto esses fatores devem influenciar o potencial investidor social na sua decisão inicial de contribuir com a filantropia de forma geral, pois se o doador determina que deve contribuir e que a causa vale a pena, o próximo passo é decidir se uma determinada organização é digna do suporte e é neste ponto do processo de decisão que o investidor social pode usar informação contábil para orientá-lo em seu processo de escolha.

Referindo-se ao contexto brasileiro, Custódio Pereira (2006) afirma que são diversos os fatores que motivam a doação e, na maioria das vezes, ela ocorre no somatório desses fatores, e não por um só. De acordo com o autor (2006, p. 93), a causa é certamente o fator principal, no entanto, após a identificação da causa, os indivíduos “[...] vão assegurar-se de que a instituição é segura, bem administrada e que os seus recursos serão aplicados conforme o desejo ou a determinação do doador. Se não houver confiabilidade na aplicação, é provável que a doação não ocorra.”

Em função disso, não é esperado um alto poder explicativo dos modelos empíricos empregados na análise específica da influência de informações contábeis sobre as decisões de doação, tendo em vista que esses modelos propositalmente não contemplam todas as possíveis variáveis que motivam as doações.

Fazendo alusão às características socioeconômicas dos doadores, Marudas (2001, p. 33) explana que as pesquisas que analisam a associação entre informações contábeis e doações ignoram algumas dessas características por elas não se alterarem no transcorrer das organizações ou por não estarem disponíveis. No entanto, algumas variáveis socioeconômicas, como a renda, os impostos incidentes sobre a renda e o nível educacional, podem ser associadas com o tipo da entidade do terceiro setor, portanto, para reduzir o impacto da variação desses fatores através das organizações, subamostras contendo apenas um tipo de instituição podem ser testadas.

2.4 Evidências empíricas da relevância da informação contábil para os investidores sociais de entidades do terceiro setor

Apesar da existência, no cenário internacional, de estudos empíricos que investigaram a associação entre informações contábeis e doações e, assim, forneceram evidências da relevância da contabilidade para os investidores sociais de entidades do terceiro setor, pesquisas dessa natureza ainda são escassas especialmente fora dos Estados Unidos. No Brasil, pouco se tem pesquisado sobre o tema. Nesta seção, serão analisados os estudos já desenvolvidos nessa área e o Quadro 1 sintetizará a principal literatura apresentada.

2.4.1 O modelo de Weisbrod e Dominguez

O trabalho seminal sobre o assunto é de Weisbrod e Dominguez (1986), no qual eles analisaram se as doações individuais para as entidades do terceiro setor são influenciadas por fatores como o preço, a qualidade dos produtos da organização e a disponibilidade dessas informações aos doadores. No modelo empírico desenvolvido pelos autores com base na teoria da demanda, a doação representa a demanda do doador pelos produtos da entidade sem fins lucrativos, e é especificada em função de três variáveis: (i) o preço, que reflete a eficiência organizacional, (ii) a disponibilidade de informações, medida pelos gastos com

captação de recursos (*fund raising*), e (iii) a qualidade percebida dos produtos, mensurada pela idade da organização. Os pesquisadores também incluíram no modelo a interação entre as variáveis “gastos com captação de recursos” e “idade”, considerando que a idade pode impactar a efetividade do processo de captação de recursos. O modelo testado foi o seguinte:

$$\ln DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln CAPT_{it-1} + \beta_2 \ln PREÇO_{it} + \beta_3 IDADE_{it} + \beta_4 IDADE_{it} \times \ln CAPT_{it-1} + u_{it} \quad (3)$$

Em que:

$\ln DOA_{it}$ = É o logaritmo natural das contribuições em dinheiro recebidas pela organização;

$\ln CAPT_{it-1}$ = É o logaritmo natural das despesas da entidade com captação de recursos no período anterior;

$\ln PREÇO_{it}$ = É o logaritmo natural do preço do produto, especificado como: $PREÇO = 1/(1 - CAPT)$ em que $CAPT = CAPT/Doações$;

$IDADE_{it}$ = É o número de anos de existência da entidade como sem fins lucrativos;

$IDADE_{it} \times \ln CAPT_{it-1}$ = Representa a interação entre a idade e o logaritmo natural das despesas da entidade com captação de recursos no período anterior.

Como se observa, esse modelo foi testado na forma log-linear, e os autores (1986) analisaram, através de regressão com dados de corte transversal (método dos mínimos quadrados ordinários - *Ordinary Least Squares* - OLS), as informações de organizações do terceiro setor norte-americano provenientes do formulário 990 (*IRS Form 990*), a análise também levou em conta o tipo de atividade desenvolvida pela instituição, sendo consideradas sete finalidades dentro de quatro grandes áreas de atuação: saúde, educação, assistência social e atividades culturais. Os resultados da pesquisa confirmaram a hipótese de que o preço, as despesas com captação de recursos e a qualidade dos serviços prestados pela entidade influenciam as doações e, de forma geral, os achados sugerem que quanto menor o preço, maiores doações (relação negativa), pois o preço reflete a eficiência da entidade em alocar os seus recursos em despesas diretamente relacionadas com a sua missão (quanto menor o preço, maior a eficiência da instituição); com relação às outras variáveis, quanto maiores os gastos com captação de recursos e a idade da organização, maiores contribuições (relação positiva). Os resultados também evidenciaram uma associação negativa entre as doações e a interação $IDADE \times CAPT$, sugerindo que a efetividade de novas propagandas decresce com a idade.

A pesquisa de Weisbrod e Dominguez (1986) apresenta algumas limitações, a primeira diz respeito à definição operacional utilizada para o preço. Em função da não disponibilidade de dados satisfatórios sobre as despesas administrativas, os autores assumiram a premissa de que essas despesas eram iguais a zero, desse modo o preço antes da economia dos impostos (os impostos foram ignorados, pois a dedução das doações era constante entre as organizações) foi definido apenas em função dos gastos com captação de recursos, portanto de forma restrita. Além disso, os autores não consideraram, em seu modelo, variáveis de controle como, por exemplo, o tamanho da organização ou as receitas governamentais. Ademais, outras *proxies* poderiam ser utilizadas para a qualidade dos serviços prestados, uma vez que a idade da instituição pode ser considerada uma medida incompleta dessa variável.

2.4.2 Estudos assemelhados: análise evolutiva

Posteriormente, Okten e Weisbrod (2000) avançam na pesquisa sobre os fatores que influenciam doações privadas para organizações do terceiro setor, analisando informações, oriundas do formulário 990 (*IRS/SOI*), de sete tipos de entidades quanto à finalidade desenvolvida, similarmente a Weisbrod e Dominguez (1986), para o amplo período de 1982 a 1994. Além disso, no modelo empírico testado pelos autores (2000) foram contempladas duas novas variáveis, além daquelas já abordadas no modelo de Weisbrod e Dominguez (1986), as contribuições governamentais e as receitas com programas, visando controlar o possível efeito de atração ou repulsão dessas receitas sobre as doações. Adicionalmente, variáveis *dummies* foram incluídas no modelo para controlar os efeitos das mudanças na regulamentação do Imposto de Renda em 1984 e 1986 sobre doações privadas. O modelo foi testado na forma log-linear, através de regressão com dados em painel sendo utilizada a abordagem de efeitos fixos e métodos: OLS e mínimos quadrados de dois estágios (*Two-Stage Least-Squares – 2SLS*).

O método dos mínimos quadrados de dois estágios (2SLS) envolve, segundo Gujarati (2006, p. 617-623), duas aplicações sucessivas do método dos mínimos quadrados ordinários (OLS) e, de forma geral, esse procedimento é utilizado quando uma variável explicativa está correlacionada com o termo de erro da regressão, nesse caso, essa variável independente é considerada endógena. O objetivo do método 2SLS é solucionar o problema da correlação, ou da endogeneidade do modelo, através da aplicação do método OLS em dois estágios: (i) no primeiro, executa-se a regressão da variável independente endógena sobre variáveis

instrumentais, obtendo-se assim uma estimativa da referida variável endógena que não esteja correlacionada com o termo de erro; e (ii) no segundo estágio, a variável estimada entrará na equação original substituindo a variável explicativa endógena que apresenta o problema de correlação, sendo então aplicado o método OLS à equação transformada.

As variáveis instrumentais são *proxies* escolhidas para a variável independente endógena, elas devem ser altamente correlacionadas com o regressor endógeno, mas não podem guardar alta correlação com a variável dependente ou com o termo de erro do modelo de regressão (GUJARATI, 2006, p. 618). Ressalta-se ainda, que quando alguns dos regressores são endógenos surge o problema da simultaneidade, nessa situação a variável dependente afeta uma ou mais variáveis “independentes” (endógenas), e vice-versa. A correção da simultaneidade, que é uma “[...] forma importante de endogeneidade de variáveis explicativas [...]” (WOOLDRIDGE, 2007, p. 491), pode ser feita por meio da utilização de variáveis instrumentais, aplicando-se o método 2SLS.

No caso do estudo de Okten e Weisbrod (2000), esse procedimento foi adotado haja vista uma provável correlação entre: (i) o preço e o termo de erro da regressão, fato decorrente da definição operacional adotada para o preço; e (ii) as despesas com captação de recursos e o termo de erro da regressão; fazendo com que essas variáveis explicativas se configurem como endógenas. O preço foi definido em função de doações de períodos anteriores, e as doações atuais constituem a variável dependente do modelo, já o nível das despesas com captação de recursos pode ser decidido pela instituição com base na quantia de doações recebidas durante o ano, fatos esses que caracterizam um problema de equações simultâneas, portanto o procedimento OLS simples gera estimativas inconsistentes, devendo-se então ser considerados métodos de estimação formulados para estimar modelos de equações simultâneas como, por exemplo, o método 2SLS.

Os resultados do estudo de Okten e Weisbrod (2000) evidenciaram uma relação negativa entre o preço e as doações; já as despesas com captação de recursos (*fund raising*) têm dois efeitos sobre doações: elas aumentam doações diretamente, o que pode ser explicado pelo fato de reduzirem os custos de informação para doadores, mas, por outro lado, elas diminuem as contribuições indiretamente, por aumentar o preço da doação diminuindo a fração da receita aplicada na finalidade da instituição. Em geral, a relação é positiva, entretanto, de acordo com os autores (2000, p. 271), as entidades não destinam recursos em excesso para esse tipo de

gasto. Com relação às receitas governamentais e com programas, foram encontradas evidências de um efeito positivo sobre doações, pois, segundo os pesquisadores (2000, p. 271), esses tipos de receitas podem fornecer informações favoráveis a potenciais doadores sobre a reputação da organização, no entanto, para alguns tipos de entidade, essas variáveis não apresentaram coeficientes estatisticamente significativos.

Na pesquisa (OKTEN; WEISBROD, 2000), a idade da instituição também foi incluída no modelo como *proxy* para a sua reputação, os autores (2000, p. 258-259) argumentam que a idade pode afetar as doações de duas maneiras: diretamente como fonte de informação sobre a reputação da organização, considerando que possivelmente organizações mais velhas se beneficiem do efeito reputacional; e, indiretamente, por influenciar a efetividade do processo de captação de recursos, levando em conta que essa efetividade provavelmente dependa da reputação da organização. De forma geral, a idade da organização apresentou relação positiva com as doações, e a sua interação com os gastos com captação de recursos apresentou relação negativa, como era esperado, entretanto, em alguns tipos de atividade, a relação entre idade e doações foi negativa. Os pesquisadores (2001, p. 267) argumentam que esse achado é de certa forma surpreendente, isso possivelmente se deve ao fato de a idade não ser uma *proxy* somente da reputação organizacional, a qual pode aumentar com a idade, mas também para a riqueza da organização, com doadores expondo preferência por organizações menos ricas; nesse sentido, a associação negativa encontrada entre a idade e as doações sugere que, quanto mais nova a organização, menor a sua riqueza e, por conseguinte, maiores doações ou vice-versa.

Okten e Weisbrod (2000) aprimoraram procedimentos anteriormente adotados por Weisbrod e Dominguez (1986), como o período analisado, a inclusão de variáveis de controle no modelo e a utilização do método dos mínimos quadrados de dois estágios, entretanto a pesquisa apresenta a mesma limitação do estudo anterior (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986) no que se refere à definição operacional do preço, pois as despesas administrativas foram consideradas iguais a zero e isso pode não refletir a realidade de todas as entidades analisadas.

Diante dessa limitação, Marudas e Jacobs (2004) testaram o modelo de Okten e Weisbrod (2000), alterando, no entanto, a especificação do preço, mensurando-o como a razão entre as despesas totais e as despesas com programas (ver discussão sobre o preço na seção 2.3.2.1), além disso, os pesquisadores (2004) não incluíram no modelo a interação entre a idade e as

despesas com captação de recursos em função do alto grau de multicolinearidade. Assim, Marudas e Jacobs (2004) analisaram os efeitos do preço, das despesas com captação de recursos, das receitas governamentais, das receitas com programas e da idade, sobre as doações privadas (variável dependente) a entidades sem fins lucrativos da área da educação, pesquisa científica e hospitais. O modelo foi testado na forma log-linear com dados provenientes do formulário 990 (*IRS/SOI/NCCS*), exceto para a idade, de 838 entidades do terceiro setor norte-americano para um período de 10 anos (1985 a 1994), usando-se a abordagem *two-way fixed effects* e o método dos mínimos quadrados de dois estágios (2SLS). O método 2SLS foi utilizado para reduzir os efeitos da endogeneidade do modelo, similarmente a Okten e Weisbrod (2000), já a abordagem *two-way fixed effects* foi usada, segundo Marudas e Jacobs (2004, p. 176), para controlar os efeitos de fatores temporais não especificados no modelo, mas que podem afetar a quantia de doações recebidas pela organização como, por exemplo, um amplo período de recessão econômica. Nesse modelo, o termo de erro da regressão é composto e consiste de três elementos: (i) o erro individual referente ao elemento do corte transversal; (ii) o erro temporal; e (iii) o erro combinado da série temporal e do corte transversal.

Os resultados encontrados por Marudas e Jacobs (2004) evidenciaram um relacionamento negativo entre o preço e as doações privadas nas entidades de pesquisa científica, já nos hospitais o relacionamento entre essas variáveis foi positivo, entretanto essa relação não foi estatisticamente significativa para as instituições da área da educação. As despesas com captação de recursos não foram significativas em nenhuma das três amostras, ademais, de modo geral, não foram encontradas evidências de que as receitas governamentais ou com programas afetem as doações. Para comparar as divergências de resultados em função da especificação usada para o preço, Marudas e Jacobs (2004) também testaram o modelo usando a definição operacional de Okten e Weisbrod (2000), no entanto, de acordo com os pesquisadores (2004, p. 175), os resultados foram qualitativamente similares para as duas definições utilizadas.

Os estudos que têm examinado essa relação entre informações contábeis e doações são, em sua maioria, realizados com dados de entidades do terceiro setor norte-americano (vide Quadro 1), provavelmente em função da divulgação dessas informações através do formulário 990, contudo pesquisas sobre o tema também têm sido realizadas em outros países, como as

de Posnett e Sandler (1989), Khanna, Posnett e Sandler (1995), e Khanna e Sandler (2000) que investigaram dados de entidades sem fins lucrativos do Reino Unido.

Khanna, Posnett e Sandler (1995) ampliaram e aprimoraram a investigação de Posnett e Sandler (1989), analisando informações de 159 organizações sem fins lucrativos mais proeminentes no Reino Unido para o período de 1983 a 1990, cujos dados foram publicados pela *Charities Aid Foundation*. A pesquisa original (POSNETT; SANDLER, 1989) examinou dados de 299 entidades, entretanto somente para o ano de 1985. Os autores (1995) testaram o modelo empírico de Posnett e Sandler (1989) que contemplou as seguintes variáveis explicativas para as contribuições voluntárias: preço, gastos com captação de recursos, receitas autônomas (tais como aluguéis, taxas, entre outras receitas), receitas governamentais, legados (ganhos provenientes de bens recebidos por herança) e a idade da instituição. A interação entre a idade e os gastos com captação de recursos, que constava no modelo de Posnett e Sandler (1989), foi retirada pelo alto grau de multicolinearidade com a variável gastos com captação de recursos. O modelo foi testado em sua forma linear para a amostra como um todo e também por área de atuação da entidade (saúde, *overseas* – entidades cujos beneficiários estão fora do Reino Unido –, religião e bem-estar social), sendo adotada a abordagem dos efeitos fixos. Considerando a amostra como um todo, foi encontrada relação negativa entre o preço e as contribuições voluntárias, já as variáveis: gastos com captação de recursos, receitas governamentais, legados e idade, apresentaram relação positiva com as doações. A variável receitas autônomas não apresentou coeficiente estatisticamente significativo.

Posteriormente, Khanna e Sandler (2000) testaram o modelo de Khanna, Posnett e Sandler (1995) para a mesma amostra (159 organizações do Reino Unido) e para o mesmo período (1983 a 1990), porém, melhorando metodologicamente o estudo, pois utilizaram novas técnicas econométricas visando controlar o problema de endogeneidade detectado na variável explicativa receitas governamentais, utilizada como *proxy* para a reputação da entidade. De acordo com os autores (2000, p. 1546), as receitas governamentais podem ser dependentes das mesmas variáveis que determinam as doações como, por exemplo, a idade da instituição, além disso, essas receitas podem estar correlacionadas com o termo de erro da equação em que aparecem como variável explanatória das doações, configurando-se, portanto, como uma variável explicativa endógena. Frente a isso, os pesquisadores (2000) combinaram as abordagens de efeitos fixos e aleatórios com métodos de equações simultâneas, adotando,

após vários testes, um modelo de efeitos fixos no qual as receitas governamentais foram tratadas como endógenas (*fixed-effects endogenous model*). O modelo foi testado na forma linear, embora a variável idade estivesse na forma logarítmica.

Khanna e Sandler (2000) suportam os achados de Khanna, Posnett e Sandler (1995), para a amostra como um todo, no que se refere à relação negativa entre o total das contribuições voluntárias e o preço, e a relação positiva dos gastos com captação de recursos, das receitas governamentais, e da idade com as referidas contribuições. No entanto, as receitas autônomas, não significativas no estudo anterior (1995), se apresentam negativamente relacionadas com as contribuições de entidades da área da saúde, já os legados se relacionam positivamente com as contribuições de instituições religiosas, da área da saúde e *overseas*, e apresentam relação negativa no caso de entidades voltadas ao bem-estar social, sugerindo que o relacionamento quanto a fontes alternativas de receitas depende da finalidade da organização. O tratamento dado à endogeneidade do modelo também proporcionou coeficientes mais significativos para o preço, embora ele não tenha sido significativo para as organizações da área religiosa e da saúde, e as receitas governamentais não foram significativas para explicar as contribuições das entidades religiosas, fato provavelmente decorrente da não materialidade deste tipo de receita nessas instituições.

Tinkelman (1997) adicionou ao modelo de Posnett e Sandler (1989) o total do ativo como uma variável de controle para o tamanho da organização e, assim, examinou o impacto das seguintes variáveis sobre as doações: preço, despesas com captação de recursos, o total do ativo, idade, receitas governamentais, receitas com programas e outras receitas. O modelo foi testado na forma log-linear, através de regressão com dados de corte transversal (método OLS), com informações contábeis, provenientes de uma base de dados pertencente ao Estado de Nova Iorque, referentes ao período de 1992 a 1994, sendo analisados onze tipos de entidades quanto a sua área de atuação. Duas amostras foram analisadas: uma geral contendo aproximadamente 7.000 organizações; e outra composta por aproximadamente 750 entidades. Para seleção dessa segunda amostra foram utilizados os seguintes critérios: (i) tamanho: foram incluídas aquelas organizações que receberam mais de \$ 1 milhão em doações diretas e indiretas; (ii) dependência de doações: foram incluídas aquelas entidades que tiveram no mínimo 10% das suas receitas totais compostas por doações; (iii) despesas com captação de recursos: foram excluídas as organizações que relataram menos de 2% de gastos com esse

tipo de despesa; (iv) despesas administrativas: foram excluídas as instituições que relataram menos de 1% de gastos com esse tipo de despesa.

Para a amostra geral, os resultados de Tinkelman (1997) evidenciaram uma associação negativa entre o preço e subseqüentes doações, bem como entre as receitas governamentais, receitas com programas e essas doações. As demais variáveis (despesas com captação de recursos, ativo, idade e outras receitas) apresentaram relação positiva com doações. Na análise por tipo de atividade desenvolvida, o preço não foi estatisticamente significativo para explicar as doações das entidades da área da saúde, hospitais e bem-estar social. Comparando os resultados obtidos para amostra geral e a restrita, Tinkelman (1997) evidencia que o tamanho e a significância do relacionamento entre o preço e as doações dependem de certas características organizacionais que afetam a relevância e a confiabilidade do preço, como o tamanho, a dependência de doações, e o relato implausível de baixos valores de despesas administrativas e com captação de recursos, ou seja, o referido relacionamento foi mais fraco na amostra geral onde esses fatores não foram considerados.

Em geral, as pesquisas que têm analisado a relação entre as informações contábeis e doações não têm distinguido os doadores, ou seja, as doações privadas englobam contribuições de indivíduos, empresas e de outras entidades do terceiro setor. No entanto, Tinkelman (1997) estendeu as suas análises, utilizando também informações contábeis de 191 organizações do Estado de Nova Iorque para o período de 1990 a 1992, visando, entre outros objetivos, examinar os fatores que influenciam as doações provenientes de diferentes tipos de doadores, separando as contribuições de investidores sociais individuais e institucionais (empresas e fundações), sendo que esses últimos seriam doadores mais sofisticados que os indivíduos quanto ao acesso e uso das informações contábeis. Os resultados do estudo evidenciaram que a eficiência é importante tanto para doadores institucionais quanto para individuais, pois, de acordo com Tinkelman (1997, p. 91), todos os tipos de doações estudadas apresentaram uma associação significativa com o preço, no entanto doadores institucionais apresentaram maior sensibilidade ao preço, e essa diferença entre os tipos de doadores pode ser atribuída ao acesso à informação, considerando que, para o autor (1997, p. 101-102), doadores mais informados são mais sensíveis ao preço, o que sugere que os esforços para reduzir os custos da informação para investidores sociais devem ser proveitosos e, nesse caso, vale observar que a disponibilização de informações contábeis na Internet pode ser um dos meios de redução dos custos da informação contábil.

Greenlee e Brown (1999) investigaram o impacto da taxa de despesas administrativas, da taxa de captação de recursos, e de doações anteriores sobre as doações de 700 entidades sem fins lucrativos da Pensilvânia, nos Estados Unidos. O modelo semilogarítmico foi testado através de regressão com dados de corte transversal (método OLS) e os resultados evidenciaram um efeito negativo da taxa de despesas administrativas sobre as doações, já a taxa de captação de recursos e as doações anteriores se apresentaram positivamente relacionados com as doações atuais.

O modelo de Greenlee e Brown (1999) apresenta limitações, pois não considera outras variáveis que podem ter influência sobre doações, como o suporte governamental, a idade e o tamanho da organização. Vale observar que, diferentemente dos outros estudos até aqui abordados, os autores não utilizaram o preço, como *proxy* para a eficiência organizacional, mas a taxa de despesas administrativas, discutida na seção 2.3.2.2.

Essa relação negativa entre as doações e a taxa de despesas administrativas, encontrada por Greenlee e Brown (1999), não foi encontrada por Frumkin e Kim (2001), que analisaram a relação entre essas variáveis num modelo que contemplava ainda as seguintes variáveis de controle: despesas com programas, despesas com captação de recursos, receitas totais e receitas governamentais. Os pesquisadores analisaram informações de 2.359 organizações do terceiro setor norte-americano (*Form 990 – IRS/SOI*) para o período de 1985 a 1995, separando a amostra por área de atuação das instituições (artes, educação, saúde, serviço humano, benefício público e outros), para controlar os possíveis efeitos de diferentes finalidades.

Os resultados encontrados por Frumkin e Kim (2001) evidenciaram relação positiva entre todas as mencionadas variáveis de controle e as doações privadas, mas a taxa de despesas administrativas não foi estatisticamente significativa para explicar essas doações, em decorrência disso, o estudo foi reexaminado por Jacobs e Marudas (2003 *apud* TINKELMAN; MANKANEY, 2007, p. 46).

Frumkin e Kim (2001) testaram um modelo log-linear através de regressão com dados em painel usando o método dos mínimos quadrados generalizados (*Generalized Least Squares - GLS*), no entanto, os autores usaram a forma logarítmica para todas as variáveis, exceto para a

taxa de despesas administrativas. Diante disso, Jacobs e Marudas (2003 *apud* TINKELMAN; MANKANEY, 2007, p. 46) argumentaram que essa especificação usada não foi adequada e, portanto, reexaminaram o estudo utilizando um modelo de efeitos aleatórios, encontrando uma associação negativa para duas das áreas pesquisadas (educação e outras), todavia, para as outras quatro áreas, a relação não foi estatisticamente significativa.

Frente a essa divergência de resultados, Tinkelman e Mankaney (2007) testaram e compararam três diferentes modelos, em três distintas amostras de dados, com a finalidade de verificar se as doações privadas são associadas com a taxa de despesas administrativas. Os autores testaram: (i) o modelo por eles designado de “*Price Model*”, baseado nos estudos de Posnett e Sandler (1989) e Tinkelman (1999 *apud* TINKELMAN; MANKANEY, 2007); (ii) o modelo de Greenlee e Brown (1999); e (iii) o modelo de Frumkin e Kim (2001).

No “*Price Model*”, Tinkelman e Mankaney (2007) analisaram as doações em função das seguintes variáveis: taxa de despesas administrativas; taxa de despesas com captação de recursos; despesas com captação de recursos; idade; total de ativos; receitas com programas; receita governamental; e outras receitas. Esse modelo foi testado na forma log-linear, através de regressão com dados em corte transversal (OLS), numa amostra total composta por 182.373 observações, e numa amostra restrita composta por 27.602 observações, todas procedentes do formulário 990 (*NCCS/GuideStar*) para os anos de 2000 (variáveis explicativas) e 2001 (doações). Os outros modelos (GREENLEE; BROWN, 1999; FRUMKIN; KIM, 2001) foram replicados utilizando-se a amostra original dos referidos estudos.

Tinkelman e Mankaney (2007) definiram alguns critérios para a seleção da amostra restrita, considerando aspectos que podem afetar o tamanho e a significância da relação entre o preço e as doações, sendo esses: o total de despesas administrativas e com captação de recursos (deveriam ser maior que \$ 1.000), a idade (a organização deveria ter mais que três anos), o total de doações (deveria ser maior que \$ 100.000) e sua representatividade perante as receitas totais (deveria ser superior a 10%).

Os resultados de Tinkelman e Mankaney (2007) divergem dos estudos anteriores com respeito às receitas com programas, receitas governamentais, e a idade, pois as receitas com programas se apresentaram negativamente relacionadas com doações diferentemente dos achados de

Okten e Weisbrod (2000), levando a um questionamento quanto ao uso dessa *proxy* para a reputação organizacional. Embora, de modo geral, os estudos até aqui analisados tenham encontrado uma associação positiva entre as doações e a idade, e entre as doações e as receitas governamentais, Tinkelman e Mankaney (2007) evidenciaram uma relação negativa na amostra restrita, e positiva, na amostra completa, o que ratifica os achados de Okten e Weisbrod (2000) referentes à idade como provável *proxy* não só para a reputação, mas também para a riqueza organizacional, e a presumível necessidade de se considerar a atividade da instituição quando da análise do impacto das receitas governamentais sobre as doações.

Após analisarem os resultados dos três diferentes modelos com relação à significância da taxa de despesas administrativas, Tinkelman e Mankaney (2007, p. 62) concluem que:

[...] se a organização é dependente de doações e divulga gastos com captação de recursos e administrativos não insignificantes, doadores devem realmente usar taxas administrativas como um fator de decisão sobre fazer ou não doações. Nesses casos, os gestores de entidades sem fins lucrativos devem justificar para os doadores que os gastos administrativos não comprometeram os programas. Por outro lado, se a organização é suportada por receitas de programas e outras fontes de receitas, as taxas de gastos administrativos não serão representativas de como o dinheiro doado é gasto e deverão ser ignoradas por doadores.²²

Para Tinkelman e Mankaney (2007, p. 61), a falta de significância da taxa de despesas administrativas encontrada por Frumkin e Kim (2001), e os resultados mistos a que chegaram Jacobs e Marudas (2003 *apud* TINKELMAN; MANKANEY, 2007), devem-se ainda aos seguintes fatores: (i) a base de dados utilizada, que é composta por organizações que não são dependentes de doações, não sendo feita uma seleção de entidades que necessitam dos doadores; e (ii) a inclusão de variáveis que induzem a multicolinearidade, como as despesas com programa, em adição a taxa de despesas administrativas e os gastos com captação de recursos.

Marcuello e Salas (2001) analisaram os determinantes das doações em dinheiro e em tempo para organizações do terceiro setor espanhol, através de um modelo log-linear que contemplou as seguintes variáveis explicativas para as doações: custo operacional; custo para

²² “[...] if the organization is primarily donation dependent and reports nontrivial administrative and fund-raising costs, donors may indeed use administrative ratios as a factor in making donation decisions. In such cases, managers need to justify to donors that the administrative spending does not detract from programs. Conversely, where the organization is primarily supported by program fees or other sources of revenues, the overall administrative ratios may be unrepresentative of how donated moneys are spent and may be ignored by donors.”

se obter uma unidade de produto ou serviço (CUSTOUN); idade; grupo controlador (se religioso, ou não); forma legal (se fundação, ou não); e receitas governamentais, divididas entre governo central e local. É interessante observar que, na base de dados utilizada pelos autores (2001), não havia informações disponíveis sobre os gastos com captação de recursos, portanto tais despesas foram aproximadas pelo total dos custos operacionais e, no lugar do preço, os pesquisadores usaram o CUSTOUN definido como a receita total dividida pela receita total menos o custo operacional e o valor monetário do tempo dos voluntários. A idade, o grupo controlador e a forma legal foram utilizados como *proxies* para a reputação, e o suporte governamental foi considerado um indicador de qualidade para doadores privados.

O modelo de Marcuello e Salas (2001) foi testado com dados de 50 instituições espanholas, para os anos de 1992 e 1993, através de regressão com dados de corte transversal, sendo utilizados os seguintes métodos: mínimos quadrados ordinários (OLS); mínimos quadrados de dois estágios (2SLS); e modelo de regressão aparentemente não relacionada (*Seemingly Unrelated Regression* - SURE). O método 2SLS foi adotado, pois o custo operacional e o CUSTOUN foram considerados variáveis endógenas; além disso, os autores estimaram um modelo separado para cada tipo de receita: doações monetárias privadas, doações de tempo (mensuradas monetariamente) e subsídios governamentais, nesse caso, a estimação foi feita pelo método SURE, usado para considerar possíveis correlações entre os termos de erros dos três modelos. O método 2SLS ainda foi utilizado para analisar o relacionamento entre doações monetárias e doações de tempo, para isso também foi incluído no modelo o número de voluntários da organização e, portanto, a adoção do mencionado método se fez necessária, pois as variáveis doações de tempo e voluntários são endógenas.

Com relação às doações monetárias privadas, foco deste estudo, os achados de Marcuello e Salas (2001) foram similares para os três métodos (OLS, 2SLS e SURE) e evidenciaram um relacionamento negativo entre essas doações e o CUSTOUN, e uma associação positiva com o custo operacional e a idade da organização, as outras variáveis do modelo não foram estatisticamente significativas.

Os estudos analisados nesta seção apresentam metodologia semelhante, ou seja, é realizada uma análise quantitativa de dados de entidades do terceiro setor provenientes de bases públicas que contêm informações contábeis das organizações. No entanto, Parsons (2001, 2007) desenvolveu o tema utilizando uma abordagem metodológica diferente, ela combinou

um experimento de campo com um experimento realizado em ambiente de laboratório, abordagem sugerida por Harrison e List (2004), para investigar o impacto da informação contábil financeira e do *disclosure* voluntário sobre as contribuições individuais para organizações sem fins lucrativos.

As informações contábeis financeiras analisadas por Parsons (2001, 2007) foram: a taxa de despesas com programas, a taxa de captação de recursos, e a taxa de despesas administrativas, ademais a pesquisadora examinou os efeitos da divulgação voluntária de informações não financeiras, nesse caso, os serviços prestados e as atividades desenvolvidas que descrevem os esforços da organização em servir seus beneficiários e fornecem informações específicas sobre o sucesso dos programas.

No experimento de campo, foram solicitados recursos financeiros, através de campanha enviada por e-mail, a 8.022 potenciais doadores de uma instituição do terceiro setor, localizada nos Estados Unidos, voltada ao auxílio de pessoas portadoras de Aids, sendo que esses doadores, que não sabiam que seu comportamento estava sendo observado, recebiam diferentes informações formando quatro grupos:

- primeiro grupo: recebeu somente a solicitação de recursos;
- segundo grupo: recebeu a solicitação de recursos e as informações contábeis financeiras, retiradas das demonstrações auditadas e apresentadas em forma de gráficos para destacar as medidas de eficiência tipicamente enfatizadas na literatura;
- terceiro grupo: recebeu a solicitação de recursos e uma descrição dos serviços prestados e atividades realizadas pela organização; e
- quarto grupo: recebeu todas as informações anteriores.

Dois tipos de potenciais doadores receberam os e-mails: aqueles que já haviam feito contribuições anteriores à organização e novos doadores. Além disso, esses indivíduos selecionados para participar da pesquisa apresentavam as seguintes características: (i) possuíam situação econômica semelhante, para que as diferenças de contribuições entre os grupos experimentais não ocorressem em função de díspares condições financeiras; (ii) não tinham contato com os beneficiários da entidade, pois, se comparados aos empregados, voluntários e aos próprios beneficiários, estariam mais aptos a confiar em informações contábeis quando do processo de decisão.

Para a análise das informações, Parsons (2001, 2007) utilizou testes de médias, de proporções e um modelo de regressão logística, que examinou o número de respostas para os diversos pedidos de recursos. A variável dependente era binária, codificada como 1 se fosse recebida uma contribuição em dinheiro, e como 0 se não fosse. Três variáveis explicativas foram usadas para representar as quatro versões de solicitação de recursos: a primeira recebia o valor de 1 se o pedido incluía a informação contábil; a segunda era codificada como 1 se o pedido continha as informações sobre as realizações e atividades desenvolvidas pela entidade; e a terceira tinha o valor de 1 se o pedido incluía ambas as informações anteriores. Além disso, para examinar se havia diferença de resposta entre antigos e novos doadores, o modelo contemplava: uma variável explicativa que era codificada como 1 se o pesquisado tivesse contribuído previamente com a entidade, e outras três variáveis representando as interações entre os doadores prévios e cada uma das variáveis indicativas do tipo de solicitação. Os pesquisados que receberam somente o pedido de doação foram englobados como grupo de controle.

Embora o modelo apresente um baixo poder explicativo, pois faltam muitas variáveis que afetam a decisão de doação, o objetivo de Parsons (2001, 2007) foi analisar o sinal dos coeficientes. De modo geral, o pedido de arrecadação de fundos gerou 93 contribuições em dinheiro, sendo que a taxa média de resposta foi de 1,16% e a média de doações em dinheiro foi de \$ 63,00. Os resultados evidenciaram que doadores inteirados de informações contábeis financeiras favoráveis estarão mais propensos a fazer doações se eles forem doadores prévios daquela instituição, pois os doadores que tinham contribuído anteriormente para a entidade, objeto do estudo, doaram aproximadamente três vezes mais quando a informação financeira estava no pedido. Entretanto, no caso de novos doadores, a média da contribuição produzida pela solicitação que incluía as informações contábeis financeiras e não financeiras não foi significativamente diferente da média produzida sem estas informações.

Esses achados de Parsons (2001, 2007) permitem a conclusão de que a informação contábil financeira positiva, fornecida diretamente aos potenciais doadores, pode ser um sinal que reduz a incerteza percebida sobre a eficiência das operações, especificamente para doadores prévios, pois sinaliza que suas doações anteriores foram bem aplicadas.

Para ter um melhor entendimento de quais fatores afetam as decisões de doação, Parsons (2001, 2007) realizou o mesmo experimento em ambiente de laboratório com 238 estudantes da área de negócios de uma universidade norte-americana, entretanto, ao invés de solicitar contribuições, a pesquisadora pediu aos participantes que avaliassem a utilidade das diferentes versões dos pedidos de arrecadação de recursos. Evidências desse experimento indicaram que a divulgação das informações não financeiras, nesse caso a descrição das realizações da organização, deve ser útil no processo de decisão de doação, embora os resultados do experimento de campo tenham sugerido que este tipo de informação não produz mais doações.

Nesse contexto, é interessante observar que Khumawala e Gordon (1997) analisaram como doadores individuais utilizam as demonstrações financeiras elaboradas segundo os padrões do *Financial Accounting Standard Board* (FASB, 1993a, 1993b) em seu processo de decisão. Participaram do experimento voluntário, 216 alunos, de duas universidades norte-americanas, que possuíam conhecimentos contábeis. Os participantes receberam demonstrações financeiras sintéticas de quatro organizações sem fins lucrativos, sendo que a metade deles recebeu demonstrações financeiras e informação quantitativa e narrativa das atividades desenvolvidas pela entidade, enquanto a outra metade recebeu somente as três demonstrações financeiras requeridas pelo *Statement of Financial Accounting Standards* (SFAS) n. 117 (FASB 1993b). Os resultados desse estudo (1997) sugerem que são necessárias modificações nas demonstrações contábeis e, especificamente com relação à informação não financeira, os achados indicam que ela é útil no processo de decisão de doação, portanto, para Khumawala e Gordon (1997, p. 45), elaborar informações sobre as realizações da entidade deveria ser uma exigência e não uma opção.

No Brasil, Cruz *et al.* (2008) realizaram uma pesquisa quase-experimental, com a participação de 300 alunos de Ciências Contábeis de duas universidades brasileiras, para analisar se a divulgação de informações contábeis econômicas, especificamente da Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (DSDE), influencia nas decisões individuais de se fazer doação a entidades do terceiro setor e na quantia a ser doada. Para o desenvolvimento do estudo, os alunos receberam uma solicitação de recursos feita por uma instituição real, pertencente ao terceiro setor, sendo que o pedido foi complementado por diferentes informações, de modo que os participantes foram divididos em três grupos:

- grupo 1: recebeu a solicitação de recursos e uma síntese das realizações e atividades desenvolvidas pela entidade no ano de 2006;
- grupo 2: recebeu a solicitação de recursos e as DSDE da organização referentes aos anos de 2006 e 2005;
- grupo 3: recebeu todas as informações anteriores.

Os pesquisados responderam a questões concernentes ao processo de solicitação de recursos, simulando ainda uma possível doação anual para a entidade. Para análise dos dados foram utilizados os testes de Kruskal-Wallis, Mann-Whitney e Qui-Quadrado (proporções). Constatou-se, pelos resultados dessa pesquisa realizada por Cruz *et al.* (2008), que o tipo de informação recebida – uma descrição das realizações e atividades desenvolvidas pela entidade; a DSDE; ou ambas as informações – não influenciou nas decisões sobre se fazer ou não doação nem na quantia a ser doada, pois não houve diferença estatisticamente significativa entre o número de doações produzidas pelos três diferentes grupos, nem entre o montante de recursos indicado por esses grupos.

O estudo de Cruz *et al.* (2008) apresenta limitações, pois não contempla os doadores ou potenciais doadores em ambiente natural, e não examina o impacto de informações específicas provenientes da DSDE na decisão desses investidores sociais, além do mais os resultados não podem ser generalizados. Diante disso, essa pesquisa contribui na investigação do valor da DSDE para possíveis doadores, todavia ela não é conclusiva quanto à relevância da informação contábil para o doador-investidor brasileiro.

Trussel e Parsons (2007) desenvolveram uma estrutura para identificar fatores dos relatórios contábeis das entidades sem fins lucrativos que podem impactar doações. Nessa estrutura as informações contábeis foram categorizadas em quatro fatores conceituais: a eficiência da organização em alocar recursos para os seus programas (eficiência); a estabilidade financeira, definida como a habilidade da instituição para continuar operando no futuro frente a uma diminuição dos recursos (estabilidade financeira); a quantidade de informações disponíveis para os doadores (disponibilidade de informações); e a reputação da entidade (reputação).

Para identificar esses fatores, os pesquisadores (2007) utilizaram a análise fatorial num conjunto de variáveis explicativas de doações usadas ou sugeridas em estudos anteriores e verificaram que doze dessas variáveis agruparam-se nesses quatro fatores conceituais que,

desse modo, passaram a ser compostos e mensurados pelas seguintes variáveis, cujas fórmulas de cálculo são apresentadas no Quadro 1:

- eficiência: preço e taxa de despesas administrativas;
- estabilidade financeira: suficiência do patrimônio líquido, concentração de receita e margem operacional;
- disponibilidade de informações: despesas com captação de recursos e taxa de captação;
- reputação: idade, total dos ativos, receitas governamentais, receita com programas e receitas de outras fontes.

Com relação à estabilidade financeira, o modelo de Trussel e Parsons (2007) baseou-se essencialmente nos trabalhos de Tuckman e Chang (1991) e de Greenlee e Trussel (2000). O primeiro estudo (1991) desenvolveu quatro indicadores para identificar a vulnerabilidade financeira de entidades do terceiro setor, sendo eles: suficiência do patrimônio líquido, concentração de receita, taxa de despesas administrativas e margem operacional; enquanto a segunda pesquisa (2000) desenvolveu um modelo para prever a vulnerabilidade financeira dessas instituições usando os indicadores propostos por Tuckman e Chang (1991), nesse caso a vulnerabilidade financeira foi definida como uma diminuição nas despesas com programas por três anos consecutivos, e o modelo foi testado através de regressão logística, sendo que três dos quatro indicadores (exceto suficiência do patrimônio líquido) foram significativos para prever essa vulnerabilidade, entretanto vale observar que posteriormente Trussel e Greenlee (2004 *apud* TRUSSEL; PARSONS, 2007, p. 269) expandiram esse estudo encontrando significância também para o indicador suficiência do patrimônio líquido. Diante disso, Trussel e Parsons (2007) utilizaram esses indicadores como *proxies* para a estabilidade financeira das organizações examinadas, com exceção da taxa de despesas administrativas que, para os autores (2007, p. 270), é uma medida de eficiência e não de estabilidade financeira.

Para analisar se os quatro fatores (eficiência, estabilidade financeira, disponibilidade de informações e reputação) estavam relacionados com as doações diretas, Trussel e Parsons (2007) testaram o modelo através de regressão com dados de corte transversal (método OLS) com informações de 4.727 entidades norte-americanas (*IRS/SOI/NCCS*), para os anos de 1998 e 1997. Os dados referentes às doações diretas, variável independente, eram de 1998, e das variáveis explicativas (os quatro fatores) de 1997, ademais foram selecionadas apenas as

entidades cujas doações representavam 10% ou mais do total das receitas. Na análise dos dados, foram consideradas as seguintes áreas de atuação das instituições: artes; educação; serviços humanos; benefício público; saúde; e outros. Os resultados dessa pesquisa sugerem que as doações são afetadas pela eficiência, estabilidade financeira, quantidade de informação fornecida, e reputação da entidade sem fins lucrativos, pois, de forma geral, o primeiro fator teve uma relação negativa com as doações, enquanto os outros três fatores apresentaram um relacionamento positivo com as referidas contribuições.

Como visto, alguns dos estudos abordados nesta seção utilizaram o preço como medida para a eficiência operacional (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004), enquanto outros usaram a taxa de despesas administrativas (GREENLEE; BROWN, 1999; FRUMKIN; KIM, 2001; TINKELMAN; MANKANEY, 2007), diante disso, Jacobs e Marudas (2009) testaram um modelo log-linear para examinar o efeito combinado dessas duas medidas sobre as doações privadas das entidades do terceiro setor norte-americano. Assim, o preço e a taxa de despesas administrativas foram incluídos como variáveis explicativas de doações, num modelo que ainda contemplava as seguintes variáveis de controle: despesas com captação de recursos, receitas governamentais, receitas com programas, idade, anos de ativos disponíveis e total do ativo. A variável “anos de ativos disponíveis”, abordada originalmente por Marudas (2001, 2004 *apud* JACOBS; MARUDAS, 2009, p. 37), foi utilizada como *proxy* para a riqueza da organização, sendo mensurada pela razão entre os ativos líquidos (ou patrimônio líquido) e as despesas totais subtraídas das despesas com captação de recursos, essa é uma medida de quanto tempo uma entidade do terceiro setor pode operar nos níveis atuais sem necessitar de fundos adicionais.

Para análise dos dados oriundos do formulário 990 (*IRS/SOI/NCCS*), Jacobs e Marudas (2009) utilizaram regressão com dados de corte transversal (método OLS), sendo que as informações referiam-se ao ano 2000, exceto as doações que eram de 2001, a amostra total foi composta por 5.943 entidades, cujas informações também foram analisadas por atividade desenvolvida: artes, educação, saúde, serviços humanos e filantropia. Além disso, foram testados três modelos: um apenas com o preço, outro somente com a taxa de despesas administrativas, e outro com ambos (preço e taxa de despesas administrativas), para reduzir problemas de variáveis correlacionadas. Para a amostra como um todo e para as entidades de

filantropia, os resultados evidenciaram relação negativa entre a taxa de despesas administrativas e as doações, para os outros tipos de organizações essa relação não foi significativa. Para as instituições das áreas de educação, saúde, e serviços humanos, e para amostra cheia, o preço apresentou efeito negativo sobre as doações, mas não foi significativa nas entidades de artes e filantropia. O ativo e as despesas com captação de recursos tiveram um efeito positivo sobre doações, a idade e as receitas com programas tiveram um impacto negativo e, no caso da idade, ela não foi significativa nas organizações de artes, saúde e serviços humanos. As receitas governamentais e os anos de ativos disponíveis apresentaram resultados mistos.

É interessante observar que, em geral, as pesquisas que não utilizaram dados em painel (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; TINKELMAN, 1997; GREENLEE; BROWN, 1999; MARCUELLO; SALAS, 2001; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) consideraram, no mínimo, dois anos em suas análises, ou seja, nas regressões com dados de corte transversal, há uma diferença temporal entre as doações ou contribuições (variável dependente) e as outras variáveis examinadas, isso se deve ao fato de o investidor social usar a informação disponível em seu processo de decisão sobre a doação, assim contribuições atuais provavelmente serão influenciadas por informações contábeis do período anterior à doação. Nos modelos com dados em painel (KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; OKTEN; WEISBROD, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004) também são consideradas defasagens para capturar esse efeito da influência de um ano sobre o outro, pois as doações (variável dependente) reagem às variáveis explicativas após um certo tempo.

No Quadro 1 é apresentada uma síntese das principais pesquisas analisadas nesta seção que investigaram a relação entre as informações contábeis e os investimentos (doações e contribuições) em organizações do terceiro setor.

Quadro 1 – Síntese das pesquisas que analisaram a relação entre as informações contábeis e os investimentos (doações e contribuições) em entidades do terceiro setor

Pesquisa	Dados	Metodologia	Variáveis	Resultados
1. Jacobs e Marudas (2009)	EUA	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (<i>IRS/SOI/NCCS</i>) através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	PREÇO, ADM, CAPT, GOV, RECPROG, IDADE, ANOSAT, ATIVO.	Apresentaram relação negativa com doações: PREÇO, ADM, RECPROG e IDADE. Apresentaram relação positiva com doações: CAPT e ATIVO.
2. Trussel e Parsons (2007)	EUA	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (<i>IRS/SOI/NCCS</i>) através da utilização de análise fatorial e regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	PREÇO, ADM, PATRIM, CONCREC, MARGOP, CAPT, TXCAPT, IDADE, ATIVO, GOV, RECPROG e OUTREC.	<u>Análise fatorial</u> : Fator eficiência: PREÇO e ADM. Fator estabilidade financeira: PATRIM, CONCREC e MARGOP. Fator disponibilidade de informações: CAPT e TXCAPT. Fator reputação: IDADE, ATIVO, GOV, RECPROG e OUTREC. <u>Regressão</u> : Apresentou relação negativa com doações: eficiência. Apresentaram relação positiva com doações: estabilidade financeira, disponibilidade de informações e reputação.
3. Parsons (2007)	EUA	Pesquisa experimental de campo e de laboratório. No processo de análise dos dados, utilizou-se a regressão logística.	PROG, TXCAPT, ADM, ATIV, PREV.	Doadores que tinham doado previamente à instituição pesquisada usaram informação contábil (PROG, TXCAPT e ADM) em sua decisão de doação.
4. Tinkelman e Mankaney (2007)	EUA	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (<i>NCCS/GuideStar</i>) através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	TXCAPT, ADM, CAPT, IDADE, ATIVO, RECPROG, GOV, OUTREC.	Apresentaram relação negativa com doações: ADM, RECPROG e TXCAPT (amostra completa); e ADM, RECPROG, TXCAPT, IDADE e GOV (amostra restrita). Apresentaram relação positiva com doações: CAPT, ATIVO, IDADE e GOV (amostra completa); CAPT e ATIVO (amostra restrita).
5. Marudas e Jacobs (2004)	EUA	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (<i>IRS/SOI/NCCS</i>) através da utilização de regressão com dados em painel (abordagem: <i>Two-way fixed effects</i> – método de estimação: 2SLS).	CAPT, PREÇO, IDADE, GOV, e RECPROG.	Apresentou relação negativa com doações: PREÇO (ref. entidades de pesquisa). Apresentou relação positiva com doações: PREÇO (ref. hospitais); GOV (ref. entidades de educação).
6. Frumkin e Kim (2001)	EUA	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (<i>IRS/SOI</i>) através da utilização de regressão com dados em painel (método de estimação: GLS).	ADM, PROG, CAPT, REC, GOV.	Apresentaram relação positiva com doações: PROG, CAPT, REC e GOV.

“continua”

Quadro 1 – Síntese das pesquisas que analisaram a relação entre as informações contábeis e os investimentos (doações e contribuições) em entidades do terceiro setor – “continuação”

Pesquisa	Dados	Metodologia	Variáveis	Resultados
7. Marcuello e Salas (2001)	Espanha	Análise quantitativa dos dados de 50 organizações não governamentais através da utilização de regressão com dados de corte transversal (métodos de estimação: OLS, 2SLS e SURE).	CUSTO, CUSTOUN, IDADE, GCONTR, FORMLEG e GOV.	Apresentou relação negativa com doações: CUSTOUN. Apresentaram relação positiva com doações: CUSTO e IDADE.
8. Khanna e Sandler (2000)	Reino Unido	Análise quantitativa dos dados publicados pela <i>Charities Aid Foundation</i> referentes a 159 entidades de maior sucesso no Reino Unido. No processo de análise utilizou-se a regressão com dados em painel (abordagem: Efeitos fixos endógenos).	PREÇO, CAPT, GOV, LEG, RECAUT e IDADE.	Apresentaram relação negativa com doações: PREÇO, RECAUT e LEG. Apresentaram relação positiva com doações: CAPT, GOV, IDADE e LEG.
9. Okten e Weisbrod (2000)	EUA	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (<i>IRS/SOI</i>) através da utilização de regressão com dados em painel (abordagem: Efeitos fixos – métodos de estimação: OLS e 2SLS).	CAPT, PREÇO, IDADE, (IDADE x CAPT), GOV e RECPROG.	Apresentaram relação negativa com doações: PREÇO e (IDADE x CAPT). Apresentaram relação positiva com doações: CAPT, GOV, IDADE e RECPROG.
10. Greenlee e Brown (1999)	EUA	Análise quantitativa dos dados de entidades sem fins lucrativos da Pensilvânia através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	ADM, TXCAPT e DOANT.	Apresentou relação negativa com doações: ADM. Apresentaram relação positiva com doações: TXCAPT e DOANT.
11. Tinkelman (1997)	EUA	Análise quantitativa dos dados de entidades sem fins lucrativos do Estado de Nova Iorque através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	PREÇO, CAPT, IDADE, GOV, RECPROG, OUTREC, ATIVO.	Apresentou relação negativa com doações: PREÇO, GOV e RECPROG. Apresentaram relação positiva com doações: CAPT, IDADE, OUTREC e ATIVO.
12. Khanna, Posnett e Sandler (1995)	Reino Unido	Análise quantitativa dos dados publicados pela <i>Charities Aid Foundation</i> referentes a 159 entidades de maior sucesso no Reino Unido. No processo de análise utilizou-se a regressão com dados em painel (abordagem: Efeitos fixos).	PREÇO, CAPT, GOV, LEG, RECAUT e IDADE.	Apresentou relação negativa com doações: PREÇO. Apresentaram relação positiva com doações: CAPT, GOV, LEG e IDADE.
13. Weisbrod e Dominguez (1986)	EUA	Análise quantitativa dos dados provenientes do formulário 990 (<i>IRS Form 990</i>) através da utilização de regressão com dados de corte transversal (método de estimação: OLS).	CAPT, PREÇO, IDADE e (IDADE x CAPT).	Apresentaram relação negativa com doações: PREÇO e (IDADE x CAPT). Apresentaram relação positiva com doações: CAPT e IDADE.

FONTE: Elaborado com base em Jacobs e Marudas, 2009.

Notas:

Em Metodologia:

GLS (*Generalized Least Squares*) é o método dos mínimos quadrados generalizados.

OLS (*Ordinary Least Squares*) é o método dos mínimos quadrados ordinários.

2SLS (*Two-Stage Least Square*) é o método dos mínimos quadrados de dois estágios.

SURE (*Seemingly Unrelated Regression*) é o modelo de regressão aparentemente não-relacionada.

IRS/SOI – *Internal Revenue Service / Statistics of Income*.

IRS/SOI/NCCS – Base de dados denominada “*IRS Statistics of Income Sample (SOI)*” desenvolvida e disponibilizada pelo *National Center for Charitable Statistics (NCCS)* a partir de dados do IRS/SOI.

NCCS/GuideStar – Base de dados denominada “*NCCS-GuideStar National Nonprofit Research Database*” desenvolvida e disponibilizada pelo *National Center for Charitable Statistics (NCCS)*.

Todos os modelos estão na forma log-linear, exceto Parsons (2007), Khanna e Sandler (2000), Greenlee e Brown (1999) e Khanna, Posnett e Sandler (1995).

Em Variáveis (explicativas de doações e contribuições):

ADM = despesas administrativas /despesas totais. Para Tinkelman e Mankaney (2007) e Greenlee e Brown (1999): $ADM = (desp.adm/(desp.adm+desp.programas))$.

ANOSAT = Anos de ativos disponíveis = $ativos\ líquidos^* / (despesas\ totais - despesas\ com\ captação\ de\ recursos)$.

ATIV = Serviços prestados e atividades realizadas pela organização.

ATIVO = Total dos ativos.

CAPT = despesas com captação de recursos (*fund raising*).

CONCREC = Concentração de Receita = $\sum [(receitas\ por\ fontes)/receitas\ totais]^2$

CUSTO = Custo operacional por ano.

CUSTOUN = Custo para os doadores obterem uma unidade de produto ou serviço final (substituindo “preço”) = $receita\ total / (receita\ total - CUSTO - valor\ monetário\ do\ tempo\ dos\ voluntários)$.

DOANT = Doações anteriores.

FORMLEG = Forma Legal = 1 se a organização tem a forma de fundação, e 0 se não.

GCONTR = Grupo Controlador = 1 se a organização é controlada por um grupo religioso, e 0 se não.

GOV = receitas governamentais. Para Trussel e Parsons (2007), GOV = doações governamentais + doações indiretas. Marcuello e Salas (2001) dividem o suporte governamental em governo central e governo local.

IDADE = número de anos de existência da entidade, exceto para Jacobs e Marudas (2009), Trussel e Parsons (2007), Tinkelman e Mankaney (2007), Tinkelman (1997), em que a idade é o número de anos depois de a organização ser registrada no órgão competente (Receita Federal, por exemplo).

LEG = Legados = ganhos provenientes de bens recebidos por herança.

MARGOP = Margem Operacional = $(receita\ total - despesa\ total)/receita\ total$.

OUTREC = Receitas de outras fontes.

PATRIM = Suficiência do patrimônio líquido = $ativos\ líquidos^* / receitas\ totais$.

PREÇO = despesas totais / despesas com programas. Para Weisbrod e Dominguez (1986) e Okten e Weisbrod (2000): $PREÇO = 1/(1-CAPT)$ em que $CAPT = CAPT/Doações$.

PREV = Doadores prévios.

PROG = despesas com programas / despesas totais, exceto para Frumkin e Kim (2001) em que PROG = despesas com programas.

REC = Receitas totais.

RECAUT = Receitas autônomas (taxas, receitas de aluguéis, etc.).

RECPROG = Receitas com programas.

TXCAPT = Taxa de Captação = despesas com captação de recursos / despesas totais, exceto para Trussel e Parsons (2007) em que TXCAPT = despesas com captação de recursos / contribuições diretas.

* Ativo líquido é sinônimo de patrimônio líquido.

As pesquisas apresentadas resumidamente no Quadro 1, mas discutidas nesta seção, fornecem evidências empíricas da relevância da informação contábil para explicar os investimentos em entidades do terceiro setor nos Estados Unidos, Reino Unido e Espanha.

Em síntese, o preço é negativamente relacionado com as doações (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001;

JACOBS; MARUDAS, 2009), embora não consistentemente para todos os tipos de organizações sem fins lucrativos. Por exemplo, conforme exposto, Marudas e Jacobs (2004) investigaram a associação entre o preço e as doações privadas em três tipos de amostras de entidades quanto a sua área de atuação: pesquisa científica, hospitais e educação; sendo encontradas as seguintes relações entre as variáveis em questão: significativamente negativa nas instituições de pesquisa científica; significativamente positiva nos hospitais; e não significante nas entidades de educação. Conquanto os pesquisadores (2004) não tenham examinado as causas que poderiam explicar essas diferenças de resultados, os achados sugerem que o relacionamento negativo entre o preço e as doações pode não ser válido em alguns tipos específicos de atividades.

A taxa de despesas administrativas também é negativamente associada às doações e contribuições conforme os resultados encontrados por Greenlee e Brown (1999), Tinkelman e Mankaney (2007) e Jacobs e Marudas (2009), apenas Frumkin e Kim (2001) não encontraram essa relação. No entanto, semelhantemente ao preço, a relação negativa entre a mencionada taxa e as doações não se verifica, indistintamente, em todos os tipos de instituições, pois, como visto, Jacobs e Marudas (2009) encontraram evidências da não significância da taxa de despesas administrativas para explicar as doações em entidades voltadas à educação, saúde, artes e serviços humanos, apesar da associação negativa identificada para as instituições filantrópicas e para as organizações do terceiro setor norte-americano que compuseram a amostra total, sem segregação por área de atuação.

De forma geral, as despesas ou a taxa com captação de recursos são positivamente relacionadas com as doações (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; GREENLEE; BROWN, 1999; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; FRUMKIN; KIM, 2001; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009), somente Marudas e Jacobs (2004) não encontraram significância dessas despesas para explicar as doações nas organizações pesquisadas.

Os estudos que relacionaram a idade e as doações (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009), e as receitas

governamentais e as doações (KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; FRUMKIN; KIM, 2001; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) apresentaram resultados mistos.

Por fim, as pesquisas (TINKELMAN, 1997; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) que incluíram nos modelos o ativo como *proxy* para o tamanho da instituição apresentam evidências do relacionamento positivo entre o total do ativo e as contribuições.

3 METODOLOGIA

A finalidade deste capítulo é descrever os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento do estudo. Desse modo, são apresentados: (i) a abordagem metodológica e as estratégias de pesquisa empregadas; (ii) as fontes de dados e informações, a população de estudo e as amostras analisadas; (iii) o processo de seleção das variáveis examinadas, os modelos empíricos propostos, os procedimentos utilizados para análise dos dados e as hipóteses que serão testadas; e (iv) as limitações desta pesquisa.

3.1 Caracterização do estudo

Este estudo adota uma abordagem metodológica empírico-positivista. Martins e Theóphilo (2007, p. 41-42) identificam os traços característicos dessa abordagem, dentre os quais se destacam: (i) a busca da explicação dos fenômenos a partir da identificação de suas relações, sem aprofundamento nas causas; (ii) a ênfase na abordagem quantitativa; (iii) a exaltação à observação dos fatos; e (iv) a necessidade de uma teoria para nortear as observações.

Dentro dessa abordagem, este trabalho foi desenvolvido por meio de:

- pesquisa bibliográfica: base para a identificação e análise das teorias que fundamentam este estudo, e que orientam as observações;
- pesquisa documental: as informações e evidências empíricas examinadas provêm do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ) e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal;
- análise predominantemente quantitativa de informações contábeis através da utilização de estatística descritiva e de técnicas de análise multivariada de dados.

Este delineamento metodológico é consistente com a maioria dos estudos prévios, descritos no capítulo anterior, que investigaram empiricamente a relevância da contabilidade para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor analisando quantitativamente a relação entre variáveis contábeis e as doações e contribuições.

3.2 Dados, população e amostras

A base de dados proveniente do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública do Ministério da Justiça (CNEs/MJ) foi utilizada como fonte de informações para todas as variáveis analisadas neste estudo, exceto para a idade das organizações, que foi extraída do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal.

Como já discutido, o CNEs/MJ foi criado em 2006, portanto a base de dados usada nesta pesquisa é nova. Apesar disso, ela é singular no cenário brasileiro, pois o CNEs/MJ configura-se como um mecanismo de divulgação de informações contábeis de entidades do terceiro setor no Brasil (BRASIL, 2007, art. 5º) que, originalmente, aplica-se à Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), à entidade de Utilidade Pública Federal (UPF), e à Organização Estrangeira (OE), entretanto outros órgãos estatais poderão utilizar essa ferramenta para disponibilizar informações que detenham sobre instituições sem fins lucrativos que não possuam qualquer qualificação ou titulação federal.

A prestação de contas anual encaminhada ao Ministério da Justiça através do CNEs/MJ é disponibilizada ao público após aprovada pela Coordenação de Entidades Sociais, e “As entidades têm responsabilidade administrativa, civil e penal em relação à veracidade dos dados enviados e publicizados no CNEs/MJ” (BRASIL, 2007, art. 9º), assim sendo, assume-se que as informações contábeis que compõem essa prestação de contas são confiáveis podendo ser objeto de análises nesta pesquisa.

O processo de divulgação dessas informações ocorreu de forma gradativa, portanto, em 2007, foram inicialmente disponibilizadas à sociedade, via *website*, as prestações de contas das OSCIPs referentes ao ano-base de 2006 e, no caso das instituições de UPF, essa divulgação se iniciou apenas em 2008 abrangendo as informações concernentes a 2007. Para as OSCIPs, o prazo inicial de envio dos dados (relativos a 2006) ao Ministério da Justiça foi até 28 de fevereiro de 2007, no entanto esse prazo sofreu prorrogações, sendo que, a partir de 2008, ele ficou fixado até 30 de junho e, para as entidades de UPF, até 30 de abril (BRASIL, 2007, art. 8º). Frente a isso, no começo de 2009 estavam disponíveis para consulta pública as informações das OSCIPs referentes a dois anos (2006 e 2007) e das organizações de UPF concernentes a um ano (2007).

Considerando que a natureza deste estudo requer a análise de informações contábeis relativas a no mínimo dois anos, pois como visto, de forma geral, decisões de investimento em t são orientadas por informações concernentes a t-1, solicitou-se ao Ministério da Justiça informações relativas às prestações de contas das OSCIPs referentes aos anos-base de 2006 e 2007, divulgadas ao público em 2007 e 2008, respectivamente. O primeiro contato com o Ministério da Justiça foi realizado em 14 de janeiro de 2009, via e-mail e telefone, sendo que em 28 de janeiro de 2009 o pedido foi oficializado e encaminhado ao MJ por e-mail e correio²³. A base de dados solicitada foi recebida, pelo correio, em 27 de março de 2009.

Diante do exposto, os dados contábeis das OSCIPs constituem o objeto de análise nesta pesquisa em função da disponibilidade dessas informações. Utilizando os conceitos de Megliorini *et al.* (2004, p. 20-21), são definidas, para esta pesquisa, a população, a população-alvo e a população de estudo:

- população: é o conjunto de entidades, oficialmente constituídas, que compõem o terceiro setor no Brasil;
- população-alvo: são todas as entidades qualificadas como OSCIP que, em novembro de 2008, totalizavam 4.750 organizações no Brasil;
- população de estudo: é composta por 905 instituições brasileiras qualificadas como OSCIP que, através do CNEs/MJ, divulgaram suas informações contábeis em ambos os anos: 2008 e 2007 referentes aos anos-base de 2007 e 2006, respectivamente²⁴.

A população é composta pelas entidades do terceiro setor oficialmente constituídas no Brasil, pois, adotando o conceito de população dado por Megliorini *et al.* (2004, p. 20), essas organizações possuem em comum determinadas características de interesse para este estudo, como a não finalidade lucrativa, as fontes de recursos e o fato de serem privadas e formais, entretanto, o baixo índice de publicação das demonstrações contábeis por essas instituições, propiciou a definição, para esta pesquisa, da população-alvo que “[...] representa todo o grupo

²³ Ver o Apêndice 4.

²⁴ A base de dados disponibilizada pelo MJ inclui 1.250 OSCIPs que prestaram contas em 2007 e, dessa forma, tiveram suas informações relativas a 2006 disponibilizadas ao público, e 1.438 OSCIPs que prestaram contas em 2008 referentes ao ano-base de 2007. No entanto, apenas 905 dessas organizações prestaram contas nos dois anos em questão, disponibilizando seus números contábeis relativos a 2006 e 2007.

do qual se deseja obter a informação [...]” (MEGLIORINI *et al.*, 2004, p. 20), neste caso, a totalidade das entidades qualificadas como OSCIP.

População de estudo é a “[...] parcela da população-alvo identificável e passível de ser pesquisada” (MEGLIORINI *et al.*, 2004, p. 20), ou seja, neste trabalho, ela é constituída por OSCIPs que disponibilizaram suas informações contábeis relativas a dois anos (2006 e 2007), tendo em vista que, como já discutido, os investimentos privados em 2007 são analisados em função de números contábeis concernentes a 2006.

Sobre a representatividade das instituições qualificadas como OSCIP no contexto do terceiro setor, dados de 2005²⁵ indicam que as OSCIPs brasileiras representavam quase 1% do total das fundações privadas e associações sem fins lucrativos oficialmente constituídas no Brasil.

Da população de estudo, foram selecionadas para compor as amostras analisadas nesta pesquisa, as OSCIPs que atenderam simultaneamente a três critérios:

- a) existência de doações e contribuições privadas representativas em relação às receitas totais (superiores a 10% da receita total);
- b) apresentação dos custos de projetos; e
- c) apresentação de despesas administrativas diferentes de zero.

Inicialmente, para que os dados oriundos da contabilidade sejam relevantes para explicar os investimentos privados, a OSCIP deve ter receitas de doações e contribuições representativas em relação às receitas totais. De acordo com Gordon e Khumawala (1999), as demonstrações financeiras são mais relevantes para organizações que servem como uma ponte entre doadores e beneficiários, do que para aquelas que fornecem serviços por uma taxa ou mensalidade. Nesse sentido, Tinkelman (1997, p. 31) afirma que variáveis contábeis, como taxas de despesas, “[...] podem não ser informativas para organizações que dependem primariamente de taxas de programas e outras receitas.”²⁶ Segundo Tinkelman e Mankaney (2007, p. 61), quando pesquisadores utilizam uma base de dados composta por entidades que não são

²⁵ Segundo o IBGE e o IPEA (2008), em 2005 no Brasil, existiam 338.162 fundações e associações privadas, sem fins lucrativos, oficialmente constituídas e, no início de 2005, havia aproximadamente 2.495 entidades qualificadas como OSCIP (ALVES, 2005, p. 54).

²⁶ “[...] may be uninformative for organizations that rely primarily on program fees or other revenues.”

dependentes de doações, a significância das informações contábeis para explicar esses investimentos fica comprometida. Diante disso, neste estudo foram selecionadas as instituições que têm as doações e contribuições privadas como fonte representativa de receitas, definindo-se, com base em Tinkelman (1997), Trussel e Parsons (2007) e Tinkelman e Mankaney (2007) que, para serem representativos, esses investimentos privados devem ser superiores a 10% das receitas totais.

Diferentemente da Demonstração de Atividades (*Statements of Activities*) adotada por entidades sem fins lucrativos norte-americanas, a Demonstração de Resultado apresentada por instituições do terceiro setor no Brasil não prevê uma classificação das despesas por categoria funcional (programa, geral e administrativa, e captação de recursos), portanto, neste trabalho, a principal medida utilizada para as despesas diretamente relacionadas com a missão da entidade (despesas com programas) foi custos de projetos, usados no cálculo do preço do produto. Esse procedimento é similar àquele adotado por Marcuello e Salas (2001) que, ao investigarem os determinantes das doações para entidades do terceiro setor na Espanha, calcularam o preço do produto (CUSTOUN) com base no custo operacional (CUSTO) ressaltando-se, entretanto, que os autores (2001) utilizaram o CUSTO como *proxy* para as despesas com captação de recursos e não para as despesas com programas, como nesta pesquisa. Deste modo, outro requisito adotado para a seleção da amostra foi a divulgação dos custos com desenvolvimento de projetos.

Por fim, foram excluídas da amostra as entidades que apresentaram despesas administrativas iguais a zero, pois, conforme explana Tinkelman (1997, p. 40), baixas taxas de despesas dessa natureza “[...] são implausíveis e podem indicar inexatidão contábil ou a existência de uma organização filiada não consolidada”²⁷, portanto, semelhantemente a Tinkelman (1997) e a Tinkelman e Mankaney (2007) que definiram percentuais e valores mínimos aceitáveis para os gastos administrativos das instituições examinadas em suas pesquisas, um critério similar também foi adotado neste estudo para fins de seleção da amostra.

Mediante esses três requisitos, a base de dados disponibilizada pelo Ministério da Justiça foi examinada e tabulada, e o ponto de partida para a análise foram as informações das 905 OSCIPs que divulgaram suas informações contábeis referentes aos dois anos: 2006 e 2007.

²⁷ “[...] are implausible and may indicate either inaccurate accounting or the existence of an unconsolidated affiliated organization.”

Dessas organizações, selecionaram-se, inicialmente, aquelas que divulgaram os custos de projetos, totalizando 220 entidades, e desse montante foram excluídas: (i) 86 instituições cujas doações e contribuições privadas eram não representativas, ou seja, iguais ou inferiores a 10% das receitas totais; (ii) 3 instituições que informaram despesas administrativas iguais a zero; e ainda (iii) 7 instituições por motivo de inconsistências detectadas nos relatórios contábeis apresentados. Esse processo de seleção da amostra total é apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Processo de seleção da amostra total

	Descrição	Quantidade
1.	População-alvo: Entidades qualificadas como OSCIP (referência: novembro de 2008).....	4.750
2.	População de estudo: OSCIPs que divulgaram suas informações contábeis em ambos os anos: 2008 e 2007 referentes aos anos-base de 2007 e 2006, respectivamente.....	905
	Selecionando a amostra total:	
3.	Da população de estudo, total de OSCIPs que divulgaram os custos de projetos.....	220
4.	Das OSCIPs que divulgaram os custos de projetos, total de organizações cujas doações e contribuições privadas não eram representativas, ou seja, iguais ou inferiores a 10% das receitas totais.....	86
5.	Das OSCIPs que divulgaram os custos de projetos, total de organizações que informaram despesas administrativas iguais a zero.....	3
6.	Das OSCIPs que divulgaram os custos de projetos, total de organizações que apresentaram inconsistências nos relatórios contábeis apresentados.....	7
7.	Amostra total: (= 3 – 4 – 5 – 6)	124

Observa-se, pela Tabela 2, que foram selecionadas 124 entidades qualificadas como OSCIP (= 220-86-3-7) para compor a amostra total analisada neste estudo²⁸. Essa amostra é não probabilística, portanto os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados. As informações contábeis analisadas referem-se a 2006 e 2007, pois, de modo consistente aos estudos anteriores, este trabalho parte da premissa de que as doações e contribuições privadas em 2007 podem ser explicadas por variáveis contábeis de 2006.

Em geral, os estudos assemelhados realizados nos Estados Unidos analisaram grandes amostras em função da disponibilidade de bases de dados provenientes do formulário 990 (*IRS Form 990*) como, por exemplo, a pesquisa de Jacobs e Marudas (2009) que investigou 5.943 entidades. No entanto, trabalhos realizados em outros países utilizaram amostras menores como, por exemplo, os estudos de Khanna, Posnett e Sandler (1995) e de Khanna e Sandler (2000) que examinaram dados de 159 organizações do Reino Unido, e a pesquisa de Marcuello e Salas (2001) cuja amostra foi composta por 50 instituições espanholas. No caso desse último estudo realizado na Espanha, foram analisados apenas dois anos (1992 e 1993)

²⁸ Ver o Apêndice 1.

através de regressão com dados de corte transversal, semelhantemente a esta pesquisa, deste modo, observa-se que a amostra selecionada neste estudo é compatível àquelas adotadas em países que não possuem um mecanismo de divulgação de informações contábeis com a tradição do formulário 990.

Tinkelman (1997), dentre outros objetivos, analisou se a relevância da informação contábil difere por tipo de doador, separando as doações privadas oriundas de investidores sociais institucionais e individuais. Em seu estudo, Parsons (2001) focou em doadores individuais, entretanto a autora sugere que:

Pesquisas futuras podem expandir este trabalho para determinar se empresas, fundações e o governo tomam suas decisões usando um critério diferente dos doadores individuais. Especificamente, estudos deveriam examinar qual o papel, se há algum, da informação contábil para decisões de doadores não individuais e como o papel da informação contábil difere por tipo de doador.²⁹ (PARSONS, 2001, p. 85-86).

A amostra total deste estudo (124 organizações) foi segregada por tipos de investidores sociais privados, sendo eles: (i) institucionais: que são empresas e organizações do terceiro setor, nacionais ou internacionais (pessoas jurídicas); e (ii) individuais: que são pessoas físicas. Os motivos que levaram a essa análise por tipo de doador são:

- investidores sociais institucionais podem ser mais sofisticados do que os indivíduos quanto ao acesso e uso das informações contábeis; e
- no Brasil, os investidores sociais institucionais (pessoas jurídicas) que fazem doações para OSCIPs podem usufruir de benefício fiscal, pois essas contribuições são dedutíveis para fins de apuração do Imposto de Renda, no entanto esse benefício não se estende aos doadores individuais, logo a segregação por tipo de investidor também possibilita o controle dos efeitos desse benefício fiscal sobre os investimentos privados.

Informações divulgadas pelas OSCIPs através do CNEs/MJ, presentes na base de dados disponibilizada pelo Ministério da Justiça, possibilitaram a separação das receitas de doações

²⁹ “Future research could expand this work to determine whether corporations, foundations, and government grantors make decisions using different criteria than individuals do. Specifically, studies should examine what role, if any, accounting information plays in the given decisions of non-individual donors and how the role of accounting information differs by donor type.”

e contribuições privadas por tipo de doador. Para esse fim, as fontes de dados examinadas foram³⁰:

- 1) a nota explicativa 6, através da qual a organização deve informar os valores das doações recebidas de pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas;
- 2) o relatório sobre as fontes de recursos, por meio do qual a instituição informa percentualmente quanto das receitas decorreram: (i) da prestação de serviços da entidade; (ii) de mensalidades e/ou doações dos membros ou associados; (iii) de doações e parcerias com empresas e entidades privadas; (iv) de doações eventuais; (v) de subvenções, convênios e parcerias com órgãos ou entidades públicas; (vi) de entidades e organizações, privadas, internacionais; e (vii) de entidades e organizações, públicas, internacionais. Essas sete fontes de recursos totalizavam 100% das receitas, portanto as fontes (iii) e (vi) foram especificamente utilizadas para a identificação de investimentos privados institucionais;
- 3) o demonstrativo contábil denominado “Resultado do Exercício”, que detalha as receitas recebidas pela organização.

Vale observar que o relatório “Resultado do Exercício” permite a separação das receitas de origem governamental daquelas oriundas de indivíduos e instituições privadas, no entanto ele não possibilita uma segregação clara das doações e contribuições privadas por tipo de doador (pessoa jurídica ou física), diante disso, ele foi confrontado inicialmente com a nota explicativa 6 e, num segundo momento, se necessário, com o relatório sobre as fontes de recursos. Através dessas análises foram identificadas duas subamostras: a primeira contendo 113 entidades com receitas de doações e contribuições privadas provenientes de pessoas jurídicas; e, a segunda, contendo 77 organizações com receitas de doações e contribuições privadas oriundas de pessoas físicas³¹.

³⁰ Para uma visão completa das informações que compõem a base de dados usada neste estudo, ver o manual CNEs/MJ (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007).

³¹ Ver os Apêndices 2 e 3.

3.3 Seleção das variáveis, modelos empíricos e hipóteses

O modelo econômico proposto por Weisbrod e Dominguez (1986), descrito no capítulo anterior, foi o principal referencial teórico para a maioria dos estudos que analisaram a relação entre as informações provenientes da contabilidade e os investimentos privados no âmbito do terceiro setor, portanto quase todas as pesquisas posteriores (KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) incluíram em seus modelos empíricos as variáveis explicativas de doações privadas adotadas pelos autores, porém adicionando ou usando variáveis alternativas para fim de aperfeiçoamento dos modelos.

Assim, neste estudo, o modelo utilizado nas análises empíricas também se baseou na abordagem proposta por Weisbrod e Dominguez (1986), porém com alguns aprimoramentos sugeridos pelos estudos posteriores analisados no capítulo 2 e sintetizados no Quadro 1 (seção 2.4.2). A partir desses trabalhos, foram selecionadas as variáveis explicativas de investimentos privados, tendo em vista os objetivos desta pesquisa e a realidade brasileira. Desse modo, além da disponibilidade de dados, os métodos que auxiliaram nesse processo de escolha de variáveis foram: a análise fatorial e o método de busca sequencial *backward*.

Como discutido no capítulo anterior, os seguintes fatores podem influenciar a decisão do investidor social privado: (i) a eficiência operacional (seções 2.3.2.1 e 2.3.2.2); (ii) a reputação organizacional (seção 2.3.2.3); e (iii) a disponibilidade de informações ao doador (seção 2.3.2.4). Esses fatores são conceitos teóricos, são variáveis não diretamente observáveis, portanto faz-se necessária a escolha de medidas reais (*proxies*) que representem esses conceitos. Analisando-se os treze estudos que compõem o Quadro 1 (seção 2.4.2) à luz desses conceitos teóricos, são apresentadas, na tabela a seguir, as variáveis explicativas de doações e contribuições privadas e respectivas *proxies*, mais utilizadas nesses trabalhos.

Tabela 3 – Variáveis explicativas de doações privadas predominantes nos estudos assemelhados (sintetizados no Quadro 1)

Variável explicativa de doações e contribuições privadas	Proxy	Código	Total de estudos que utilizaram essa <i>proxy</i>	
			Qtde	%
1A. Eficiência operacional	Preço do produto	PREÇO	9	69%
1B. Eficiência operacional	Taxa de despesas administrativas	ADM	6	46%
2A. Reputação organizacional	Receitas governamentais	GOV	10	77%
2B. Reputação organizacional	Idade	IDADE	10	77%
3A. Disponibilidade de informações	Despesas com captação de recursos	CAPT	10	77%
Variável de controle: Tamanho	Total dos ativos	ATIVO	4	31%

Observa-se, a partir da Tabela 3, que 100% dos estudos assemelhados a este utilizam, em suas análises, o preço do produto ou a taxa de despesas administrativas como medidas para a eficiência operacional da entidade sem fins lucrativos, sendo que duas pesquisas (TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) incluíram as duas *proxies* em seus modelos. A reputação organizacional foi considerada por 77% desses trabalhos através da inclusão da idade e/ou das receitas governamentais nas especificações empíricas. As despesas com captação de recursos foram inseridas em 77% dos modelos como uma *proxy* para a disponibilidade de informações ou publicidade. Adicionalmente, 31% das pesquisas incluíram o total dos ativos como uma medida para o tamanho das organizações. É interessante ressaltar que os autores que incluíram o ativo total em seus modelos (TINKELMAN, 1997; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009)³² utilizaram a forma logarítmica para essa *proxy*. Para as demais variáveis observáveis (PREÇO, ADM, GOV, IDADE e CAPT) foram adotadas as formas linear ou logarítmica, com predominância desta última.

Com base nesses estudos assemelhados (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; KHANNA; POSNETT; SANDLER, 1995; TINKELMAN, 1997; GREENLEE; BROWN, 1999; OKTEN; WEISBROD, 2000; KHANNA; SANDLER, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; FRUMKIN; KIM, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; PARSONS, 2007; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009), são inicialmente selecionadas as seguintes variáveis observáveis para explicar os investimentos privados: preço do produto, taxa de despesas administrativas, receitas governamentais, idade, despesas com captação de recursos e o ativo como variável de controle do tamanho.

³² Ressalta-se que, de acordo com os achados de Trussel e Parsons (2007), o tamanho da instituição, medido pelo total dos ativos, pode ser uma *proxy* para a reputação organizacional.

3.3.1 Disponibilidade de informações: despesas com captação de recursos (CAPT)

Como visto no capítulo 2, as pesquisas norte-americanas realizadas com dados oriundos do formulário 990 (*IRS Form 990*) obtêm as informações relativas aos gastos com captação de recursos da demonstração de despesas por funções, que prevê uma separação clara entre as despesas dessa natureza e as despesas administrativas e com programas.

Na base de dados do Ministério da Justiça, as despesas são detalhadas no relatório contábil “Resultado do Exercício” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007), cuja estrutura baseia-se nas normas brasileiras de contabilidade que não exigem a referida classificação funcional dessas despesas. Para compreensão da natureza das informações utilizadas nesta pesquisa, observe que o mencionado relatório é dividido em dois grandes grupos:

- 1) **Receitas:** nesse grupo são apresentadas, detalhadamente, as receitas da organização, ele é composto por: receitas operacionais, deduções das receitas, outras receitas operacionais, receitas financeiras patrimoniais, receitas não-operacionais, e outras receitas;
- 2) **Despesas:** nesse grupo são apresentadas, de forma detalhada, as despesas da entidade, ele é segregado em: despesas com pessoal, serviços contratados, custos de projetos, despesas gerais e administrativas, despesas com bolsas de estudo a terceiros, impostos, taxas e contribuições (não lançados em receitas), despesas beneficentes, despesas financeiras, depreciação, amortização e *leasing*, outras despesas operacionais, despesas não-operacionais, participações e contribuições, outras despesas e custos, e provisões constituídas.

Nota-se que a segregação utilizada para as despesas não permite a identificação direta das despesas com captação de recursos, e a análise das informações relatadas dentro de cada grupo também não possibilitou esse reconhecimento. Por exemplo, examinando-se as despesas tituladas como gerais e administrativas, identificou-se uma conta denominada “publicações técnicas”, que é destinada à apresentação de “Despesas com a elaboração de publicações técnicas relacionadas com suas atividades fins ou patrocinadas pela Entidade.” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007, p. 148). Entende-se que essa conta poderia abranger despesas com captação de recursos como, por exemplo, um relatório das atividades desenvolvidas usado em campanhas de arrecadação. Examinando-se a representatividade dessas despesas em relação às despesas totais, verificou-se que, das 124 entidades que

compõem a amostra total, apenas 23 apresentaram valores a título de “publicações técnicas”, sendo que a média desses valores (R\$ 10.134,55) representa somente 0,38% da média das despesas totais (R\$ 2.664.816,79) dessas organizações. Dessa análise, podem-se inferir duas possíveis conclusões: (i) as despesas com captação de recursos não são representativas nas instituições pesquisadas, como sugerem as evidências de Custódio Pereira (2001, p. 117); e/ou (ii) as despesas com captação de recursos estão embutidas em outros grupos como, por exemplo, nos custos de projetos, não podendo ser identificadas com precisão. Diante disso, em função da não disponibilidade de dados satisfatórios sobre as despesas com captação de recursos, essa variável não foi incluída no modelo empírico adotado neste estudo.

3.3.2 Eficiência operacional: preço do produto (PREÇO) e taxa de despesas administrativas (ADM)

Nesta pesquisa, o preço do produto foi inicialmente especificado como $PREÇO = 1/(1-(ADM+CAPT))$, conforme fórmula 2, discutida na seção 2.3.2.1. No entanto, em virtude da não disponibilidade de dados sobre as despesas com captação de recursos (CAPT), assume-se a premissa de que essas despesas são iguais a zero, assim, o preço passa a ser definido como:

$PREÇO = 1/(1-ADM) \quad \text{ou} \quad PREÇO = Despesas\ totais / Despesas\ com\ programas \quad (4)$

Em que:

PREÇO = preço, mensurado pelo custo, para que o doador tenha um real investido na causa ou missão da organização;

ADM = despesas gerais e administrativas como uma porcentagem do total das despesas;

Despesas totais = somatório das despesas gerais e administrativas, e com programas;

Despesas com programas = total das despesas referentes às atividades que executam diretamente os propósitos ou a missão da entidade sem fins lucrativos.

Observa-se que essa especificação corresponde ao preço antes da economia dos impostos e ela foi adotada, pois o efeito desses impostos sobre as doações e contribuições privadas é constante entre as organizações, ou seja, todas as OSCIPs que compõem a amostra podem fornecer benefício fiscal aos doadores institucionais. Adicionalmente, como o referido benefício não é estendido aos doadores individuais, a especificação do preço antes da

economia dos impostos torna-se mais adequada quando da análise da amostra total, que é composta por investidores sociais institucionais e individuais.

É importante lembrar que, nas pesquisas de Weisbrod e Dominguez (1986) e Okten e Weisbrod (2000), a não disponibilidade de dados sobre a variável ADM fez com que os autores considerassem as despesas administrativas iguais a zero, nesse caso o preço foi especificado como $PREÇO = 1/(1-CAPT)$, ou seja, o procedimento adotado neste estudo, porém, com relação à variável CAPT, encontra precedentes na literatura.

A taxa de despesas administrativas (ADM) é a porcentagem das despesas totais gasta em despesas gerais e administrativas, logo $ADM = \text{despesas gerais e administrativas} / \text{despesas totais}$. Assim como o preço, essa variável foi extraída do relatório “Resultado do Exercício” referente a 2006, portanto, após a análise da natureza das despesas relatadas nesse demonstrativo, elas foram segregadas da seguinte forma:

- **Despesas com programas:** são compostas por custos de projetos, despesas com pessoal, exceto aquelas relativas à remuneração de dirigentes e respectivos encargos sociais; serviços contratados e despesas com bolsas de estudo a terceiros. Ressalta-se que, conforme orientação do Ministério da Justiça (2007, p. 143 a 150), as despesas com recursos humanos (internos ou externos) não estavam incluídas nos custos de projetos, pois eram apresentadas separadamente.
- **Despesas gerais e administrativas:** são compostas por despesas gerais e administrativas, remuneração de dirigentes e respectivos encargos sociais, impostos, taxas e contribuições (não lançados em receitas), despesas beneficentes (referentes a atividades filantrópicas empreendidas pela instituição e não ligadas às atividades fins), despesas financeiras, depreciação, amortização e *leasing*, outras despesas operacionais, despesas não-operacionais, participações e contribuições, outras despesas e custos, e provisões constituídas.

Em conformidade aos estudos anteriores, tanto o preço do produto (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; MARCUELLO; SALAS, 2001; MARUDAS; JACOBS, 2004; TRUSSEL; PARSONS, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) quanto a taxa de despesas administrativas (TINKELMAN;

MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009) foram analisados na sua forma logarítmica.

3.3.3 Reputação organizacional: receitas governamentais (GOV) e idade

As receitas governamentais são provenientes do relatório contábil “Resultado do Exercício” relativo a 2006, e correspondem ao logaritmo natural ($\ln$) do somatório dos recursos oriundos de: (i) Subvenções Públicas; (ii) Contribuições Públicas; (iii) Convênios Públicos; (iv) Auxílios Públicos; e (v) Termo de Parceria. A forma logarítmica para as receitas governamentais foi adotada por Tinkelman (1997), Okten e Weisbrod (2000), Marcuello e Salas (2001), Frumkin e Kim (2001), Marudas e Jacobs (2004), Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), e Jacobs e Marudas (2009).

A idade nesta pesquisa é o logaritmo natural ($\ln$) do número de anos de existência legal da OSCIP em 2007, ou seja, desde a data de sua abertura junto a Secretaria da Receita Federal (SRF). Essa informação foi extraída do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da SRF. Ressalta-se, entretanto, que as instituições que compõem a amostra são relativamente novas, pois a média de idade dessas organizações é de aproximadamente 7 anos, com desvio padrão de 5 anos, sendo que a instituição mais nova tinha 1 ano e, a mais velha, 19 anos. Essa é uma característica inerente as OSCIPs, pois essa qualificação foi criada em 1999 e, embora entidades constituídas antes dessa data possam solicitar esse reconhecimento federal, observa-se que, de forma geral, as organizações que requereram a qualificação foram fundadas depois de 1999. A idade foi analisada em sua forma logarítmica por Tinkelman (1997), Khanna e Sandler (2000), Marcuello e Salas (2001), Marudas e Jacobs (2004), Tinkelman e Mankaney (2007), Trussel e Parsons (2007), e Jacobs e Marudas (2009).

Como medida para o tamanho da organização foi utilizado o logaritmo natural ($\ln$) do ativo total no final de 2006. Essa variável de controle foi extraída do Balanço Patrimonial divulgado através do CNEs/MJ. É esperada uma relação positiva entre o tamanho e os investimentos privados, conforme já verificado por Tinkelman (1997), Tinkelman e Mankaney (2007) e Jacobs e Marudas (2009).

3.3.4 Modelos empíricos e hipóteses

O preço e a taxa de despesas administrativas (ADM) são variáveis colineares (coeficiente de correlação na amostra geral = 0,78) em função da definição operacional adotada para o preço do produto, portanto a inclusão das duas variáveis no modelo empírico gera problema de multicolinearidade, que pode causar falta de significância das variáveis, como ocorreu na pesquisa de Frumkin e Kim (2001), pois os autores adicionaram em seu modelo a taxa de despesas administrativas e as despesas com programas o que, segundo Tinkelman e Mankaney (2007, p. 61), contribuiu para a falta de significância da primeira variável (ADM) em virtude da colinearidade entre elas.

Diante disso, as variáveis observáveis selecionadas até o momento (PREÇO, ADM, GOV, IDADE e ATIVO) foram avaliadas através da análise fatorial que, dentre outros objetivos, possibilita a “[...] sumarização de dados permitindo a escolha de uma ou mais variáveis significativas para serem objeto de avaliação e acompanhamento [...]” (BEZERRA, 2007, p. 75). Outro motivo para o uso da técnica, neste estudo, é que essa análise permite a verificação do possível alinhamento das mencionadas variáveis nos fatores teóricos, como eficiência operacional e reputação que, segundo a literatura, podem explicar os investimentos privados em organizações do terceiro setor. Os resultados da análise fatorial constam na tabela seguinte.

Tabela 4 – Resultados da análise fatorial: matriz com os componentes rotacionados

Variáveis	Componentes	
	1	2
PRECO	0,929	-0,132
ADM	0,929	0,034
GOV	0,018	0,708
IDADE	0,001	0,808
ATIVO	-0,411	0,612

Notas:

Método de Extração: Análise de Componentes Principais

Método de Rotação: Varimax com Kaiser Normalization

Na Tabela 4 visualiza-se a matriz com os componentes após a sua rotação, ou seja, são apresentados dois fatores (componentes) e as cargas fatoriais das variáveis analisadas, cujos valores representam as correlações entre o fator e essas variáveis (BEZERRA, 2007, p. 88), esses parâmetros possibilitam a identificação da composição dos fatores, que serão formados pelas variáveis que possuem maior correlação com o fator (vide valores sombreados na Tabela 4). O método utilizado para a extração dos dois fatores foi a análise de componentes

principais, sendo também empregado o método de rotação dos fatores Varimax. A variância total explicada pelos dois fatores (escolhidos pelo critério do autovalor) é de aproximadamente 70%. Para a verificação da validade da utilização da análise fatorial, observou-se o valor do KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) e o teste de Bartlett, descritos na Tabela 5.

Tabela 5 – KMO e Teste de Bartlett

Kaiser-Meyer-Olkin – Medida de Adequação da Amostra (MSA – <i>Measure of Sampling Adequacy</i>)	0,554
Teste de esfericidade de Bartlett	
Chi-Square aprox.	164,236
df	10
Sig.	0,000

Observa-se que o valor do KMO – MSA é 0,554, que indica um baixo grau de explicação dos dados a partir dos fatores encontrados na análise, no entanto esse valor é aceitável, pois está acima de 0,5 (BEZERRA, 2007). O MSA para cada uma das variáveis analisadas, obtido na matriz anti-imagem, também é superior a 0,5. O teste de Bartlett apresenta um valor p (*sig*) < 0,05, assim, a hipótese nula de ausência de correlação entre as variáveis pode ser rejeitada, sendo possível a aplicação da análise fatorial.

De acordo com os resultados reportados na Tabela 4, relativos à amostra total, as variáveis PREÇO e ADM são altamente correlacionadas com o primeiro fator, o qual foi interpretado como eficiência operacional. As variáveis GOV e IDADE são altamente correlacionadas com o segundo fator, que foi identificado como a reputação da entidade. Esses resultados são consistentes com a estrutura apresentada na fundamentação teórica. Semelhantemente aos achados de Trussel e Parsons (2007, p. 274-276), o ATIVO está correlacionado com o fator reputação, entretanto, nesta pesquisa, ele é inserido no modelo empírico como uma variável de controle para o tamanho da instituição.

Outro aspecto a ser destacado são as cargas fatoriais das variáveis PREÇO e ADM que são iguais (0,929), ou seja, essas variáveis possuem o mesmo grau de correlação com o primeiro fator (eficiência operacional), deste modo, verifica-se que não existe a necessidade de inclusão das duas variáveis no modelo empírico. Assim sendo, escolhe-se a taxa de despesas administrativas (ADM) para compor o referido modelo, pois, no Brasil, essa medida é mais diretamente observável que o preço. É importante ressaltar que, nesta pesquisa, a taxa de despesas administrativas é utilizada como uma alternativa ao preço do produto.

Nesse processo de seleção das variáveis, uma última consideração deve ser feita sobre a IDADE, que compõe o fator reputação. Conforme detectado e exposto anteriormente, uma parte das OSCIPs pesquisadas são novas e, sobre essa situação, Tinkelman e Mankaney (2007, p. 47) explicam que o desempenho de organizações novas, com menos de quatro anos de existência, pode ser considerado atípico por doadores, e então a relevância da informação contábil, que comunica esse desempenho, torna-se limitada para explicar as doações. Ademais, essa característica das instituições que compõem a amostra deste trabalho equipara as entidades, não possibilitando a identificação da influência da idade sobre os investimentos privados.

Apesar disso, a idade foi inicialmente incluída no modelo empírico apresentado a seguir (equação 5), entretanto, após a execução da regressão para a amostra total, detectou-se a falta de contribuição dessa variável ao modelo. Essa constatação foi confirmada através da aplicação do método *backward*, cuja função é auxiliar no processo de escolha das variáveis, pois ele elimina aquelas variáveis que não contribuem significativamente com o poder preditivo do modelo (CUNHA; COELHO, 2007, p. 159). Ao se executar a regressão utilizando este método, a idade foi a única variável excluída, pois, quando adicionada ao modelo, apresentou valor $t = -1,416$ e nível de significância $= 0,159$, não sendo significativa para explicar as doações e contribuições privadas.

Com base nessas análises, adotam-se, neste estudo, os seguintes modelos empíricos:

Modelo 1:

$$\ln DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + \beta_2 \ln GOV_{it-1} + \beta_3 \ln ATIVO_{it-1} + u_i \quad (5)$$

Modelo 1A:

$$\ln DOAPJ_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + \beta_2 \ln GOV_{it-1} + \beta_3 \ln ATIVO_{it-1} + u_i \quad (6)$$

Modelo 1B:

$$\ln DOAPF_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + \beta_2 \ln GOV_{it-1} + \beta_3 \ln ATIVO_{it-1} + u_i \quad (7)$$

Em que:

$\ln DOA_{it}$ = É o logaritmo natural dos investimentos privados, que são as doações e contribuições privadas, em dinheiro, recebidas pela organização;

$\ln DOAPJ_{it}$ = É o logaritmo natural dos investimentos privados, que são as doações e contribuições privadas, em dinheiro, provenientes de doadores institucionais (PJ);

$\ln DOAPF_{it}$ = É o logaritmo natural dos investimentos privados, que são as doações e contribuições privadas, em dinheiro, provenientes de doadores individuais (PF);

$\ln ADM_{it-1}$ = É o logaritmo natural da taxa de despesas administrativas do ano anterior;

$\ln GOV_{it-1}$ = É o logaritmo natural das receitas governamentais do ano anterior;

$\ln ATIVO_{it-1}$ = É logaritmo natural do total do ativo no final do ano anterior.

O foco desta pesquisa é a análise da relevância da informação contábil que comunica eficiência operacional para explicar os investimentos privados, portanto a taxa de despesas administrativas é a variável chave neste estudo, as receitas governamentais são consideradas fonte de informação sobre a reputação da OSCIP e o ativo foi incluído no modelo como uma variável de controle do tamanho da organização.

Observa-se que no modelo 1 a variável dependente é o logaritmo natural ($\ln$) das doações e contribuições privadas, em dinheiro, abrangendo investimentos institucionais e individuais. Essa variável foi extraída do relatório contábil “Resultado do Exercício” (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2007), sendo composta por: (i) doações e contribuições para custeio; (ii) contribuição de empresas mantenedoras ou associadas; (iii) doações, campanhas e patrocínios recebidos em dinheiro; e (iv) recursos internacionais. O modelo 1 foi desdobrado em dois modelos em função da segregação das doações e contribuições privadas por tipo de doador, assim, no modelo 1A, a variável dependente é o $\ln$ das doações e contribuições privadas, em dinheiro, oriundas de investidores sociais institucionais (PJ) e, no modelo 1B, a variável dependente é o $\ln$ das doações e contribuições privadas, em dinheiro, oriundas de investidores sociais individuais (PF). As variáveis explicativas são comuns às três equações (5, 6 e 7) e foram caracterizadas nas seções 3.3.2 ($\ln ADM$) e 3.3.3 ($\ln GOV$ e $\ln ATIVO$).

Consistente com estudos anteriores (WEISBROD; DOMINGUEZ, 1986; TINKELMAN, 1997; OKTEN; WEISBROD, 2000; MARUDAS; JACOBS, 2004; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009), uma forma log-linear dos modelos é adotada, para fins de normalização das variáveis e redução da heterocedasticidade (TINKELMAN; MANKANEY, 2007, p. 44). Além disso, o coeficiente angular estimado no

modelo log-linear, também denominado de modelo log-log ou duplo-log, é interpretado como elasticidade, que representa a mudança percentual na variável dependente quando a variável independente aumenta em 1%.

Ao abordar as formas funcionais envolvendo logaritmos, Wooldridge (2007, p. 43-44) explica que nos modelos log-lineares, em que as variáveis dependente e independente são definidas na forma logarítmica, ou seja, $\ln(y)$ e $\ln(x)$ respectivamente, o coeficiente angular β_1 é a elasticidade de y em relação a x , sendo interpretado usualmente como a variação percentual em y quando x aumenta em 1%, *ceteris paribus*. O autor ainda esclarece que

[...] o uso de logs naturais leva a coeficientes com interpretações interessantes e podemos ignorar o fato de as unidades de medida das variáveis aparecerem em forma logarítmica, pois os coeficientes de inclinação são invariantes em relação a redimensionamentos. (WOOLDRIDGE, 2007, p. 181).

Nesse sentido, Gujarati (2006, p. 143) elucida que o modelo log-linear também é conhecido como modelo de elasticidade constante, pois, no caso desta pesquisa por exemplo, mostra uma variação constante das doações e contribuições privadas (DOA) para dada mudança percentual da taxa de despesas administrativas (ADM), qualquer que seja o nível absoluto de ADM, em outras palavras, nesse modelo o parâmetro β_1 , denominado de coeficiente de elasticidade entre DOA e ADM, permanece constante.

A forma funcional dos modelos (linear *versus* log-linear) foi avaliada através do teste de erro de especificação da regressão (RESET) de Ramsey. De acordo com Wooldridge (2007, p. 275 a 277), no mencionado teste a hipótese nula é que a forma funcional está corretamente especificada e, se o valor da probabilidade (valor p) da estatística do teste RESET for maior que o nível de significância adotado (1%, por exemplo), essa hipótese nula é aceita, do contrário, ela é rejeitada. A tabela seguinte apresenta os resultados do teste RESET de Ramsey para os modelos 1 (equação 5), 1A (equação 6) e 1B (equação 7).

Tabela 6 – Resultados do teste RESET de Ramsey

Modelos	Forma funcional	Estatística do teste RESET	valor p	Interpretação do teste (nível de significância de 1%)
1	Linear	9,953	0,000	Rejeito Ho, portanto, a forma funcional está mal especificada.
1	Log-linear	2,938	0,036	Aceito Ho, portanto, a forma funcional está corretamente especificada.
1A	Linear	4,222	0,007	Rejeito Ho, portanto, a forma funcional está mal especificada.
1A	Log-linear	2,444	0,068	Aceito Ho, portanto, a forma funcional está corretamente especificada.
1B	Linear	10,957	0,000	Rejeito Ho, portanto, a forma funcional está mal especificada.
1B	Log-linear	0,161	0,852	Aceito Ho, portanto, a forma funcional está corretamente especificada.

Conforme os resultados apresentados na Tabela 6, os modelos na forma linear foram rejeitados em favor dos modelos na forma log-linear que, portanto, foram testados através de regressão com dados em corte transversal e método dos mínimos quadrados ordinários (OLS), sendo considerados dois anos na análise, as variáveis dependentes referem-se a 2007 e as variáveis independentes são relativas a 2006.

Tendo por base o referencial teórico discutido no capítulo 2, seis hipóteses foram elaboradas e serão testadas. As três primeiras hipóteses referem-se à relação entre a taxa de despesas administrativas e as doações e contribuições privadas, sendo elas:

Hipótese 1 (H1): As doações e contribuições privadas são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

Hipótese 2 (H2): As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais institucionais são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

Hipótese 3 (H3): As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais individuais são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

Se essas hipóteses (H1, H2 e H3) forem aceitas ao nível de significância de 10% ou menor, pode-se concluir que a taxa de despesas administrativas é relevante para explicar os

investimentos privados totais em entidades do terceiro setor qualificadas como OSCIP, bem como para explicar aqueles provenientes de investidores sociais institucionais e individuais, respectivamente. Nesta pesquisa, a taxa de despesas administrativas é considerada uma medida contábil para a eficiência operacional da OSCIP, e quanto mais baixa esta taxa, mais eficiente será a organização quanto à alocação dos seus recursos em atividades diretamente relacionadas com a sua missão, e isso pode se refletir em maiores doações. Assim sendo, espera-se uma associação negativa entre a taxa de despesas administrativas e os investimentos privados (doações e contribuições), em concordância ao referencial teórico apresentado (seção 2.3), e conforme os resultados encontrados por Greenlee e Brown (1999), Tinkelman e Mankaney (2007) e Jacobs e Marudas (2009).

As hipóteses 4, 5 e 6 são enunciados conjecturais sobre o relacionamento entre as receitas governamentais, usadas como medida para a reputação organizacional, e as doações e contribuições privadas. São elas:

Hipótese 4 (H4): As doações e contribuições privadas são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Hipótese 5 (H5): As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais institucionais são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Hipótese 6 (H6): As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais individuais são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

As OSCIPs que recebem recursos do governo são avaliadas e acompanhadas pelo ente estatal, assim as receitas governamentais podem ser fonte de informação favorável sobre a reputação da instituição. Deste modo, espera-se uma relação positiva entre as receitas governamentais e os investimentos privados (doações e contribuições), em consonância ao referencial teórico exposto (seção 2.3), e de acordo com os achados de Khanna, Posnett e Sandler (1995), Okten e Weisbrod (2000); Khanna e Sandler (2000), Frumkin e Kim (2001), e Tinkelman e Mankaney (2007).

3.4 Limitações do estudo

Nesta seção são agrupadas as principais limitações deste estudo que, apesar de não invalidarem as conclusões obtidas, devem ser ressaltadas e consideradas para fins de interpretação dos resultados encontrados.

Em função da disponibilidade de dados, esta pesquisa teve como população de estudo as entidades privadas, sem fins lucrativos, qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que divulgaram suas informações contábeis através do CNEs/MJ por dois anos consecutivos (2007 e 2008), entretanto essas instituições representam apenas uma parte do universo do terceiro setor no Brasil. Além disso, utilizou-se um processo não probabilístico para a composição das amostras analisadas, portanto os achados e conclusões estão limitados a essas amostras, não sendo possíveis generalizações.

As análises realizadas neste estudo, com o intuito de examinar a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados, não consideraram as atividades desenvolvidas pelas instituições. Como visto, algumas pesquisas assemelhadas segregam a amostra por área de atuação das organizações para fins de controle da influência da causa sobre as decisões de doação, no entanto, neste trabalho, o tamanho da amostra conjugado ao número de áreas de atividades desenvolvidas pelas entidades pesquisadas (num total de 7), não possibilitou a análise por áreas. Nesse quesito, este estudo é similar às pesquisas de Greenlee e Brown (1999) e Marcuello e Salas (2001).

As informações contábeis analisadas, relativas a 2006, não ficaram disponíveis para consulta pública durante todo o ano de 2007, no entanto essa situação é comum às pesquisas assemelhadas desenvolvidas que, de modo geral, consideram que as informações referentes ao ano $t-1$ estão disponíveis para os investidores em todo o ano t , apesar de se tornarem acessíveis em meados desse ano (MARUDAS, 2001, p. 7). Ressalta-se ainda que, no contexto brasileiro, a divulgação de relatórios contábeis através do CNEs/MJ é recente, portanto esse mecanismo de publicação pode não ser amplamente conhecido, mas, em contrapartida, proporciona pioneirismo a este estudo ao permitir a análise da utilidade das informações contábeis geradas por entidades do terceiro setor no Brasil.

Finalmente, aplicam-se a este trabalho as limitações inerentes à base de dados utilizada e à estrutura adotada pelo Ministério da Justiça para apresentação das informações contábeis das entidades investigadas. A principal implicação desta limitação é a não disponibilidade de dados satisfatórios sobre as despesas com captação de recursos que, conseqüentemente, não foram incluídas no modelo empírico adotado neste estudo. Destaca-se ainda o não detalhamento dos custos de projetos que, na visão deste estudo, deveriam ser particularizados por atividade desenvolvida.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados empíricos do estudo e as suas análises à luz do referencial teórico abordado no capítulo 2. Inicialmente, são descritas as principais características das instituições consideradas na amostra total, para então serem examinadas as evidências empíricas da relevância da informação contábil para investidores sociais privados de forma geral, e para doadores institucionais e individuais, separadamente. Por fim, os achados desta pesquisa são comparados àqueles encontrados por outros estudos assemelhados discutidos na seção 2.4.

4.1 Perfil das entidades pesquisadas e estatísticas descritivas

A amostra total é composta por organizações de todas as regiões do Brasil, essa abrangência geográfica pode ser visualizada na Tabela 7.

Tabela 7 – Quantidade de entidades analisadas por Estado e por região do Brasil

Estados	Quantidade de entidades	Percentual por Estado	Regiões do Brasil	Quantidade de Entidades por região	Percentual por região
Acre	1	0,81%	Norte	3	2,43%
Amazonas	1	0,81%	Norte		
Tocantins	1	0,81%	Norte		
Bahia	3	2,41%	Nordeste	12	9,67%
Ceará	6	4,83%	Nordeste		
Paraíba	1	0,81%	Nordeste		
Piauí	1	0,81%	Nordeste		
Sergipe	1	0,81%	Nordeste		
Distrito Federal	9	7,26%	Centro-Oeste	9	7,26%
Espírito Santo	4	3,22%	Sudeste	80	64,51%
Minas Gerais	5	4,03%	Sudeste		
Rio de Janeiro	12	9,68%	Sudeste		
São Paulo	59	47,58%	Sudeste		
Paraná	15	12,10%	Sul	20	16,13%
Rio Grande do Sul	5	4,03%	Sul		
Total	124	100,00%	-	124	100,00%

Verifica-se que 64,51% das entidades investigadas neste trabalho localizam-se na região Sudeste, sendo que 47,58% dessas instituições encontram-se no Estado de São Paulo. A segunda região com maior número de organizações analisadas é a região Sul (16,13%), seguida pelas regiões: Nordeste (9,67%), Centro-Oeste (7,26%) e Norte (2,43%). No Sul, destaca-se o Paraná onde se situam 12,10% do total de entidades dessa região. De modo geral,

essa distribuição geográfica das organizações que compõem a amostra está em consonância às estatísticas nacionais sobre o terceiro setor, pois, de acordo com o IBGE e o IPEA (2008), das 338.162 fundações privadas e associações sem fins lucrativos oficialmente constituídas no Brasil, 42,42% estão localizadas no Sudeste; 23,65% no Nordeste; 22,74% no Sul; 6,41% no Centro-Oeste; e 4,78% no Norte.

Neste trabalho, as instituições examinadas foram classificadas por suas principais atividades econômicas e, para esse fim, foi utilizada, como padrão de categorização das finalidades, a Classificação Internacional de Organizações sem Fins Lucrativos (*International Classification of Nonprofit Organizations* – ICNPO). Esse sistema classificatório, reproduzido na Tabela 8, tem sido adotado por órgãos voltados a obter estatísticas sobre o terceiro setor (LANDIM; BERES, 1999, p. 12 e 57). Para categorizar as entidades conforme a sua área de atuação, foram analisados: (i) o relatório de “finalidades / atividades” do CNEs/MJ; (ii) a nota explicativa 01, item que faz parte do demonstrativo contábil encaminhado ao MJ, através do qual a entidade informa os objetivos constantes do seu estatuto; e (iii) a atividade econômica principal constante do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Tabela 8 – Áreas de atuação das entidades analisadas

Classificação internacional de organizações sem fins lucrativos	Quantidade	Percentual
Grupo 1 – Cultura e Recreação	28	22,58%
Grupo 2 – Educação e Pesquisa	17	13,71%
Grupo 3 – Saúde	2	1,61%
Grupo 4 – Assistência Social	34	27,42%
Grupo 5 – Meio Ambiente	21	16,93%
Grupo 6 – Desenvolvimento e Habitação	18	14,52%
Grupo 7 – Direito, <i>Advocacy</i> e Política	-	-
Grupo 8 – Intermediários Filantrópicos e Promoção do Voluntariado	4	3,23%
Grupo 9 – Atividades Internacionais	-	-
Grupo 10 – Religião	-	-
Grupo 11 – Associações Profissionais e Sindicatos	-	-
Grupo 12 – Não Classificados em Outros Grupos	-	-
Total	124	100,00%

Observam-se, através da Tabela 8, sete áreas de atuação das organizações investigadas neste estudo, predominando as atividades concernentes à assistência social (27,42%). Destacam-se ainda as atividades: (i) que abrangem o desenvolvimento da arte, cultura e esportes (grupo 1 – 22,58%); (ii) que englobam a proteção ambiental e animal (grupo 5 – 16,93%); (iii) dirigidas ao desenvolvimento econômico, social e comunitário (grupo 6 – 14,52%); e (iv) voltadas à educação e pesquisa (grupo 2 – 13,71%).

A Tabela 9 fornece as estatísticas descritivas para a amostra total; para a subamostra 1, que abrange somente as receitas de doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais institucionais (DOAPJ); e para a subamostra 2, que engloba apenas os investimentos oriundos de indivíduos (DOAPF).

Tabela 9 – Estatísticas descritivas

Amostra total					
Descrição	RT^a	DOA^a	ADM	GOV^a	ATIVO^a
Média	2.334.707,07	1.766.427,40	0,24	303.371,21	1.869.808,69
Máximo	49.330.283,12	38.240.972,90	0,72	9.920.090,00	39.714.494,41
Mínimo	3.330,00	3.330,00	0,01	0,00	510,85
Desvio padrão	5.627.284,79	4.457.029,01	0,18	1.184.887,45	5.522.543,11
Observações	124	124	124	124	124
Subamostra 1 (investidores sociais institucionais)					
Descrição	RT^a	DOAPJ^a	ADM	GOV^a	ATIVO^a
Média	2.538.010,32	1.705.859,44	0,24	317.718,80	2.032.212,60
Máximo	49.330.283,12	38.240.972,90	0,72	9.920.090,00	39.714.494,41
Mínimo	3.330,00	350,00	0,01	0,00	510,85
Desvio padrão	5.855.383,66	4.507.404,60	0,18	1.238.177,18	5.760.595,36
Observações	113	113	113	113	113
Subamostra 2 (investidores sociais individuais)					
Descrição	RT^a	DOAPF^a	ADM	GOV^a	ATIVO^a
Média	1.600.243,12	341.232,21	0,27	379.463,80	1.719.652,57
Máximo	20.496.594,08	12.859.364,13	0,72	9.920.090,00	39.714.494,41
Mínimo	8.615,22	80,00	0,01	0,00	510,85
Desvio padrão	3.372.845,02	1.540.446,85	0,19	1.435.833,33	5.795.690,17
Observações	77	77	77	77	77

Nota: ^a Em reais.

A representatividade das receitas de doações e contribuições privadas (DOA) sobre as Receitas Totais (RT) foi um dos critérios adotados para a inclusão da entidade na amostra total e, por conseguinte, nas subamostras 1 e 2. Nota-se, por meio da Tabela 9, que na amostra total a média das receitas de doações e contribuições (DOA) é de R\$ 1.766.427,40, inicialmente é importante ressaltar que esse valor representa aproximadamente 75,66% da média de RT das organizações analisadas (R\$ 2.334.707,07). Embora não conste na Tabela 9, vale lembrar que só foram incluídas na amostra total as instituições com receitas de doações e contribuições privadas (DOA) superiores a 10,00% de suas RT, deste modo, a menor relação ($=DOA/RT*100$) individual encontrada foi de 11,08% e a maior foi de 100,00%, com desvio-padrão de 28,77%. Esses dados evidenciam que as instituições que compõem as amostras são dependentes de investimentos privados, condição necessária para a análise da relevância da informação contábil para explicar esses investimentos. Ademais, verifica-se o elevado desvio-padrão das receitas de doações (DOA, DOAPJ, DOAPF), bem como das receitas governamentais (GOV) e do total do ativo.

Outra característica das organizações investigadas é a predominância de doações e contribuições oriundas de pessoas jurídicas. Observa-se que a média de investimentos individuais (DOAPF) é de R\$ 341.232,21, enquanto o valor médio dessas receitas provenientes de instituições (DOAPJ) é de R\$ 1.705.859,44, similar à média total de doações e contribuições (DOA).

O valor médio da taxa de despesas administrativas (ADM) é de 0,24 na amostra total e subamostra 1, e de 0,27 na subamostra 2. Essa taxa representa a eficiência operacional da instituição com respeito à alocação dos recursos nas atividades que executam a sua missão e, como visto, quanto menor a taxa, maior a eficiência. Comparando-se essa medida com estudos anteriores, verifica-se que ela está acima da média norte-americana que, em geral, varia de 0,14 a 0,19 (TRUSSEL; PARSONS, 2007, p. 275; TINKELMAN; MANKANEY, 2007, p. 52; JACOBS; MARUDAS, 2009, p. 43), ressalvando-se que essa comparação está sendo feita sem o rigor do grau de correspondência entre as taxas brasileiras e as norte-americanas.

Na amostra total, o valor médio de receitas governamentais é de R\$ 303.371,21, com valor máximo de R\$ 9.920.090,00 e mínimo de R\$ 0,00. Nas outras amostras os valores são semelhantes. Tendo em vista que os modelos adotados nesta pesquisa estão na forma log-linear e o log de zero é indefinido, utilizou-se $\log(1+GOV)$, de maneira consistente aos estudos prévios (JACOBS; MARUDAS, 2009, p. 42) e conforme sugerido por Wooldridge (2007, p. 182).

4.2 Avaliação empírica da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados totais

Nesta seção avalia-se a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados totais, provenientes tanto de indivíduos quanto de instituições, por meio da análise dos resultados da regressão relativa ao modelo 1 (equação 5). Esse modelo foi estimado através do método dos mínimos quadrados ordinários, os dados estão em corte transversal e são concernentes à amostra total. Os resultados estão descritos na Tabela 10 e fornecem as

evidências empíricas para a aceitação ou a rejeição de duas hipóteses, dentre aquelas enunciadas na seção 3.3.4, sendo elas:

H1: As doações e contribuições privadas são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

H4: As doações e contribuições privadas são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Tabela 10 – Resultados da regressão^a – modelo 1^b

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Probabilidade
Intercepto	4,526653	0,688913	6,570713	0,0000***
lnADM	-0,195292	0,081068	-2,408988	0,0175**
lnGOV	-0,059739	0,019183	-3,114169	0,0023***
lnATIVO	0,671200	0,052343	12,82315	0,0000***
R Quadrado Ajustado	0,635441	Estatística Durbin-Watson		1,889141
Estatística F	72,46469	Probabilidade (Estatística F)		0,000000

Notas:

^a Método dos mínimos quadrados ordinários.

^b Modelo 1: $\ln DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + \beta_2 \ln GOV_{it-1} + \beta_3 \ln ATIVO_{it-1} + u_i$

*** Significativo ao nível de significância de 1%.

** Significativo ao nível de significância de 5%.

Por meio da análise dos resultados da Tabela 10, verifica-se inicialmente que a regressão como um todo se mostrou significativa (probabilidade da estatística F < 0,05). A taxa de despesas administrativas (lnADM), as receitas governamentais (lnGOV) e o ativo (lnATIVO) apresentam coeficientes estatisticamente significativos, aos níveis de significância indicados na Tabela 10.

Os investimentos privados (lnDOA) são negativamente associados com a taxa de despesas administrativas (lnADM), que apresenta coeficiente de -0,20 aproximadamente. Este parâmetro estimado a partir do modelo log-linear 1 (equação 5) é interpretado como a elasticidade de DOA em relação a ADM. Sobre o coeficiente de elasticidade, vale lembrar que, segundo Gujarati (2006, p. 142), um aspecto atraente do modelo log-linear é que o coeficiente angular ($\beta_1 \approx -0,20$, no caso deste estudo) “ [...] mede a *elasticidade* de Y em relação a X, isto é, a variação percentual de Y corresponde a dada variação percentual (pequena) em X.” (GUJARATI, 2006, p. 142, grifo do original). Deste modo, quando a taxa de despesas administrativas aumenta em 1% as doações e contribuições privadas caem em 0,20% aproximadamente, *ceteris paribus*.

Esse achado sugere a relevância da informação contábil que comunica a eficiência operacional das entidades qualificadas como OSCIP para explicar os investimentos privados dessas organizações, sendo consistente com as teorias da agência e da demanda, e com os resultados de pesquisas anteriores (GREENLEE; BROWN, 1999; TINKELMAN; MANKANEY, 2007; JACOBS; MARUDAS, 2009). Através dessa evidência, se aceita a hipótese 1 (H1), de que essas receitas são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

Contrariamente ao esperado, as receitas governamentais são negativamente relacionadas com os investimentos privados. Conforme exposto na seção 2.4, estudos anteriores documentam efeitos mistos das receitas governamentais sobre as doações privadas, pois existem evidências empíricas da influência positiva, negativa ou da insignificância estatística dessas receitas para explicar os mencionados investimentos. O resultado encontrado é similar àqueles identificados por Tinkelman (1997); por Okten e Weisbrod (2000), com referência às entidades que fornecem produtos e serviços a pessoas carentes; e por Tinkelman e Mankaney (2007), no caso da amostra restrita; esses achados podem ser interpretados de duas formas: (i) além de comunicarem a reputação institucional, as receitas governamentais são também uma medida da riqueza da entidade, assim, doadores privados podem preferir entidades menos ricas ou menos favorecidas com relação ao recebimento de recursos oriundos do governo; (ii) ao se empenhar na captação de recursos públicos, as instituições podem aplicar menos esforços na captação de recursos privados, portanto, quanto maiores os investimentos públicos, menores são os investimentos privados. Mediante essa evidência, rejeita-se a hipótese 4 (H4), de que as doações e contribuições privadas são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Como previsto, o ativo é positivamente relacionado com os investimentos privados, pois quanto maior a entidade, maiores serão as receitas de doações e contribuições privadas. O coeficiente do ativo (lnATIVO) é altamente significativo, o que confirma a necessidade de controle dos efeitos relativos ao tamanho da instituição.

Constata-se ainda que o poder de explicação do modelo é de, aproximadamente, 63,54%, ou seja, as variáveis lnADM, lnGOV e lnATIVO explicam quase 64% da variação em lnDOA.

Estudos similares, que usaram dados em corte transversal e incluíram a taxa de despesas administrativas em seus modelos empíricos, apresentaram os seguintes R^2 ajustados:

- Jacobs e Marudas (2009, p. 45) – 63% para a amostra total;
- Tinkelman e Mankaney (2007, p. 57-58) – “*Price Model*”: 24% para a amostra total e 40% para a amostra restrita;
- Tinkelman e Mankaney (2007, p. 57-58) – modelo de Greenlee e Brown (1999): 5% para a amostra total e 8% para a amostra restrita.

Além disso, as pesquisas que utilizaram o preço, ao invés da taxa de despesas administrativas, com dados de corte transversal, encontraram os seguintes R^2 ajustados:

- Marudas (2001, p. 75) – 26% para a amostra total;
- Tinkelman (1997, p. 67) – 50% para a amostra total e 74% para a amostra composta por organizações de grande porte;
- Weisbrod e Dominguez (1986, p. 93) – de 7% a 24%, dependendo da área de atuação das entidades.

Analisando-se os modelos assemelhados e o seu poder de explicação, averigua-se que aqueles (TINKELMAN, 1997; TINKELMAN; MANKANEY, 2007 – “*Price Model*”; JACOBS; MARUDAS, 2009) que contemplam o total do ativo, como variável de controle para o tamanho, apresentam um maior poder explicativo, pois essa variável é altamente correlacionada com a variável dependente. Essa situação aplica-se a este estudo, em que o coeficiente de correlação entre o ativo e os investimentos privados na amostra total é 0,78. Considerando-se que o foco desta pesquisa é a análise específica da relação entre a informação contábil ADM e as doações e contribuições privadas, na Tabela 11 são reportados os resultados do modelo de regressão 1 excluindo-se as variáveis $\ln\text{GOV}$ e $\ln\text{ATIVO}$, com a finalidade de se verificar qual a contribuição da taxa de despesas administrativas ($\ln\text{ADM}$) individualmente para a composição do poder explicativo do modelo 1 que, como visto, é de 63,54%, aproximadamente.

Tabela 11 – Poder explicativo da taxa de despesas administrativas – amostra total

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Probabilidade
Intercepto	11,89062	0,313030	37,98551	0,0000***
lnADM	-0,512548	0,145645	-3,519170	0,0006***
R Quadrado	0,084419	Estatística Durbin-Watson		2,096574
Estatística F	11,24877	Probabilidade (Estatística F)		0,001062

Notas:

A equação testada é: $\ln DOA_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + u_i$

Método dos mínimos quadrados ordinários.

*** Significativo ao nível de significância de 1%.

Observa-se, através dos resultados constantes na Tabela 11, que a taxa de despesas administrativas (lnADM) explica, aproximadamente, 8,44% da variação dos investimentos privados (lnDOA). Esse poder explicativo é consistente com as pesquisas anteriores e com o referencial teórico exposto no capítulo 2. Como visto, diversos são os fatores que podem influenciar as decisões de contribuição, portanto não era esperado alto poder explicativo da mencionada informação contábil que comunica a eficiência operacional da organização.

É interessante observar que, de acordo com Wooldridge (2007, p. 78-79), um baixo poder explicativo do modelo como, por exemplo, 4%, não necessariamente significa que a equação é inútil, pois, em geral, um R^2 baixo indica que é difícil prever resultados individuais sobre a variável dependente com muita precisão, entretanto as estimativas podem ser confiáveis indicando os efeitos *ceteris paribus* da variável explicativa sobre a variável dependente. O autor (2007, p. 79) ainda ressalta que o R^2 pequeno é característico das ciências sociais nas quais, geralmente, é muito difícil prever o comportamento individual.

4.2.1 Avaliação dos pressupostos do modelo de regressão 1

Para fins de averiguação da adequação do modelo 1 e validade dos resultados, devem ser avaliados os seguintes pressupostos: (i) ausência de autocorrelação entre os resíduos; (ii) homoscedasticidade dos resíduos; (iii) normalidade dos resíduos; e (iv) ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes. As três primeiras premissas e suas análises constam na Tabela 12.

Tabela 12 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1

Pressuposto	Teste	Estatística do teste	Probabilidade	Avaliação (nível de significância de 5%)
Autocorrelação	Breusch-Godfrey (BG/LM)	2,698783	0,259398	Se aceita a hipótese nula de que não há presença significativa de autocorrelação entre os resíduos.
Homocedasticidade	White	11,39762	0,249435	Se aceita a hipótese nula de homocedasticidade dos resíduos.
Normalidade	K-S com a modificação de Lilliefors	0,052654	> 0,1	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.
	Anderson-Darling	0,654688	0,0855	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.

Para avaliar o pressuposto de ausência de autocorrelação entre os resíduos, foi realizado o teste de Breusch-Godfrey/*Lagrange Multiplier* (BG/LM), além da análise do teste de Durbin-Watson (DW). Examinando-se a estatística de DW, constante na Tabela 10, verifica-se que o coeficiente ($\approx 1,89$) encontra-se na região de aceitação da hipótese nula de ausência de autocorrelação residual (1,74-2,26), ao nível de significância de 5%. Esse resultado é corroborado pelo teste de BG/LM (Tabela 12), pois a probabilidade do teste é maior que 5% (valor $p \approx 0,26 > 0,05$), portanto também se aceita a hipótese nula de que não há presença significativa de autocorrelação entre os resíduos.

Aplicou-se o teste geral de heterocedasticidade proposto por White para análise da premissa de homocedasticidade dos resíduos. Nota-se, na Tabela 12, que a probabilidade da estatística do teste é maior que o nível de significância de 5% (valor $p \approx 0,25 > 0,05$), portanto se aceita a hipótese nula de que os resíduos são homocedásticos.

Outro pressuposto analisado foi a normalidade dos resíduos. Para esse fim, foram executados dois testes: (i) o de Kolmogorov-Smirnov (K-S) com a modificação de Lilliefors, que testa a hipótese nula de normalidade dos resíduos quando as médias e as variâncias não são conhecidas, mas podem ser estimadas a partir dos dados; e (ii) o de Anderson-Darling que, de igual modo, testa a referida hipótese. Verifica-se, por meio da Tabela 12, que nos dois testes o valor da probabilidade é maior que o nível de 5%, assim sendo, se aceita hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.

Como visto na seção 3.3.4, a análise fatorial foi utilizada no processo de seleção das variáveis independentes, possibilitando a exclusão das seguintes variáveis explicativas das doações e contribuições privadas: (i) o preço, que juntamente com ADM era altamente correlacionado

com o fator “eficiência operacional”; e (ii) a idade, que juntamente com as receitas governamentais era altamente correlacionada com o fator “reputação da entidade”. Esse procedimento eliminou o problema de multicolinearidade no modelo adotado, como mostram os dados apresentados nas Tabelas 13 e 14.

Tabela 13 – Matriz de correlação entre as variáveis explicativas – amostra total

Variáveis explicativas	lnADM	lnATIVO	lnGOV
lnADM	1,000000	-0,241835	-0,059907
lnATIVO	-0,241835	1,000000	0,214473
lnGOV	-0,059907	0,214473	1,000000

Verifica-se, pela Tabela 13, que não há alto grau de correlação entre as variáveis explicativas do modelo, visto que os coeficientes de correlação são menores que 0,25, o que sugere a não existência de problemas de multicolinearidade. Os fatores de inflação da variância (FIV) e de tolerância, descritos na Tabela 14, confirmam essa informação. Observa-se que o valor do FIV de cada variável é de aproximadamente 1, com altos valores de tolerância, ou seja, por esses indicadores as variáveis não são colineares, em outras palavras, não estão altamente correlacionadas (GUJARATI, 2006, p. 275-302; CORRAR *et al.*, 2004, p. 116-120).

Tabela 14 – Estatísticas relativas à colinearidade – amostra total

Variável dependente	Tolerância	Fator de Inflação da Variância (FIV)
lnADM	0,942	1,062
lnGOV	0,954	1,048
lnATIVO	0,901	1,109

Na Tabela 15 são descritos os resultados da análise dos pressupostos da especificação empírica auxiliar (Tabela 11), testada com o objetivo de se analisar o poder explicativo da taxa de despesas administrativas, individualmente.

Tabela 15 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1 com a exclusão das variáveis lnGOV e lnATIVO

Pressuposto	Teste	Estatística do teste	Probabilidade	Avaliação (nível de significância de 5%)
Autocorrelação	Breusch-Godfrey (BG/LM)	1,281814	0,526814	Se aceita a hipótese nula de que não há presença significativa de autocorrelação entre os resíduos.
Homocedasticidade	White	0,325729	0,849706	Se aceita a hipótese nula de homocedasticidade dos resíduos.
Normalidade	K-S com a modificação de Lilliefors	0,053328	> 0,1	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.
	Anderson-Darling	0,332122	0,5084	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.

Analisando-se os resultados dos testes relatados na Tabela 15, pode-se concluir que: (i) com base no teste BG/LM, não há presença de autocorrelação entre os resíduos (valor $p \approx 0,53 > 0,05$); (ii) com base no teste de White, os resíduos são homocedásticos (valor $p \approx 0,85 > 0,05$); (iii) com base nos testes K-S com a modificação de Lilliefors e de Anderson-Darling, os resíduos são normalmente distribuídos (em ambos os testes, a probabilidade $> 0,05$).

4.3 Avaliação empírica da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados institucionais

Para fins da avaliação da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados institucionais, os resultados do modelo de regressão 1A (equação 6) são analisados nesta seção. Na referida especificação os investimentos privados são oriundos apenas de instituições não governamentais (PJ), portanto os dados em corte transversal referem-se às entidades que compõem a subamostra 1. A Tabela 16 fornece os resultados que são as evidências empíricas para a aceitação ou a rejeição das hipóteses 2 e 5:

H2: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais institucionais são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

H5: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais institucionais são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Tabela 16 – Resultados da regressão^a – modelo 1A^b

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Probabilidade
Intercepto	4,511347	0,891559	5,060066	0,0000***
lnADM	-0,327802	0,095185	-3,443849	0,0008***
lnGOV	-0,090702	0,026438	-3,430793	0,0009***
lnATIVO	0,645953	0,069425	9,304376	0,0000***
R Quadrado Ajustado	0,564147	Estatística Durbin-Watson		2,062325
Estatística F	49,32246	Probabilidade (Estatística F)		0,000000

Notas:^a Método dos mínimos quadrados ordinários.^b Modelo 1A: $\ln DOAPJ_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + \beta_2 \ln GOV_{it-1} + \beta_3 \ln ATIVO_{it-1} + u_i$

*** Significativo ao nível de significância de 1%.

Observa-se, por meio dos resultados reportados na Tabela 16, que os coeficientes das variáveis lnADM, lnGOV e lnATIVO são estatisticamente significativos. A taxa de despesas administrativas (lnADM) é negativamente relacionada com os investimentos privados institucionais (lnDOAPJ) e, nesse caso, o coeficiente é estatisticamente significativo ao nível de 1%, diferentemente dos resultados do modelo 1. Constata-se ainda uma maior sensibilidade dos doadores institucionais à taxa de despesas administrativas (lnADM), uma medida da eficiência operacional, quando comparada aos investidores totais (PF e PJ), pois a elasticidade (coeficiente $\beta_1 \approx -0,33$) é maior quando se analisa somente esse tipo de investidor social (empresas e outras organizações do terceiro setor) que provavelmente usa os relatórios contábeis. Com base nesse resultado, infere-se que, *ceteris paribus*, quando a taxa de despesas administrativas (lnADM) aumenta em 1%, os investimentos privados institucionais caem em 0,33% aproximadamente, já no modelo 1, que contempla organizações e indivíduos esse percentual era de quase 0,20%. Um achado similar foi encontrado por Tinkelman (1997), que relatou:

Todos os tipos de doações estudadas mostram uma associação significativa com o preço. A sensibilidade é mais forte para as contribuições de empresas e fundações [...], as quais tendem a ser maiores que as doações de indivíduos e que, mais provavelmente, são resultado de uma decisão pensada³³. (TINKELMAN, 1997, p. 91).

Verifica-se que a situação descrita por Tinkelman (1997) assemelha-se aos resultados deste trabalho, ressaltando-se que o autor utilizou o preço como *proxy* para a eficiência operacional, enquanto nesta pesquisa adotou-se a taxa de despesas administrativas (lnADM) como medida alternativa ao preço do produto. Com base nas evidências, a hipótese 2 (H2) é aceita, ou seja, as doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais

³³ “All types of donations studied show a significant association with price. The sensitivity is stronger for foundation and corporate gifts [...], which tend to be larger than individual donations and which are more likely to follow a thoughtful giving decision.”

institucionais são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior, o que implica na relevância dessa informação gerada pela contabilidade, que comunica a eficiência operacional da entidade, para explicar os investimentos privados institucionais.

Semelhantemente aos resultados encontrados para o modelo 1, a Tabela 16 mostra que os recursos governamentais são negativamente relacionados com os investimentos privados institucionais, e o efeito sobre as doações e contribuições provenientes de organizações privadas é pequeno ($\approx -0,09$). Esses achados sugerem a rejeição da hipótese 5 (H5), pelos mesmos motivos expostos na seção anterior (4.2). A pequena magnitude dos coeficientes β_2 em ambos os modelos 1 ($\approx -0,06$) e 1A ($\approx -0,09$) é verificada em estudos anteriores:

- Jacobs e Marudas (2009, p. 48) encontraram resultados mistos com relação ao suporte governamental (lnGOV), mas os coeficientes são consistentemente muito pequenos: de -0,01 a 0,04;
- resultados similares aos de Jacobs e Marudas (2009) foram relatados por Tinkelman e Mankaney (2007, p. 58-59): na amostra total o coeficiente de lnGOV é 0,06, e na amostra restrita esse coeficiente é -0,02 (ambos no “*Price Model*”);
- nessa mesma tendência, Okten e Weisbrod (2000, p. 263) encontraram coeficientes de lnGOV que variam de -0,11 a 0,10 (método OLS);
- Tinkelman (1997, p. 67) identificou o efeito negativo de lnGOV sobre as doações com coeficientes que variam de -0,19 a -0,18, na amostra total.

A Tabela 16 ainda evidencia que o ativo é relacionado positivamente com as doações e contribuições oriundas de instituições, conforme esperado.

O poder explicativo do modelo 1A é de, aproximadamente, 56,41% (Tabela 16), valor um pouco menor que o R^2 ajustado do modelo 1 ($\approx 63,54\%$ - Tabela 10). No entanto, por meio da análise dos resultados descritos na Tabela 17, observa-se que a informação contábil lnADM, de forma individual, explica quase 10,45% da variação dos investimentos privados institucionais, e esse poder explicativo é maior do que aquele relatado na Tabela 11 ($\approx 8,44\%$), que considera as doações e contribuições privadas totais. De qualquer forma, em ambos os casos, nota-se uma baixa capacidade explicativa da informação contábil, entretanto, como já abordado, essa constatação era esperada considerando que são vários os fatores que podem

influenciar os investimentos privados, ademais esse achado é consistente com os estudos anteriores apresentados no capítulo 2.

Tabela 17 – Poder explicativo da taxa de despesas administrativas – subamostra 1

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Probabilidade
Intercepto	11,61947	0,372080	31,22841	0,0000***
lnADM	-0,596938	0,165099	-3,615634	0,0005***
R Quadrado	0,104482	Estatística Durbin-Watson		2,275091
Estatística F	12,95054	Probabilidade (Estatística F)		0,000479

Notas:

A equação testada é: $\ln DOAPJ_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + u_i$

Método dos mínimos quadrados ordinários.

*** Significativo ao nível de significância de 1%.

4.3.1 Avaliação dos pressupostos do modelo de regressão 1A

Na Tabela 18 são avaliados os pressupostos do modelo de regressão 1A. A análise da premissa de ausência de correlação se deu através da estatística de DW ($\approx 2,06$ – Tabela 16) e do teste BG/LM (Tabela 18). Com base nos dois testes, se aceita a hipótese nula de que não há presença significativa de autocorrelação residual, ao nível de 5%, pois o coeficiente de DW encontra-se na região de aceitação dessa hipótese (1,74-2,26), e o valor da probabilidade do teste BG/LM é maior que o nível de significância adotado (valor $p \approx 0,20 > 0,05$).

Tabela 18 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1A

Pressuposto	Teste	Estatística do teste	Probabilidade	Avaliação (nível de significância de 5%)
Autocorrelação	Breusch-Godfrey (BG/LM)	3,246305	0,197276	Se aceita a hipótese nula de que não há presença significativa de autocorrelação entre os resíduos.
Homocedasticidade	White	16,80267	0,051897	Se aceita a hipótese nula de homocedasticidade dos resíduos.
Normalidade	K-S com a modificação de Lilliefors	0,086169	0,0644	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.
	Anderson-Darling	1,290656	0,0023	Rejeita-se a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.

Baseado no teste de White verifica-se a ausência de heterocedasticidade dos resíduos, pois a estatística do teste é maior que o nível de significância 5% (valor $p \approx 0,052 > 0,05$). A hipótese nula de normalidade dos resíduos é aceita pelo teste K-S com a modificação de Lilliefors (valor $p \approx 0,06 > 0,05$), mas é rejeitada pelo teste de Anderson-Darling (valor $p \approx 0,00 < 0,05$). Sobre essa disparidade, vale ressaltar que, na hipótese de não normalidade, o teorema do limite central pode ser usado para concluir que a distribuição será

aproximadamente normal em amostras grandes e, nesse caso, a estatística *t* pode ser usada para determinar quais variáveis são estatisticamente significantes (WOOLDRIDGE, 2007, p. 163-171). Mas o que seriam grandes amostras? De acordo com Stevenson (1981, p. 181), uma regra prática é que a amostra deve ser constituída por 30 ou mais observações, já para Gujarati (2006, p. 89) a amostra deve ter 100 ou mais observações, nesta pesquisa a subamostra 1 é composta por 113 observações.

Semelhantemente ao modelo anterior (1), é atendida a premissa de ausência de multicolinearidade entre as variáveis explicativas constantes do modelo de regressão 1A, conforme os dados fornecidos pelas Tabelas 19 e 20.

Tabela 19 – Matriz de correlação entre as variáveis explicativas – subamostra 1

Variáveis explicativas	lnADM	lnATIVO	lnGOV
LnADM	1,000000	-0,224743	-0,060747
LnATIVO	-0,224743	1,000000	0,229287
LnGOV	-0,060747	0,229287	1,000000

Os coeficientes de correlação apresentados na Tabela 19 não excedem a 0,25, o que pode indicar a não existência de problemas de multicolinearidade no modelo 1A. Na Tabela 20 são relatadas as estatísticas relativas à colinearidade, e o FIV de cada variável explicativa é de aproximadamente 1, bem como o índice de tolerância, assim, com base nesse diagnóstico, o modelo de regressão atende a premissa de ausência de multicolinearidade entre as variáveis independentes.

Tabela 20 – Estatísticas relativas à colinearidade – subamostra 1

Variável dependente	Tolerância	Fator de Inflação da Variância (FIV)
LnADM	0,949	1,053
LnGOV	0,947	1,056
LnATIVO	0,903	1,108

Na Tabela 21 são reportados os resultados dos testes utilizados para a avaliação dos pressupostos da equação testada com a finalidade de se averiguar o poder explicativo da taxa de despesas administrativas na subamostra 1 (Tabela 17). Nota-se que, com base nos testes de BG/LM, White, K-S com a modificação de Lilliefors e Anderson-Darling, são aceitas as hipóteses nulas de ausência de autocorrelação entre os resíduos (valor $p \approx 0,21 > 0,05$), de homocedasticidade residual (valor $p \approx 0,66 > 0,05$) e de normalidade dos resíduos (valores $p > 0,05$), respectivamente.

Tabela 21 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1A com a exclusão das variáveis lnGOV e lnATIVO

Pressuposto	Teste	Estatística do teste	Probabilidade	Avaliação (nível de significância de 5%)
Autocorrelação	Breusch-Godfrey (BG/LM)	3,131709	0,208909	Se aceita a hipótese nula de que não há presença significativa de autocorrelação entre os resíduos.
Homocedasticidade	White	0,831302	0,659911	Se aceita a hipótese nula de homocedasticidade dos resíduos.
Normalidade	K-S com a modificação de Lilliefors	0,065442	> 0,1	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.
	Anderson-Darling	0,625239	0,1010	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.

4.4 Avaliação empírica da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados individuais

Nesta seção, avalia-se a relevância da informação contábil para investidores sociais individuais (PF), por meio da análise dos resultados do modelo de regressão 1B (equação 7). Na Tabela 22 encontram-se as evidências empíricas para a aceitação ou a rejeição das hipóteses 3 e 6:

H3: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais individuais são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

H6: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais individuais são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Tabela 22 – Resultados da regressão^a – modelo 1B^b

Variável	Coefficiente	Erro Padrão	Estatística t	Probabilidade
Intercepto	5,889123	1,510493	3,898809	0,0002***
lnADM	0,212146	0,233380	0,909016	0,3663
lnGOV	0,071963	0,040171	1,791397	0,0774*
lnATIVO	0,366261	0,142827	2,564368	0,0124**
R Quadrado Ajustado	0,143854	Estatística Durbin-Watson		1,904149
Estatística F	5,256631	Probabilidade (Estatística F)		0,002438

Notas:

^a Método dos mínimos quadrados ordinários.

^b Modelo 1B: $\ln DOAPF_{it} = \beta_0 + \beta_1 \ln ADM_{it-1} + \beta_2 \ln GOV_{it-1} + \beta_3 \ln ATIVO_{it-1} + u_i$

*** Significativo ao nível de significância de 1%.

** Significativo ao nível de significância de 5%.

* Significativo ao nível de significância de 10%.

Analisando os resultados da regressão realizada com dados de corte transversal da subamostra 2, composta por 77 entidades, constata-se que a regressão como um todo é significativa (probabilidade da estatística $F > 0,05$). Os coeficientes das variáveis receitas governamentais (lnGOV) e ativo total (lnATIVO) são estatisticamente significativos aos níveis de significância indicados na Tabela 22. Entretanto, contrariamente ao esperado, não se verificou relacionamento estatisticamente significativo entre a taxa de despesas administrativas (lnADM) e as doações e contribuições provenientes de indivíduos (lnDOAPF). Diante disso, rejeita-se a hipótese 3 (H3) que afirma que esses investimentos oriundos de pessoas físicas são negativamente relacionados com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

Pesquisas anteriores (TINKELMAN, 1997; PARSONS, 2001, 2007) documentam a relevância da informação contábil para doadores individuais norte-americanos. No cenário brasileiro, a não significância da variável lnADM dá indícios de que investidores sociais individuais não usam relatórios contábeis em suas decisões de doações, comprometendo a relevância dessas informações, entretanto esse achado precisa ser cuidadosamente interpretado.

De acordo com Tinkelman (1997, p. 80), diferentes classes de doadores provavelmente apresentam variações com respeito à frequência de utilização das demonstrações contábeis. Nesse sentido, o autor (1997, p. 80-81) explica que diversos estudos sugerem que investidores sociais institucionais, como empresas e fundações, são mais propensos a estudar as entidades antes de fazer uma contribuição. Isso possivelmente se deve aos baixos custos da informação se comparados ao tamanho da doação, uma vez que a média de contribuições privadas institucionais tende a ser maior do que a média de doações provenientes de indivíduos, pois esses investimentos individuais são, em sua grande parte, compostos por valores relativamente pequenos, então indivíduos têm menos incentivos para averiguar a eficiência da instituição. O benefício incremental para pequenos doadores oriundos da investigação do desempenho da entidade deve, portanto, ser relativamente baixo.

Através do conhecimento das estatísticas descritivas constantes na Tabela 9, constatou-se que, nas organizações examinadas nesta pesquisa, a média dos investimentos institucionais (R\$ 1.705.859,44) é aproximadamente 5 vezes maior que o valor médio dos investimentos individuais (R\$ 341.232,21). No Brasil, os custos para a obtenção de informações contábeis de entidades do terceiro setor são relativamente significativos, tendo em vista as

características informacionais deste país que foram discutidas no decorrer deste trabalho, dentre elas, ressaltam-se: (i) a pouca tradição de divulgação das demonstrações contábeis para os usuários; e (ii) a quase inexistência de organizações que divulgam informações sobre o desempenho das instituições do terceiro setor. A divulgação de dados financeiros e contábeis dessas entidades por parte dos entes públicos contribui para a redução dos custos de informação, entretanto, no ambiente brasileiro, essa iniciativa é bem recente.

Frente a isso, a não significância da informação contábil para os indivíduos pode refletir falta de conhecimento dos dados contábeis e não necessariamente falta da relevância da informação contábil, como observa Tinkelman (1997, p. 91), pois para esses investidores sociais os custos da informação devem representar uma grande parcela das suas doações, contrariamente ao que ocorre com os investidores sociais institucionais que, desse modo, seriam mais propensos a obter dados contábeis das organizações se comparados aos indivíduos. Ademais, como discutido na seção 2.2.2, a relevância da informação contábil está condicionada a sua disponibilidade ao usuário.

Além dessas considerações com respeito ao acesso do investidor social individual às demonstrações contábeis, ressalva-se também que a não significância da variável $\ln ADM$ para esses indivíduos pode evidenciar uma menor sofisticação desses doadores com relação ao uso da informação contábil, se comparados aos investidores sociais institucionais.

Ressaltando-se essas importantes observações e considerando que as informações geradas pela contabilidade analisadas neste estudo foram divulgadas à sociedade, conclui-se com base nas evidências empíricas que os investimentos privados efetuados por indivíduos nas entidades qualificadas como OSCIP investigadas não podem ser explicados pela taxa de despesas administrativas ($\ln ADM$) do ano anterior.

Por meio dos resultados apresentados na Tabela 22, constata-se ainda que o coeficiente das receitas governamentais ($\ln GOV$) é pequeno ($\approx 0,07$), mas significativo ao nível de 10%, e o seu sinal é positivo conforme esperado, assim sendo, a hipótese 6 (H_6) é aceita, ou seja, as doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais individuais são positivamente relacionadas com os recursos governamentais do ano anterior. Esse achado é consistente com as pesquisas de Khanna, Posnett e Sandler (1995); de Okten e Weisbrod (2000); de Khanna e Sandler (2000); de Frumkin e Kim (2001); e de Tinkelman e Mankaney

(2007), para a amostra completa; ressalvando-se que nesses estudos não foram realizadas análises por tipo de doador. Diferentemente do exposto na seção anterior (4.3), esse resultado sugere que o suporte governamental influencia os investimentos realizados por indivíduos, nesse caso, essas receitas seriam fonte de informação sobre a reputação da OSCIP. Uma possível interpretação para a divergência de sinais desse coeficiente, verificada nos modelos 1, 1A e 1B (-, - e +), poderia ser encontrada na seção 2.3.2.3, pois, conforme exposto, pequenos investidores, como os individuais, tenderiam a olhar para investidores mais sofisticados, como o governo, no seu processo de avaliação do desempenho da organização, provavelmente divergindo dos doadores institucionais nesse aspecto. O ativo continua apresentando uma relação significativamente positiva com a variável dependente, como era esperado.

4.4.1 Avaliação dos pressupostos do modelo de regressão 1B

As avaliações dos pressupostos requeridos para as análises relativas ao modelo de regressão 1B são descritas na Tabela 23. Com base no teste BG/LM se aceita a hipótese nula de ausência de autocorrelação entre os resíduos (valor $p \approx 0,22 > 0,05$). A estatística de DW fornecida pela Tabela 22 ($\approx 1,90$) também permite essa conclusão, pois esse valor situa-se na região de aceitação da mencionada hipótese (1,71-2,29).

Tabela 23 – Avaliando os pressupostos do modelo de regressão 1B

Pressuposto	Teste	Estatística do teste	Probabilidade	Avaliação (nível de significância de 5%)
Autocorrelação	Breusch-Godfrey (BG/LM)	3,029765	0,219834	Se aceita a hipótese nula de que não há presença significativa de autocorrelação entre os resíduos.
Homocedasticidade	White	16,27537	0,061349	Se aceita a hipótese nula de homocedasticidade dos resíduos.
Normalidade	K-S com a modificação de Lilliefors	0,076869	$> 0,1$	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.
	Anderson-Darling	0,451608	0,2667	Se aceita a hipótese nula de que os resíduos são normalmente distribuídos.

Através do teste de White, é aceita a premissa de homocedasticidade dos resíduos (valor $p \approx 0,06 > 0,05$), ao nível de 5%. Pelos testes K-S com a modificação de Lilliefors e Anderson-Darling, pode-se concluir que os resíduos são normalmente distribuídos, pois em ambos os testes o valor da probabilidade é maior que 5% (valor $p > 0,05$).

Similarmente às seções anteriores (4.2 e 4.3), não se constata multicolinearidade entre as variáveis explicativas do modelo de regressão 1B, devido ao processo de escolha dessas variáveis, que foi orientado pela análise fatorial. A matriz de correlação entre as variáveis independentes e as estatísticas de colinearidade, apresentadas nas Tabelas 24 e 25, respectivamente, confirmam esta premissa.

Tabela 24 – Matriz de correlação entre as variáveis explicativas – subamostra 2

Variáveis explicativas	lnADM	lnATIVO	lnGOV
lnADM	1,000000	-0,234006	-0,111799
lnATIVO	-0,234006	1,000000	0,278284
lnGOV	-0,111799	0,278284	1,000000

Os coeficientes de correlação entre as variáveis explicativas são menores que 0,28 (Tabela 24), os fatores de inflação da variância (FIV) e os índices de tolerância, expostos na Tabela 25, são aproximadamente igual a 1. Esses dados indicam a não existência de problemas de multicolinearidade entre as variáveis independentes do modelo 1B e subamostra 2.

Tabela 25 – Estatísticas relativas à colinearidade – subamostra 2

Variável dependente	Tolerância	Fator de Inflação da Variância (FIV)
lnADM	0,943	1,061
lnGOV	0,920	1,087
lnATIVO	0,881	1,135

4.5 Comparação dos resultados com outras pesquisas assemelhadas

Os resultados deste estudo são comparados com pesquisas assemelhadas que incluíram em seus modelos a taxa de despesas administrativas, em substituição à variável preço, e utilizaram dados de corte transversal. Foram selecionados os trabalhos mais recentes que são o de Jacobs e Marudas (2009) e o de Tinkelman e Mankaney (2007), sendo que este último replicou os modelos de Greenlee e Brown (1999) e de Frumkin e Kim (2001). Todos esses estudos foram descritos e analisados na seção 2.4 do capítulo 2.

Essa comparação tem por finalidade básica ressaltar as semelhanças e as diferenças existentes entre os achados desta pesquisa, realizada num país emergente com características informacionais próprias, e aqueles resultados que refletem a realidade do cenário norte-americano. A Tabela 26 fornece a comparação dos coeficientes das variáveis ADM, GOV e ATIVO, bem como do R^2 , que reflete o poder de explicação dos modelos empíricos adotados.

Tabela 26 – Comparação dos coeficientes de ADM, GOV e ATIVO e R² com os resultados de estudos anteriores

Estudos	lnADM	lnGOV	lnATIVO	R ²
Este estudo				
Para investimentos privados totais (modelo 1)	-0,20**	-0,06***	0,67***	0,64
Para investimentos privados institucionais (modelo 1A)	-0,33***	-0,09***	0,65***	0,56
Para investimentos privados individuais (modelo 1B)	(a)	0,07*	0,37**	0,14
Jacobs e Marudas (2009)				
Para a amostra total	-0,22***	0,02***	0,34***	0,63
Tinkelman e Mankaney (2007)				
“Price Model” – amostra total	-0,11***	0,06***	0,16***	0,24
“Price Model” – amostra restrita	-0,06***	-0,02***	0,19***	0,40
Modelo de Greenlee e Brown (1999) – amostra total	0,14**	-	-	0,05
Modelo de Greenlee e Brown (1999) – amostra restrita	-1,15***	-	-	0,08
Modelo de Frumkin e Kim (2001) – amostra total	3,26***	0,04***	-	0,37
Modelo de Frumkin e Kim (2001) – amostra restrita	-0,21***	-0,03***	-	0,41

Notas:

*** Significativo ao nível de significância de 1%.

** Significativo ao nível de significância de 5%.

* Significativo ao nível de significância de 10%.

(a) Não estatisticamente significativo (probabilidade > 0,10).

Nos modelos de Greenlee e Brown (1999) e de Frumkin e Kim (2001) a variável ADM foi usada na forma linear.

Vale lembrar que, no trabalho de Jacobs e Marudas (2009), a amostra total é aquela não segregada por área de atuação da instituição sem fins lucrativos, semelhantemente a esta pesquisa. O mesmo ocorre com a amostra total analisada por Tinkelman e Mankaney (2007), no entanto, os autores também trabalharam com uma amostra restrita, definida em função de critérios similares aos adotados neste estudo como, por exemplo, a representatividade das doações perante as receitas totais e a não evidenciação de valores implausíveis para as despesas administrativas.

Observa-se, através da Tabela 26, que a magnitude e o sinal dos coeficientes encontrados nesta pesquisa para a taxa de despesas administrativas (lnADM) nos modelos 1 e 1A ($\approx -0,20$ e $\approx -0,33$, respectivamente) são consistentes com os estudos de Jacobs e Marudas (2009), cujo coeficiente é de -0,22, e de Tinkelman e Mankaney (2007) que, no “Price Model”, encontraram coeficientes de -0,11 (amostra total) e -0,06 (amostra restrita). Nos modelos de Greenlee e Brown (1999) e de Frumkin e Kim (2001), os coeficientes da variável ADM são significativos e positivos na amostra total (0,14 e 3,26, respectivamente), entretanto significantes e negativos na amostra restrita (-1,15 e -0,21, respectivamente). Segundo Tinkelman e Mankaney (2007, p. 57), os coeficientes mudaram de sinal na amostra restrita, em virtude dos critérios adotados para a seleção dessa amostra, desse modo, os doadores das

entidades que a compõem deveriam ser mais propensos a considerar a referida taxa (ADM) em sua decisão.

A principal e expressiva diferença entre os resultados encontrados neste trabalho e aqueles verificados em países desenvolvidos é a insignificância estatística da taxa de despesas administrativas ($\ln ADM$) para explicar os investimentos individuais (modelo 1B). Esse achado sugere que, no cenário brasileiro, a informação contábil que comunica a eficiência operacional da organização não é relevante para explicar as doações e contribuições provenientes de indivíduos, e essa evidência empírica pode ser justificada: (i) pela possível falta de acesso dos indivíduos aos relatórios contábeis das organizações; (ii) pelo custo de obtenção da informação se comparado ao valor da doação; e/ou (iii) pela pouca sofisticação desses doadores individuais com relação ao uso da informação contábil.

Nesta pesquisa, os pequenos coeficientes das receitas governamentais encontrados nos três modelos ($\approx -0,06$, $\approx -0,09$ e $\approx 0,07$) e as divergências quanto aos sinais são consistentes com os estudos anteriores descritos na Tabela 26. Os efeitos mistos do suporte governamental sobre as doações privadas foram verificados por Tinkelman e Mankaney (2007), tanto no “*Price Model*” (0,06 na amostra total e -0,02 na amostra restrita) quanto no modelo de Frumkin e Kim (2001), cujos coeficientes são 0,04 na amostra total e -0,03 na amostra restrita.

Essas divergências não se aplicam ao ativo, *proxy* utilizada para o tamanho da entidade, pois em todos os estudos reportados na Tabela 26, inclusive este, essa variável apresentou relacionamento positivo e significativo com a variável dependente.

O poder de explicação dos modelos 1 e 1A ($\approx 0,64$ e $\approx 0,56$) está em consonância aos estudos que incluíram uma variável de controle para o tamanho da instituição, como o trabalho de Jacobs e Marudas (2009) e de Tinkelman e Mankaney (2007) – “*Price Model*” (amostras total e restrita), que também adicionaram o total do ativo em seu modelo ($R^2 = 0,63$, $0,24$ e $0,40$, respectivamente). O modelo de Frumkin e Kim (2001) não contemplou o ativo, mas a receita total foi usada como medida para o tamanho ($R^2 = 0,37$ e $0,41$). Vale ressaltar que o poder explicativo do modelo 1B (0,14) está relacionado às variáveis $\ln GOV$ e $\ln ATIVO$, pois a taxa de despesas administrativas ($\ln ADM$) não contribuiu para a explicação das doações e contribuições oriundas dos indivíduos.

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

A compreensão do valor da informação contábil para os investidores sociais privados das entidades do terceiro setor tem importância para os normatizadores e profissionais da contabilidade, órgãos governamentais, e também para a própria instituição sem fins lucrativos, portanto, pesquisadores contábeis de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, têm buscado entender a relevância da contabilidade para explicar as doações e contribuições privadas, examinando se e como os números contábeis influenciam esses investimentos em organizações do terceiro setor.

Considerando que este é um tema pouco explorado no Brasil até o presente momento, esta pesquisa teve por objetivo geral investigar a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor brasileiro, qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), através da análise da relação entre a informação proveniente da contabilidade e as doações e contribuições privadas.

A fim de alcançar este objetivo, duas correntes teóricas foram caracterizadas e embasaram o estudo: a teoria da agência e a teoria da demanda. No âmbito da teoria da agência, a relevância da informação contábil está relacionada a sua capacidade de atenuar os conflitos de agência e a assimetria informacional existentes entre os doadores (principais) e o gestor da entidade (agente), já a teoria da demanda estabelece os pressupostos que fundamentam a relação entre as doações e os números contábeis. Sob a ótica desta última teoria, as doações privadas refletem a demanda dos indivíduos ou instituições pelos produtos ou serviços das entidades do terceiro setor, e essas contribuições são respostas a variáveis contábeis que comunicam a eficiência operacional da OSCIP e a reputação organizacional, sendo elas, a taxa de despesas administrativas (ADM), variável chave nesta pesquisa, e as receitas governamentais (GOV), respectivamente.

Esta fundamentação teórica foi a principal fonte adotada para a elaboração de seis hipóteses sobre o relacionamento entre as variáveis contábeis (ADM e GOV) e os investimentos privados de forma geral (DOA), e aqueles oriundos de doadores institucionais (DOAPJ) e individuais (DOAPF), separadamente. Considerou-se relevante, a variável contábil que estava significativamente associada com as doações e contribuições privadas.

As evidências brasileiras sugerem que a informação contábil que comunica a eficiência da OSCIP em alocar seus recursos nas atividades que executam diretamente a sua missão, nesse caso a taxa de despesas administrativas, usada como medida alternativa ao preço do produto, é relevante para explicar os investimentos privados efetuados nessas entidades, pois a primeira hipótese proposta foi aceita, a saber:

H1: As doações e contribuições privadas são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

De acordo com o referencial teórico, este resultado era esperado, pois as instituições sem fins lucrativos que divulgam baixas taxas de despesas administrativas e, dessa forma, sinalizam aos investidores sociais privados serem eficientemente geridas, devem ter mais sucesso na arrecadação de recursos via doações e contribuições do que aquelas entidades que relatam altas taxas dessas despesas. Porém, no Brasil, este achado surpreende em virtude das características do modelo contábil voltado ao terceiro setor, como a regulamentação e a evidenciação informacional.

A análise da relevância da contabilidade por tipo de investidor social revelou dados interessantes. A hipótese 2 foi assim estabelecida:

H2: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais institucionais são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

Esta suposição também foi aceita, dando indícios de que a informação contábil ADM é relevante para explicar doações e contribuições privadas oriundas de instituições, ou seja, de pessoas jurídicas pertencentes ao segundo ou terceiro setor que investem em entidades qualificadas como OSCIP. No entanto, o mesmo não se verifica para aquelas doações feitas por indivíduos, já que a hipótese 3 foi rejeitada:

H3: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais individuais são negativamente relacionadas com a taxa de despesas administrativas do ano anterior.

A falta de relacionamento significativo entre a taxa de despesas administrativas (ADM) e os investimentos privados individuais (DOAPF) contraria a relação verificada em países mais desenvolvidos, como nos Estados Unidos (TINKELMAN, 1997; PARSONS, 2001, 2007), dando indícios da pouca, ou talvez nenhuma, relevância da contabilidade para os contribuintes individuais brasileiros. Entretanto, explicações plausíveis para essa diferença de resultados, no que se refere aos indivíduos, compreendem: (i) as prováveis restrições dos investidores sociais individuais quanto ao seu acesso aos relatórios contábeis; (ii) o custo para obtenção da informação contábil frente ao valor da doação; e/ou (iii) o nível de sofisticação dos investidores sociais individuais quanto ao uso das informações contábeis se comparados aos institucionais.

No Brasil, a publicação dos relatórios contábeis das organizações do terceiro setor não tem sido prática comum, ademais a iniciativa do Ministério da Justiça de divulgar dados oriundos da contabilidade dessas entidades é recente. Verificou-se, na amostra investigada nesta pesquisa, que os investimentos efetuados por indivíduos nas organizações são bem menores que aqueles provenientes de instituições, implicando em que o custo para obtenção das informações contábeis frente ao montante investido é maior para os doadores individuais do que para os institucionais.

Diante disso, é importante registrar que a insignificância estatística da taxa de despesas administrativas para explicar as doações e contribuições de indivíduos pode refletir que esses investidores sociais não conhecem a informação contábil e, não necessariamente, a sua falta de relevância.

Com relação às receitas governamentais, os efeitos dessa variável sobre os investimentos privados são mistos, entretanto, em todas as análises, foi identificada uma relação significativa entre o suporte governamental e as doações e contribuições privadas. Sobre os investimentos totais e institucionais a influência, embora pequena, foi negativa, o que levou à rejeição das hipóteses 4 e 5, assim elaboradas:

H4: As doações e contribuições privadas são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

H5: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais institucionais são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Esperava-se que essas hipóteses fossem suportadas, uma vez que a variável GOV foi usada como *proxy* para a reputação da OSCIP. Todavia, esses achados podem evidenciar uma preferência dos investidores sociais institucionais privados por entidades menos favorecidas quanto ao recebimento de recursos governamentais, nesse sentido as receitas oriundas do governo são também uma medida para a riqueza da organização. Além disso, o relacionamento negativo entre as variáveis (DOA e GOV; DOAPJ e GOV) pode refletir os esforços da instituição em captar recursos privados em detrimento aos públicos, ou vice-versa.

Em contrapartida, o pequeno efeito dos recursos públicos sobre os investimentos individuais foi positivo, levando a aceitação da hipótese 6:

H6: As doações e contribuições privadas provenientes de investidores sociais individuais são positivamente relacionadas com as receitas governamentais do ano anterior.

Nesse caso, se os doadores individuais são menos propensos a examinar a informação contábil que comunica a eficiência operacional da OSCIP antes de fazer uma contribuição, eles tenderiam olhar para investidores mais sofisticados, como o governo, no seu processo de decisão, diferenciando-se dos doadores institucionais nesse ponto.

Constatou-se ainda baixo poder explicativo da informação contábil ADM, que foi de, aproximadamente, 8,44% para investimentos privados totais, e de quase 10,45% para os institucionais. Não se esperava alta capacidade explicativa dessa informação gerada pela contabilidade, pois a demanda do doador pode ser influenciada por diversos fatores, como por exemplo, a causa suportada pela organização.

Retomando a questão norteadora desta pesquisa: **Qual a relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados em entidades do terceiro setor brasileiro qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?** Verificou-se, em síntese, que a informação contábil que comunica a eficiência operacional da OSCIP (ADM), variável de principal interesse neste estudo, é relevante para explicar investimentos privados institucionais. No Brasil, essa relevância difere por tipo de doador,

pois a referida informação não é relevante para explicar doações e contribuições provenientes de indivíduos. Complementarmente, a informação contábil que sinaliza a reputação organizacional (GOV) é relevante para explicar os investimentos privados, porém a influência dessa variável sobre investimentos totais e institucionais é negativa, já sobre os individuais é positiva.

O conjunto desses resultados suporta a tese de que informações contábeis das entidades do terceiro setor brasileiro, qualificadas como OSCIP, são relevantes para os investidores sociais privados dessas organizações. No entanto, essas evidências empíricas indicam que, no Brasil, a relevância da informação emanada da contabilidade que comunica a eficiência da OSCIP em direcionar seus recursos para a sua missão refere-se a investimentos oriundos de instituições e não de indivíduos, o que contraria os achados de pesquisas realizadas em países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos (TINKELMAN, 1997; PARSONS, 2001, PARSONS, 2007).

Esses achados apresentam implicações práticas. Primeiramente, os resultados dão indícios de que investidores sociais mais informados são mais sensíveis às variáveis contábeis, isso sugere que esforços de órgãos reguladores, e do próprio governo, no sentido de reduzir os custos dessas informações devem ser proveitosos.

A iniciativa de entes governamentais, como o Ministério da Justiça, de tornar público, via Internet, os relatórios contábeis das instituições do terceiro setor é uma forma de redução dos custos para obtenção dessas informações que, deste modo, podem ser acessadas mais rapidamente e por um menor preço. Nesse contexto, Tinkelman (1997, p. 102) inicia uma interessante e oportuna reflexão: se esses dados contábeis, disponibilizados eletronicamente, tornam-se uma importante fonte de informação para doadores, sua forma e conteúdo devem merecer mais atenção. No cenário brasileiro, considerando-se os relatórios divulgados pelo sistema CNEs/MJ, podem ser destacadas a necessidade de:

- aprimoramento do Demonstrativo do Resultado do Exercício e do Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Exercício: entende-se que as despesas apresentadas nesses demonstrativos devem ser segregadas por atividades e por categoria funcional, para que os usuários possam identificar com maior clareza, por exemplo, os valores destinados à missão da organização, às despesas administrativas, e à captação de recursos. Ademais,

esses dois demonstrativos possuem informações da mesma natureza, portanto, eles poderiam ser fundidos ou exibirem a mesma linguagem como, por exemplo, custos de produtos/serviços (no Demonstrativo do Resultado do Exercício) e custos de projetos (no Demonstrativo do Superávit ou Déficit do Exercício);

- auditoria das demonstrações contábeis.

Adicionalmente, os achados deste estudo sugerem que as entidades do terceiro setor brasileiro, qualificadas como OSCIP, podem usar a contabilidade para comunicar potenciais investidores sociais institucionais sobre a utilização dos recursos arrecadados.

Por fim, o baixo poder explicativo da informação contábil ADM pode indicar a necessidade de: (i) evidenciação de outros elementos que comuniquem o desempenho da instituição; e (ii) aprimoramento das informações geradas pela contabilidade voltadas às entidades do terceiro setor como, por exemplo, a separação das despesas por atividades e por categoria funcional.

Pesquisas futuras podem expandir este trabalho, assim, recomenda-se aos estudiosos e pesquisadores da contabilidade no contexto das organizações do terceiro setor:

- a análise da relevância da informação contábil para explicar os investimentos privados levando-se em conta o tipo de atividade desenvolvida pela instituição, a fim de averiguar se a sensibilidade a essa informação varia entre os diversos tipos de entidades que atuam em diferentes áreas;
- a utilização de um maior universo amostral, que inclua outros tipos de organizações, além daquelas qualificadas como OSCIP, bem como a adoção de um período temporal mais amplo, investigando-se o tema com dados em painel e usando, se necessário, outros métodos de estimação;
- a adoção de modelos que contemplem outras informações emanadas da contabilidade, bem como características dos investidores sociais que podem ter efeitos em suas decisões de contribuição como, por exemplo, a sua renda, o seu nível educacional, o seu histórico em termos de doações, dentre outros aspectos; e
- a realização do estudo utilizando-se outros delineamentos metodológicos como, por exemplo, a pesquisa experimental de campo.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, George A. *The market for “lemons”: quality uncertainty and the market mechanism*. **The Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 84, n. 3, p. 488-500, Aug. 1970.

ALVES, Cássia Vanessa Olak *et al.* A mensuração do resultado econômico em entidades do terceiro setor: o caso do Grupo Primavera. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais eletrônicos...** Brasília: ANPAD, 2005, CD-ROM.

ALVES, Cássia Vanessa Olak. **Organizações da sociedade civil de interesse público e termos de parceria**: um estudo sobre o processo de avaliação de resultados dos projetos sociais desenvolvidos com recursos governamentais no Brasil. São Paulo, 2005. 177 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

BALL, R.; BROWN, P. *An empirical evaluation of accounting income numbers*. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 6, p. 159-178, autumn 1968.

BEAVER, W. H. *Financial reporting: an accounting revolution*. 2. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1989. In: MOUCK, Tom. *The “revolution” in financial reporting theory: a Kuhnian interpretation*. **The Accounting Historians Journal**, Birmingham, v. 20, n. 1, p. 33-57, Jun. 1993.

BEAVER, W. H. *Perspectives on recent capital market research*. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 77, n. 2, p. 453-474, Apr. 2002.

BEAVER, W. H. *The information content of earnings announcements*. **Journal of Accounting Research**, Chicago, v. 6, p. 67-92, autumn 1968.

BENNETT, J. T.; DILORENZO, T. J. *Unhealthy charities – hazardous to your health and wealth*. New York: Basic Books, 1994. In: TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. *Financial reporting factors affecting donations to charitable not-for-profit organizations*. **Advances in Accounting**, Oxford, v. 23, p. 263-285, 2007.

BETTER BUSINESS BUREAU – BBB. **Standards for Charity Accountability**. Disponível em: <<http://www.bbb.org/us/Charity-Standards/>>. Acesso em: 04/08/2009.

BEZERRA, Francisco Antonio. Análise fatorial. In: CORRAR, Luiz J. *et al.* (Coord.). **Análise multivariada**: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 737, de 27/11/1992**. Aprova a NBC T 6 – Da divulgação das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 01/07/2009.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 877, de 18/04/2000.** Aprova a NBC T 10 – Dos aspectos contábeis específicos em entidades diversas, o item NBC T 10.19 – Entidades sem finalidade de lucros. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 01/07/2009.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 1.133, de 21/11/2008.** Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 03/04/2010.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC n. 1.268, de 10/12/2009a.** Altera, inclui e exclui itens das NBC T 16.1, 16.2 e 16.6, que tratam das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas aplicadas ao Setor Público e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/Default.aspx>>. Acesso em: 03/04/2010.

BRASIL. **Decreto n. 2.536, de 06/04/1998.** Dispõe sobre a concessão do certificado de entidades de fins filantrópicos a que se refere o inciso IV do art. 18 da lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/d2536.htm>>. Acesso em: 05/07/2009.

BRASIL. **Lei n. 4.320, de 17/03/1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>. Acesso em: 09/04/2010.

BRASIL. **Lei n. 9.790, de 23/03/1999.** Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o termo de parceria, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9790.htm>>. Acesso em: 03/07/2009.

BRASIL. **Lei n. 10.406, de 10/01/2002.** Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 27/07/2009.

BRASIL. **Lei n. 10.825, de 22/12/2003.** Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.825.htm>. Acesso em: 27/07/2009.

BRASIL. **Medida provisória n. 2.158-35, de 24/08/2001.** Altera a legislação das contribuições para a seguridade social – COFINS, para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público – PIS/PASEP e do imposto sobre a renda, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2158-35.htm>. Acesso em: 27/07/2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Portaria n. 749, de 15 de dezembro de 2009b.** Aprova a alteração dos Anexos n. 12 (Balanço Orçamentário), n. 13 (Balanço Financeiro), n. 14 (Balanço Patrimonial) e n. 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), inclui os anexos n. 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa), n. 19 (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) e n. 20 (Demonstração do Resultado Econômico) da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências. Disponível

em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/legislacao/leg_contabilidade.asp>. Acesso em: 09/04/2010.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional da Justiça. **Portaria n. 24, de 11 de outubro de 2007**. Cria o Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública-CNEs/MJ, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/cnes>>. Acesso em: 06/07/2009.

BROMLEY, D. B. *Comparing corporate reputations: League tables, quotients, benchmarks, or case studies?* **Corporate Reputation Review**, London, v. 5, n.1, p. 35-50, spring 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC. **Pronunciamento Conceitual Básico** - Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Jan. 2008. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 16/06/2009.

CORRAR, Luiz J. *et al.* Regressões. In: CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coord.). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. São Paulo: Atlas, 2004.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves *et al.* Efeitos da divulgação de informações contábeis econômicas sobre as doações individuais para entidades do terceiro setor: um estudo experimental com alunos de Ciências Contábeis. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – EnANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008, CD-ROM.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; COELHO, Antonio Carlos. Regressão linear múltipla. In: CORRAR, Luiz J. *et al.* (Coord.). **Análise multivariada: para os cursos de administração, ciências contábeis e economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

DRUCKER, Peter F. **As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão**. São Paulo, 1999. 152 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

FALK, Haim. *et al.* **Towards a framework for not-for-profit accounting; discussion. Contemporary Accounting Research**, Toronto, v. 8, n. 2, p. 468-499, spring 1992.

FAMA, Eugene F. *et al.* *The adjustment of stock prices to new information.* **International Economic Review**, Philadelphia, v. 10, n. 1, p. 1-21, 1969.

FAMA, Eugene F.; JENSEN, Michael C. *Separation of ownership and control.* **Journal of Law and Economics**, Chicago, v. 26, n. 2, p. 301-325, Jun. 1983.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina.** 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. *Accounting for contributions received and contributions made.* *Statement of Financial Accounting Standards No. 116.* Jun. 1993a. Disponível em: <http://72.3.243.42/pdf/aop_FAS116.pdf>. Acesso em: 02/09/2009.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. *Elements of Financial Statements.* *Statement of Financial Accounting Concepts No. 6.* Dec. 1985. Disponível em: <http://www.fasb.org/pdf/aop_CON6.pdf>. Acesso em: 29/06/2009.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. *Financial statements of not-for-profit organizations.* *Statement of Financial Accounting Standards No. 117.* Jun. 1993b. Disponível em: <http://72.3.243.42/pdf/aop_FAS117.pdf>. Acesso em: 02/06/2009.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. *Objectives of Financial Reporting by Nonbusiness Organizations.* *Statement of Financial Accounting Concepts No. 4.* Dec. 1980a. Disponível em: <http://www.fasb.org/pdf/aop_CON4.pdf>. Acesso em: 16/10/2008.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. *Qualitative Characteristics of Accounting Information.* *Statement of Financial Accounting Concepts No. 2.* May. 1980b. Disponível em: <http://www.fasb.org/pdf/aop_CON2.pdf>. Acesso em: 16/10/2008.

FISCHER, Rosa Maria. **O desafio da colaboração: práticas e responsabilidade social entre empresas e terceiro setor.** São Paulo: Gente, 2002.

FOSTER, George. *Financial statement analysis.* 2nd. ed. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1986.

FRUMKIN, Peter; KIM, Mark T. *Strategic positioning and the financing of nonprofit organizations: is efficiency rewarded in the contributions marketplace?* **Public Administration Review**, Washington, v. 61, n. 3, p. 266-275, May./Jun. 2001.

GLAESER, Edward Ludwig. *The governance of not-for-profit organizations.* Chicago: University of Chicago Press, 2006.

GORDON, Teresa P.; KHUMAWALA, Saleha B. *The demand for not-for-profit financial statements: a model of individual giving.* **Journal of Accounting Literature**, Gainesville, v. 18, p. 31-56, 1999.

GOTSI, Manto; WILSON, Alan M. *Corporate reputation: seeking a definition*. **Corporate Communications**, Bradford, v. 6, n. 1, p. 24-30, 2001.

GREENLEE, Janet S.; BROWN, K. L. *The impact of accounting information on contributions to charitable organizations*. **Research in Accounting Regulation**, Stamford, v. 13, p. 111-125, 1999.

GREENLEE, Janet S.; TRUSSEL, John. M. *Predicting the financial vulnerability of charitable organizations*. **Nonprofit Management & Leadership**, San Francisco, v. 11, n. 2, p. 199-210, winter 2000.

GUJARATI, Damodar. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

HARRISON, G. E.; LIST, J. A. *Field experiments*. **Journal of Economic Literature**, Nashville, v. 42, n. 4, p. 1009-1055, 2004.

HEALY, Paul M.; PALEPU, Krishna G. *Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: a review of the empirical disclosure literature*. **Journal of Accounting & Economics**, Amsterdam, v. 31, n. 1-3, p. 405-440, sep. 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2005*. **Estudos e pesquisas informação econômica**, Rio de Janeiro, n. 8, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Sistema de contas nacionais Brasil 2000-2005*. **Contas nacionais**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007.

INTERNAL REVENUE SERVICE – IRS. Department of the Treasury. **Form 990 - Return of organization exempt from income tax**. Disponível em: <<http://www.irs.gov/pub/irs-pdf/f990.pdf>>. Acesso em: 29/06/2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

JACOBS, Fred A.; MARUDAS, Nicholas, P. *The combined effect of donation price and administrative inefficiency on donations to US nonprofit organizations*. **Financial Accountability & Management**, Oxford, v. 25, n. 1, p. 33-53, feb. 2009.

JACOBS, Fred A.; MARUDAS, Nicholas, P. *Whether U.S. donors reward nonprofit organization operating efficiency: an examination of Frumkin and Kim (2001)*. Presented at the proceedings of the 2003 Conference of the International Academy of Business and Public Administration Disciplines, New Orleans, LA. In: TINKELMAN, Daniel; MANKANEY, Kamini. *When is administrative efficiency associated with charitable donations?* **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, San Francisco, v. 36, n. 1, p. 41-64, mar. 2007.

JENSEN, M.; MECKLING, W. *Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure*. **Journal of Financial Economics**, Amsterdam, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 1-15, jan./abr. 2004.

KEATING, Elizabeth K. *et al.* *Misreporting fundraising: how do nonprofit organizations account for telemarketing campaigns?* **The Accounting Review**, Sarasota, v. 83, n. 2, p. 417-446, 2008.

KEATING, Elizabeth K.; FRUMKIN, Peter. *Reengineering nonprofit financial accountability: toward a more reliable foundation for regulation*. **Public Administration Review**, Washington, v. 63, n. 1, p. 3-15, Jan./Feb. 2003.

KEYNES, John Neville. *The scope and method of political economy*. 4th ed. New York: Kelley & Millman, 1955.

KHANNA, Jyoti; POSNETT, John; SANDLER, Todd. *Charity donations in the UK: new evidence based on panel data*. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 56, n. 2, p. 257-272, feb. 1995.

KHANNA, Jyoti; SANDLER, Todd. *Partners in giving: the crowding-in effects of UK government grants*. **European Economic Review**, Amsterdam, v. 44, n. 8, p. 1543-1556, aug. 2000.

KHUMAWALA, S. B; GORDON, T. P. *Bridging the credibility of GAAP: individual donor and the new accounting standards for nonprofit organizations*. **Accounting Horizons**, Sarasota, v. 11, n. 3, p. 45-68, sep. 1997.

KISIL, Marcos. **Comunidade: foco de filantropia e investimento social privado**. São Paulo: Global, 2005.

KISIL, Marcos. **Uma “nova filantropia” na sociedade brasileira: o investimento social privado**. 2007. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/biblioteca/artigos/nova-filantropia.pdf/view>> Acesso em: 16/01/2009.

KOTHARI, S. P. *Capital markets research in accounting*. **Journal of Accounting and Economics**, Amsterdam, v. 31, n. 1-3, p. 105-231, sep. 2001.

LANDIM, Leilah; BERES, Neide. **Ocupações, despesas e recursos: as organizações sem fins lucrativos no Brasil**. Rio de Janeiro: NAU, 1999.

LOPES, Alexsandro Broedel. **A relevância da informação contábil para o mercado de capitais: o modelo de Ohlson aplicado a BOVESPA**. São Paulo, 2001. 308 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCUELLO, Carmen; SALAS, Vicente. *Nonprofit organizations, monopolistic competition, and private donations: evidence from Spain*. **Public Finance Review**, Thousand Oaks, v. 29, p. 183-207, may. 2001.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARUDAS, Nicholas Peter. *Effects of large non-profit organization financial disclosures on private donor giving*. Georgia, 2001. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Robinson College of Business, Georgia State University. Disponível em: <<http://proquest.umi.com/pqdweb>>. Acesso em: 18/07/2006.

MARUDAS, Nicholas Peter. *Effects of nonprofit organization wealth and efficiency on private donations to large nonprofit organizations*. *Research in Governmental and Nonprofit Accounting*, v. 11, p. 71-92, 2004. In: JACOBS, Fred A.; MARUDAS, Nicholas, P. *The combined effect of donation price and administrative inefficiency on donations to US nonprofit organizations*. **Financial Accountability & Management**, Oxford, v. 25, n. 1, p. 33-53, feb. 2009.

MARUDAS, N. P.; JACOBS, F. A. *Determinants of charitable donations to large U.S. higher education, hospital, and scientific research NPOs: new evidence from panel data*. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, Manchester, v. 15, n. 2, p. 157-179, Jun. 2004.

MEGLIORINI, Evandir *et al.* Amostragem. In: CORRAR, Luiz J.; THEÓPHILO, Carlos Renato (Coord.). **Pesquisa operacional para decisão em contabilidade e administração: contabilometria**. São Paulo: Atlas, 2004.

MILANI FILHO, Marco Antonio F. Transparência e opacidade no terceiro setor: a divulgação financeira de organizações filantrópicas. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 15, 2008, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Congresso Brasileiro de Custos, 2008. CD-ROM.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO. **Manual CNEs/MJ** – cadastro nacional de entidades qualificadas pelo Ministério da Justiça. Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br>>. Acesso em: 27/01/2009.

MONTORO FILHO, André Franco. Teoria elementar do funcionamento do mercado. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MOUCK, Tom. *The “revolution” in financial reporting theory: a Kuhnian interpretation*. **The Accounting Historians Journal**, Birmingham, v. 20, n. 1, p. 33-57, Jun. 1993.

OKTEN, Cagla; WEISBROD, Burton A. *Determinants of donations in private nonprofit markets*. **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 75, n. 2, p. 255-272, feb. 2000.

OLAK, Paulo Arnaldo. **Bases para a eficácia na aplicação do contrato de gestão nas organizações sociais brasileiras**. São Paulo, 2000. 234 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos** (terceiro setor). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Guena. A teoria do consumidor. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PARSONS, Linda McCollister. *Is accounting information from nonprofit organizations useful to donor? A review of charitable giving and value-relevance*. **Journal of Accounting Literature**, Gainesville, v. 22, p. 104-129, 2003.

PARSONS, Linda McCollister. *The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations*. **Behavioral Research in Accounting**, Sarasota, v. 19, p. 179-196, 2007.

PARSONS, Linda McCollister. *The impact of financial information and voluntary disclosures on contributions to not-for-profit organizations: a field-based experiment*. Houston, 2001. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Faculty of the Bauer College of Business, University of Houston. Disponível em: <<http://proquest.umi.com/pqdweb>>. Acesso em: 18/07/2006.

PEREIRA, Carlos Alberto. Avaliação de resultados e desempenhos. In: CATELLI, Armando (Coord.). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Custódio Filipe de Jesus. **Captação de recursos (fund raising): conhecendo melhor porque as pessoas contribuem**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2001.

PEREIRA, Custódio Filipe de Jesus. **Sustentabilidade e captação de recursos na educação superior no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2006.

POSNETT, John; SANDLER, Todd. *Demand for charity donations in private non-profit markets: the case of the U.K.* **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 40, n. 2, p. 187-200, nov. 1989.

ROBERTS, Peter W.; DOWLING, Grahame R. *Corporate reputation and sustained superior financial performance*. **Strategic Management Journal**, Chichester, v. 23, n. 12, p. 1077-1093, Dec. 2002.

SALAMON, Lester M. *America's nonprofit sector: a primer*. 2nd ed. New York: Foundation Center, 1999.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. *Defining the nonprofit sector: a cross-national analysis*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

SALAMON, Lester M.; ANHEIER, Helmut K. *In search of the non-profit sector I: the question of definitions*. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, Manchester, v. 3, n. 2, p. 125-151, Nov. 1992.

SALAMON, Lester M. *et al. Global civil society: an overview*. 2003. Disponível em: <http://www.ccss.jhu.edu/pdfs/Books/BOOK_GCS_2003.pdf>. Acesso em: 05/08/2009.

SANDBERG, K. *Kicking the tires of corporate reputation*. **Harvard Management Communication Letter**, Boston, v. 5, n.1, p. 3-4, jan. 2002.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

SLOMSKI, Valmor. **Mensuração do resultado econômico em entidades públicas** – uma proposta. São Paulo, 1996. 82 p. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SLOMSKI, Valmor. **Teoria do agenciamento no Estado**: uma evidenciação da distribuição da renda econômica produzida pelas entidades públicas de administração direta. São Paulo, 1999. 106 p. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

SPENCE, M. *Job market signaling*. **Quarterly Journal of Economics**, Cambridge, v. 87, n. 3, p. 355-374, 1973.

STEVENSON, William J. **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TINKELMAN, Daniel. *An empirical study of the effect of accounting disclosure upon donation to nonprofit organizations*. New York, 1997. Dissertation (Doctoral Program in Accounting) – New York University, Graduate School of Business Administration. Disponível em: <<http://proquest.umi.com/pqdweb>>. Acesso em: 03/06/2009.

TINKELMAN, Daniel. *Factors affecting the relation between donations to not-for-profit organizations and an efficiency ratio*. *Research in Governmental and Nonprofit Accounting*, v. 10, p. 135-161, 1999. In: TINKELMAN, Daniel; MANKANEY, Kamini. *When is administrative efficiency associated with charitable donations?* **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, San Francisco, v. 36, n. 1, p. 41-64, mar. 2007.

TINKELMAN, Daniel; DONABEDIAN, Bairj. *Street lamps, alleys, ratio analysis, and nonprofit organizations*. **Nonprofit Management & Leadership**, San Francisco, v. 18, n. 1, p. 5-18, fall 2007.

TINKELMAN, Daniel; MANKANEY, Kamini. *When is administrative efficiency associated with charitable donations?* **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, San Francisco, v. 36, n. 1, p. 41-64, mar. 2007.

TRUSSEL, J. M.; GREENLEE, J. S. A financial rating system for charitable nonprofit organizations. **Research in Governmental and Nonprofit Accounting**, v. 11, p. 93-116, 2004. In: TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. *Financial reporting factors affecting donations to charitable not-for-profit organizations*. **Advances in Accounting**, Oxford, v. 23, p. 263-285, 2007.

TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. *Financial reporting factors affecting donations to charitable not-for-profit organizations*. **Advances in Accounting**, Oxford, v. 23, p. 263-285, 2007.

TUCKMAN, Howard P.; CHANG, Cyril F. *A methodology for measuring the financial vulnerability of charitable nonprofit organizations*. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, San Francisco, v. 20, p. 445-460, Dec. 1991.

TUMA JÚNIOR, Romeu. **Por mais transparência na gestão pública**. Disponível em: <<http://www.parceirosvoluntarios.org.br/Componentes/textos/TextosGestao.asp>>. Acesso em: 04/07/2009.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. **Positive accounting theory**. New Jersey: Prentice-Hall, 1986.

WATTS, Ross L.; ZIMMERMAN, Jerold L. *Positive accounting theory: a ten year perspective*. **The Accounting Review**, Sarasota, v. 65, n. 1, p. 131-156, Jan. 1990.

WEISBROD, B. A.; DOMINGUEZ, N. D. *Demand for collective goods in private nonprofit markets: can fundraising expenditures help overcome free rider behavior?* **Journal of Public Economics**, Amsterdam, v. 30, n.1, p. 83-96, jun. 1986.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

YAMAMOTO, M. M.; SALOTTI, B. M. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

APÊNDICES

- APÊNDICE 01 – Entidades que compuseram a amostra total – por ordem do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- APÊNDICE 02 – Subamostra 1: Entidades com receitas de doações e contribuições privadas provenientes de pessoas jurídicas – por ordem do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- APÊNDICE 03 – Subamostra 2: Entidades com receitas de doações e contribuições privadas provenientes de pessoas físicas – por ordem do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)
- APÊNDICE 04 – Ofício encaminhado ao Ministério da Justiça solicitando a base de dados utilizada neste estudo

**APÊNDICE 1 – ENTIDADES QUE COMPUSERAM A AMOSTRA TOTAL –
POR ORDEM DO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ)**

Nr.	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ESTADO
1	00205909000186	AMIGOS DA TERRA - AMAZÔNIA BRASILEIRA	SP
2	00731979000178	MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO - MBC	DF
3	01207939000194	ADD ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARA DEFICIENTES	SP
4	01250754000162	PANGEA CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS	BA
5	01308448000130	BOM DE BOLA, CRAQUE NA ESCOLA, COM DEUS NO CORAÇÃO	ES
6	01648560000110	ASSOCIAÇÃO PAULISTA VIVA	SP
7	01874006000150	FUNDAÇÃO SEMEAR	RS
8	01987656000102	INSTITUTO CULTURAL MAURÍCIO DE SOUSA	SP
9	02018361000190	PROJETO TESOURINHA	SP
10	02490190000106	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE HOSPITALIDADE	BA
11	02517619000101	CONGREGAÇÃO HOLÍSTICA DA PARAÍBA	PB
12	02685976000170	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOPÃO	RJ
13	02885544000103	ASSOCIAÇÃO CAATINGA	CE
14	02929730000105	MISSÃO CRIANÇA	DF
15	03013534000140	INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA	SP
16	03285295000188	INSTITUTO ESCOLA BRASIL	SP
17	03359016000183	INSTITUTO CULTURAL BATÁ KOTÔ	SP
18	03359849000144	INSTITUTO SÃO CRISTÓVÃO	PR
19	03428274000174	INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FLORESTAN FERNANDES	SP
20	03445617000109	COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA NO DF E ENTORNO	DF
21	03483568000107	INSTITUTO SOU DA PAZ	SP
22	03536830000126	INSTITUTO DAS TRADIÇÕES INDÍGENAS	SP
23	03571154000121	INSTITUTO FAUCHARD	SP
24	03584096000170	FUNDAÇÃO MERIDIONAL DE APOIO A PESQUISA AGROPECUÁRIA	PR
25	03855021000187	FUNDAÇÃO SOCIAL RAIMUNDO FAGNER	CE
26	03878015000145	INSTITUTO ECOLÓGICA PALMAS/TO	TO
27	03881866000147	INSTITUTO ECOFUTURO - FUTURO P/ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	SP
28	03910234000164	INSTITUTO GAUDIUM DE PROTEÇÃO À VIDA	PR
29	03962358000193	INSTITUTO SOUZA CRUZ	RJ
30	03983242000130	COMUNITAS - PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO	RJ
31	03984807000102	INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR - BRASIL	SP
32	04029825000190	CENTRO DE REABILITAÇÃO E EQUOTERAPIA PROJETO CAMINHAR	SP
33	04032621000108	INSTITUTO BOM ALUNO DO BRASIL	PR
34	04081969000195	INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E TECNOLÓGICO - IDEA CICLICA	PR
35	04125363000104	INSTITUTO CULTURAL BARONG	SP
36	04202860000169	INSTITUTO TELEMIG CELULAR	MG
37	04223805000155	ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA PROJETO COPAÍBA	SP
38	04256109000145	INSTITUTO TELEMAR	RJ
39	04364826000190	INSTITUTO HIDROAMBIENTAL ÁGUAS DO BRASIL - IHAB	CE
40	04366057000160	INSTITUTO AKATU	SP
41	04380327000197	ORGANIZAÇÃO MARIA OTÍLIA NEIX	SP
42	04428909000104	MOVIMENTO PAZ ESPÍRITO SANTO	ES
43	04589879000100	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO	SP

44	04639619000100	WOOZ, ARTE & CULTURA	SP
45	04650146000133	ASSOCIAÇÃO NOVAS TRILHAS	SP
46	04706954000175	ASSOCIAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM REDE	SP
47	04723294000130	INSTITUIÇÃO SOCIAL CULTURAL ALEGRIA DE LER - ISCAL	RJ
48	04735852000188	UNITED WAY BRASIL	SP
49	04750174000122	ONG GRUPO DE CIDADANIA FRANCA VIVA	SP
50	04771303000169	ASSOCIAÇÃO MUNDARÉU	SP
51	04839572000110	ASSOCIAÇÃO BRAZIL FOUNDATION	RJ
52	04867414000173	INSTITUTO ANITA E JOSÉ DE CARVALHO SOBRINHO-PRÓ-SEGUIR	SP
53	04890904000190	DEFENDER - DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	RS
54	04906381000123	ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DO BRASIL	RS
55	04936855000180	A VOZ DO CIDADÃO - INSTITUTO DE CULTURA DE CIDADANIA	RJ
56	04941695000167	CENTRO INTEGRADO DE PROMOÇÃO SOCIAL	SP
57	04997283000149	DREAMS CAN BE	RJ
58	05086163000152	SOCIEDADE DE FILANTROPIA COMUNITÁRIA	SP
59	05107299000100	EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA	DF
60	05108918000172	AMIGOS DO BEM, INST. NAC. CONTRA A FOME E A MISÉRIA	SP
61	05158585000196	INSTITUTO AMAZÔNIA	AM
62	05162980000142	INSTRODI - INSTITUTO STROHALM DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	RS
63	05241493000175	ASSOCIAÇÃO CASA AZUL	SP
64	05258325000192	ATO CIDADÃO	SP
65	05279632000150	ESPAÇO JOVEM EVOLUÇÃO	PR
66	05289836000171	INSTITUTO SEVERINO BALLESTEROS	MG
67	05300162000169	INSTITUTO CRIANÇA É VIDA	SP
68	05329718000140	LTNET-BRASIL - LEARNING TECHNOLOGIES NETWORK-BRASIL	DF
69	05345430000169	CENTRO CULTURAL DO GRUPO SILVIO SANTOS	SP
70	05413029000119	TURMA DO BEM	SP
71	05473539000181	INSTITUTO JOAQUIM MARCELO DENADAI	ES
72	05563675000162	ASSOCIAÇÃO ABAPORU	SP
73	05576331000198	TELEVISÃO AMÉRICA LATINA	SP
74	05589322000131	FUNDAÇÃO EMALTO	CE
75	05600020000117	INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA	SP
76	05604669000106	ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DF
77	05637259000161	INSTITUTO TAMBORÉ	SP
78	05653186000100	RECANTO DA FRATERNIDADE PLANTANDO VIDAS	PR
79	05653393000156	GERAR GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PR
80	05741359000133	AMATUR - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	PR
81	05862718000100	AMIGOS SOLIDÁRIOS - INSTITUIÇÃO NACIONAL CONTRA A POBREZA - ORG DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP.	SP
82	05865089000172	ASHOKA BRASIL	SP
83	05945220000101	ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DE MINAS GERAIS	MG
84	05969780000104	E+CO BRASIL	BA
85	06044098000165	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS ATELIÊ DE IDÉIAS	ES
86	06050127000100	CENTRO NACIONAL DE AJUDA COMUNITÁRIA	SP
87	06065829000159	FAC FRENTE DE APOIO COMUNITÁRIO SONHO NOSSO	SP
88	06066652000105	INSTITUTO ELEKTRO	SP
89	06077780000154	SOCIEDADE ECOAR	SE
90	06129356000106	INSTITUTO AMORA CARAMBOLA	SP
91	06174697000101	ORIGEM - INSTITUTO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	PR

92	06223459000130	ASSOCIAÇÃO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA	SP
93	06269362000169	ARTESANATO & ESTILO - ARTEST	PR
94	06277929000149	CISA CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL	SP
95	06981381000113	CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA	SP
96	07122453000130	INSTITUTO ANDRE FRANCO VIVE	SP
97	07240829000100	INSTITUTO QUEIROZ JEREISSATI	CE
98	07284567000186	ORJURE ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE RESPONSÁVEL	RJ
99	07388256000167	INSTITUTO BOM SAMARITANO	DF
100	07417024000190	INSTITUTO SABIN	DF
101	07539238000139	INSTITUTO VIRTUS	MG
102	07568527000166	INSTITUTO PAULO KOBAYASHI	SP
103	07579027000120	INSTITUTO TAMANDUA SYNAPSE CULTURAL	RJ
104	07672403000126	INSTITUTO BARRICHELLO KANAAN	SP
105	07682107000106	FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO	
106	07707869000110	INSTITUTO VERDESCOLA	SP
107	07736632000167	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MONTE ALTO E REGIÃO	SP
108	07815906000103	INSTITUTO TERRA VIDA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	SP
109	07844363000152	INSTITUTO ABRADÉE DA ENERGIA	RJ
110	07916476000116	INSTITUTO NATUREZA VIVA	CE
111	07926287000124	INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE	PR
112	08049220000111	INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL ISHINDAIKO	PR
113	08075044000192	ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS A IDOSOS - ANA PEDROSO DE TOLEDO	SP
114	14364434000185	ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA	AC
115	20473625000188	ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE	MG
116	31886799000199	ASSOCIAÇÃO CASA DO PONTAL	RJ
117	37993037000178	FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO	DF
118	57354540000190	FUNDAÇÃO SOS PRÓ-MATA ATLÂNTICA	SP
119	62520218000124	MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO	SP
120	70945209000103	ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA PALÁCIO DAS ARTES	SP
121	71545636000167	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ORGANIZADORES DE FESTIVAIS DE FOLCLORE E ARTES POPULARES	SP
122	74877176000162	ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DO RIO GRANDE DO SUL	RS
123	80235781000132	MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS	PR
124	85075778000112	UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE	PR

APÊNDICE 2 – SUBAMOSTRA 1: ENTIDADES COM RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES PRIVADAS PROVENIENTES DE PESSOAS JURÍDICAS – POR ORDEM DO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ)

Nr.	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ESTADO
1	00205909000186	AMIGOS DA TERRA - AMAZÔNIA BRASILEIRA	SP
2	00731979000178	MOVIMENTO BRASIL COMPETITIVO - MBC	DF
3	01207939000194	ADD ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARA DEFICIENTES	SP
4	01250754000162	PANGEA CENTRO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS	BA
5	01308448000130	BOM DE BOLA, CRAQUE NA ESCOLA, COM DEUS NO CORAÇÃO	ES
6	01648560000110	ASSOCIAÇÃO PAULISTA VIVA	SP
7	01874006000150	FUNDAÇÃO SEMEAR	RS
8	01987656000102	INSTITUTO CULTURAL MAURÍCIO DE SOUSA	SP
9	02018361000190	PROJETO TESOURINHA	SP
10	02490190000106	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE HOSPITALIDADE	BA
11	02517619000101	CONGREGAÇÃO HOLÍSTICA DA PARAÍBA	PB
12	02685976000170	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOPÃO	RJ
13	02885544000103	ASSOCIAÇÃO CAATINGA	CE
14	02929730000105	MISSÃO CRIANÇA	DF
15	03013534000140	INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA	SP
16	03285295000188	INSTITUTO ESCOLA BRASIL	SP
17	03359016000183	INSTITUTO CULTURAL BATÁ KOTÔ	SP
18	03359849000144	INSTITUTO SÃO CRISTÓVÃO	PR
19	03428274000174	INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS FLORESTAN FERNANDES	SP
20	03445617000109	COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA NO DF E ENTORNO	DF
21	03483568000107	INSTITUTO SOU DA PAZ	SP
22	03571154000121	INSTITUTO FAUCHARD	SP
23	03584096000170	FUNDAÇÃO MERIDIONAL DE APOIO A PESQUISA AGROPECUÁRIA	PR
24	03855021000187	FUNDAÇÃO SOCIAL RAIMUNDO FAGNER	CE
25	03878015000145	INSTITUTO ECOLÓGICA PALMAS/TO	TO
26	03881866000147	INSTITUTO ECOFUTURO - FUTURO P/ DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	SP
27	03910234000164	INSTITUTO GAUDIUM DE PROTEÇÃO À VIDA	PR
28	03962358000193	INSTITUTO SOUZA CRUZ	RJ
29	03983242000130	COMUNITAS - PARCERIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO	RJ
30	03984807000102	INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR - BRASIL	SP
31	04029825000190	CENTRO DE REABILITAÇÃO E EQUOTERAPIA PROJETO CAMINHAR	SP
32	04032621000108	INSTITUTO BOM ALUNO DO BRASIL	PR
33	04081969000195	INSTITUTO PARA DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL E TECNOLÓGICO - IDEA CICLICA	PR
34	04125363000104	INSTITUTO CULTURAL BARONG	SP
35	04202860000169	INSTITUTO TELEMIG CELULAR	MG
36	04223805000155	ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA PROJETO COPAÍBA	SP
37	04256109000145	INSTITUTO TELEMAR	RJ
38	04364826000190	INSTITUTO HIDROAMBIENTAL AGUAS DO BRASIL - IHAB	CE
39	04366057000160	INSTITUTO AKATU	SP
40	04380327000197	ORGANIZAÇÃO MARIA OTÍLIA NEIX	SP
41	04428909000104	MOVIMENTO PAZ ESPÍRITO SANTO	ES

42	04589879000100	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO	SP
43	04706954000175	ASSOCIAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS EM REDE	SP
44	04723294000130	INSTITUIÇÃO SOCIAL CULTURAL ALEGRIA DE LER - ISCAL	RJ
45	04735852000188	UNITED WAY BRASIL	SP
46	04750174000122	ONG GRUPO DE CIDADANIA FRANCA VIVA	SP
47	04771303000169	ASSOCIAÇÃO MUNDARÉU	SP
48	04839572000110	ASSOCIAÇÃO BRAZIL FOUNDATION	RJ
49	04867414000173	INSTITUTO ANITA E JOSÉ DE CARVALHO SOBRINHO-PRÓ-SEGUIR	SP
50	04890904000190	DEFENDER - DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	RS
51	04906381000123	ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DO BRASIL	RS
52	04936855000180	A VOZ DO CIDADÃO - INSTITUTO DE CULTURA DE CIDADANIA	RJ
53	04941695000167	CENTRO INTEGRADO DE PROMOÇÃO SOCIAL	SP
54	04997283000149	DREAMS CAN BE	RJ
55	05086163000152	SOCIEDADE DE FILANTROPIA COMUNITÁRIA	SP
56	05107299000100	EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA	DF
57	05108918000172	AMIGOS DO BEM, INST. NAC. CONTRA A FOME E A MISÉRIA	SP
58	05158585000196	INSTITUTO AMAZÔNIA	AM
59	05162980000142	INSTRODI - INSTITUTO STROHALM DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL	RS
60	05241493000175	ASSOCIAÇÃO CASA AZUL	SP
61	05258325000192	ATO CIDADÃO	SP
62	05279632000150	ESPAÇO JOVEM EVOLUÇÃO	PR
63	05289836000171	INSTITUTO SEVERINO BALLESTEROS	MG
64	05300162000169	INSTITUTO CRIANÇA É VIDA	SP
65	05329718000140	LTNET-BRASIL - LEARNING TECHNOLOGIES NETWORK-BRASIL	DF
66	05345430000169	CENTRO CULTURAL DO GRUPO SILVIO SANTOS	SP
67	05413029000119	TURMA DO BEM	SP
68	05563675000162	ASSOCIAÇÃO ABAPORU	SP
69	05576331000198	TELEVISÃO AMÉRICA LATINA	SP
70	05589322000131	FUNDAÇÃO EMALTO	CE
71	05600020000117	INSTITUTO CRIAR DE TV E CINEMA	SP
72	05604669000106	ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DF
73	05637259000161	INSTITUTO TAMBORÉ	SP
74	05653186000100	RECANTO DA FRATERNIDADE PLANTANDO VIDAS	PR
75	05653393000156	GERAR GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	PR
76	05741359000133	AMATUR - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	PR
77	05865089000172	ASHOKA BRASIL	SP
78	05945220000101	ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DE MINAS GERAIS	MG
79	05969780000104	E+CO BRASIL	BA
80	06044098000165	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS ATELÊ DE IDÉIAS	ES
81	06066652000105	INSTITUTO ELEKTRO	SP
82	06077780000154	SOCIEDADE ECOAR	SE
83	06174697000101	ORIGEM - INSTITUTO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	PR
84	06223459000130	ASSOCIAÇÃO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA	SP
85	06269362000169	ARTESANATO & ESTILO - ARTEST	PR
86	06277929000149	CISA CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL	SP
87	06981381000113	CTC - CENTRO DE TECNOLOGIA CANAVIEIRA	SP
88	07122453000130	INSTITUTO ANDRE FRANCO VIVE	SP
89	07240829000100	INSTITUTO QUEIROZ JEREISSATI	CE
90	07284567000186	ORJURE ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE RESPONSÁVEL	RJ

91	07417024000190	INSTITUTO SABIN	DF
92	07539238000139	INSTITUTO VIRTUS	MG
93	07568527000166	INSTITUTO PAULO KOBAYASHI	SP
94	07579027000120	INSTITUTO TAMANDUA SYNAPSE CULTURAL	RJ
95	07672403000126	INSTITUTO BARRICHELLO KANAAN	SP
96	07682107000106	FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO	
97	07707869000110	INSTITUTO VERDESCOLA	SP
98	07736632000167	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MONTE ALTO E REGIÃO	SP
99	07815906000103	INSTITUTO TERRA VIDA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO	SP
100	07844363000152	INSTITUTO ABRADÉE DA ENERGIA	RJ
101	07916476000116	INSTITUTO NATUREZA VIVA	CE
102	07926287000124	INSTITUTO HSBC SOLIDARIEDADE	PR
103	08049220000111	INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL ISHINDAIKO	PR
104	08075044000192	ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS A IDOSOS - ANA PEDROSO DE TOLEDO	SP
105	14364434000185	ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA	AC
106	20473625000188	ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE	MG
107	37993037000178	FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO	DF
108	57354540000190	FUNDAÇÃO SOS PRÓ-MATA ATLÂNTICA	SP
109	62520218000124	MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO	SP
110	70945209000103	ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA PALÁCIO DAS ARTES	SP
111	74877176000162	ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DO RIO GRANDE DO SUL	RS
112	80235781000132	MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS	PR
113	85075778000112	UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE	PR

**APÊNDICE 3 – SUBAMOSTRA 2: ENTIDADES COM RECEITAS DE DOAÇÕES E
CONTRIBUIÇÕES PRIVADAS PROVENIENTES DE PESSOAS FÍSICAS – POR
ORDEM DO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA (CNPJ)**

Nr.	CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ESTADO
1	00205909000186	AMIGOS DA TERRA - AMAZÔNIA BRASILEIRA	SP
2	01207939000194	ADD ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA PARA DEFICIENTES	SP
3	01308448000130	BOM DE BOLA, CRAQUE NA ESCOLA, COM DEUS NO CORAÇÃO	ES
4	01648560000110	ASSOCIAÇÃO PAULISTA VIVA	SP
5	01874006000150	FUNDAÇÃO SEMEAR	RS
6	02490190000106	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE HOSPITALIDADE	BA
7	02517619000101	CONGREGAÇÃO HOLÍSTICA DA PARAÍBA	PB
8	02685976000170	ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE SOPÃO	RJ
9	02885544000103	ASSOCIAÇÃO CAATINGA	CE
10	02929730000105	MISSÃO CRIANÇA	DF
11	03285295000188	INSTITUTO ESCOLA BRASIL	SP
12	03359849000144	INSTITUTO SÃO CRISTÓVÃO	PR
13	03445617000109	COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA NO DF E ENTORNO	DF
14	03483568000107	INSTITUTO SOU DA PAZ	SP
15	03536830000126	INSTITUTO DAS TRADIÇÕES INDÍGENAS	SP
16	03571154000121	INSTITUTO FAUCHARD	SP
17	03962358000193	INSTITUTO SOUZA CRUZ	RJ
18	03984807000102	INSTITUTO EMPREENDER ENDEAVOR - BRASIL	SP
19	04223805000155	ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA PROJETO COPAÍBA	SP
20	04380327000197	ORGANIZAÇÃO MARIA OTÍLIA NEIX	SP
21	04589879000100	ASSOCIAÇÃO DE AMPARO AO IDOSO	SP
22	04639619000100	WOOZ, ARTE & CULTURA	SP
23	04650146000133	ASSOCIAÇÃO NOVAS TRILHAS	SP
24	04723294000130	INSTITUIÇÃO SOCIAL CULTURAL ALEGRIA DE LER - ISCAL	RJ
25	04735852000188	UNITED WAY BRASIL	SP
26	04750174000122	ONG GRUPO DE CIDADANIA FRANCA VIVA	SP
27	04771303000169	ASSOCIAÇÃO MUNDARÉU	SP
28	04867414000173	INSTITUTO ANITA E JOSÉ DE CARVALHO SOBRINHO-PRÓ-SEGUIR	SP
29	04890904000190	DEFENDER - DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO	RS
30	04936855000180	A VOZ DO CIDADÃO - INSTITUTO DE CULTURA DE CIDADANIA	RJ
31	04941695000167	CENTRO INTEGRADO DE PROMOÇÃO SOCIAL	SP
32	04997283000149	DREAMS CAN BE	RJ
33	05086163000152	SOCIEDADE DE FILANTROPIA COMUNITÁRIA	SP
34	05108918000172	AMIGOS DO BEM, INST. NAC. CONTRA A FOME E A MISÉRIA	SP
35	05158585000196	INSTITUTO AMAZÔNIA	AM
36	05241493000175	ASSOCIAÇÃO CASA AZUL	SP
37	05258325000192	ATO CIDADÃO	SP
38	05279632000150	ESPAÇO JOVEM EVOLUÇÃO	PR
39	05300162000169	INSTITUTO CRIANÇA É VIDA	SP
40	05329718000140	LTNET-BRASIL - LEARNING TECHNOLOGIES NETWORK-BRASIL	DF
41	05413029000119	TURMA DO BEM	SP
42	05473539000181	INSTITUTO JOAQUIM MARCELO DENADAI	ES
43	05563675000162	ASSOCIAÇÃO ABAPORU	SP
44	05576331000198	TELEVISÃO AMÉRICA LATINA	SP
45	05589322000131	FUNDAÇÃO EMALTO	CE

46	05604669000106	ASSOCIAÇÃO PARA PROMOÇÃO HUMANA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	DF
47	05653186000100	RECANTO DA FRATERNIDADE PLANTANDO VIDAS	PR
48	05741359000133	AMATUR - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO	PR
49	05862718000100	AMIGOS SOLIDÁRIOS - INSTITUIÇÃO NACIONAL CONTRA A POBREZA - ORG DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP.	SP
50	05865089000172	ASHOKA BRASIL	SP
51	06044098000165	ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS ATELIÊ DE IDÉIAS	ES
52	06050127000100	CENTRO NACIONAL DE AJUDA COMUNITÁRIA	SP
53	06065829000159	FAC FRENTE DE APOIO COMUNITÁRIO SONHO NOSSO	SP
54	06129356000106	INSTITUTO AMORA CARAMBOLA	SP
55	06174697000101	ORIGEM - INSTITUTO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO E CULTURA	PR
56	06223459000130	ASSOCIAÇÃO ALBERTO SANTOS DUMONT PARA APOIO A PESQUISA	SP
57	06269362000169	ARTESANATO & ESTILO - ARTEST	PR
58	07122453000130	INSTITUTO ANDRE FRANCO VIVE	SP
59	07240829000100	INSTITUTO QUEIROZ JEREISSATI	CE
60	07284567000186	ORJURE ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE RESPONSÁVEL	RJ
61	07388256000167	INSTITUTO BOM SAMARITANO	DF
62	07539238000139	INSTITUTO VIRTUS	MG
63	07568527000166	INSTITUTO PAULO KOBAYASHI	SP
64	07579027000120	INSTITUTO TAMANDUA SYNAPSE CULTURAL	RJ
65	07672403000126	INSTITUTO BARRICHELLO KANAAN	SP
66	07707869000110	INSTITUTO VERDESCOLA	SP
67	08049220000111	INSTITUTO CULTURAL E SOCIAL ISHINDAIKO	PR
68	08075044000192	ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS A IDOSOS - ANA PEDROSO DE TOLEDO	SP
69	14364434000185	ASSOCIAÇÃO SOS AMAZÔNIA	AC
70	20473625000188	ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE DEFESA DO AMBIENTE	MG
71	31886799000199	ASSOCIAÇÃO CASA DO PONTAL	RJ
72	37993037000178	FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO	DF
73	57354540000190	FUNDAÇÃO SOS PRÓ-MATA ATLÂNTICA	SP
74	62520218000124	MUSEU DE ARTE MODERNA DE SÃO PAULO	SP
75	71545636000167	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ORGANIZADORES DE FESTIVAIS DE FOLCLORE E ARTES POPULARES	SP
76	80235781000132	MATER NATURA - INSTITUTO DE ESTUDOS AMBIENTAIS	PR
77	85075778000112	UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE	PR

**APÊNDICE 4 – OFÍCIO ENCAMINHADO AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SOLICITANDO A BASE DE DADOS UTILIZADA NESTE ESTUDO**

São Paulo, 28 de janeiro de 2009.

Prezada Senhora:

Servimo-nos da presente para solicitar, em arquivo, informações relativas à prestação de contas do Cadastro Nacional de Entidades de Utilidade Pública (CNEs), tendo em vista a divulgação pública, pelo *website* do Ministério da Justiça, de dados contábeis das entidades.

Essas informações serão utilizadas para o desenvolvimento da tese intitulada “A relevância da informação contábil para os investidores sociais privados de entidades do terceiro setor no Brasil: uma investigação empírica” pela aluna Cássia Vanessa Olak Alves Cruz, junto ao programa de doutorado em Controladoria e Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo e sob a orientação do Prof. Dr. Valmor Slomski.

As informações necessárias constantes do CNEs público são:

Entidades:

- OSCIPs – Anos-base 2006 e 2007.

Informações:

- Demonstrativos Contábeis da Entidade, a saber: Demonstrativo Contábil – Resumo; Balanço Patrimonial; Resultado do Exercício (DRE), Superávit ou Déficit do Exercício e Notas Explicativas.
- Dados da Entidade: Razão social, natureza jurídica, endereço, telefone, e-mail, site, finalidades / atividades (inclusive a apresentação das atividades), estatuto (data do registro), recursos humanos, fontes de recursos e questionário OSCIP.

Na oportunidade, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários pelos telefones (43) 3343-1745 ou (43) 9131-7868.

Desde já, agradecemos a atenção dispensada.

Respeitosamente,

Cássia Vanessa Olak Alves Cruz
Doutoranda em Controladoria e
Contabilidade
caolak@usp.br

Valmor Slomski
Professor Doutor do Departamento de
Contabilidade e Atuária da FEA /USP
valmor@usp.br

Ilma. Sra.
Andréa Aiolfi
Coordenadora de Entidades Sociais
Ministério da Justiça